

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**DISCURSO E RELAÇÕES DE GÊNERO: SOB O SIGNO DA
CONTRADIÇÃO, O ROMPIMENTO COM O SENSO COMUM
E A INSTAURAÇÃO DO SENTIDO-OUTRO**

Vera Lúcia Pires

**Prof. Dr. Leci Borges Barbisan
Orientador**

Data de Defesa: 21/05/1999

Instituição depositária:
Biblioteca Central Irmão José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, março de 1999

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Leci Borges Barbisan, palavra segura de orientação. Exemplo intelectual a ser seguido.

À Marlene Teixeira, brilhante colega e companheira de estudos com quem compartilhei dúvidas teóricas e políticas. Não teriam nossos caminhos se cruzado antes?

A Valdir Flores, colega talentoso e obstinado na defesa da filosofia da linguagem, que me apresentou uma nova maneira de encarar a Lingüística. Amigo que me permitiu a liberdade de expressão.

À Rejane Machado, compreensiva companheira de angústias e alegrias intelectuais.

À Tânia Tascheto, companheira e amiga leal, pela competência, disposição e tranqüilidade com que me representou junto à UFSM.

À Neiva Lavratti, Vera Lúcia Lenz Vianna da Silva e Gladys Wheeler, colegas de departamento e grandes amigas que, apesar da distância, ouviram e compreenderam minhas dúvidas e aflições. E principalmente por acreditarem nesta velha amiga.

Aos colegas do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas pelo apoio e confiança nos momentos decisivos.

Gostaria também de mencionar e fazer um agradecimento especial a algumas pessoas que, fora do ambiente acadêmico, foram imprescindíveis para a realização do curso de doutorado e deste trabalho:

à minha família: minha mãe em primeiríssimo lugar. Sua ajuda foi essencial para que eu pudesse conciliar estudos e tarefas maternas; meus irmãos, Moa e Pixo, Juca e Mara, sempre presentes e dispostos a auxiliar;

à Cléo e ao Beto, abrigo santa-mariense seguro e sereno há tantos anos;

à Adriana e ao Zé que assumiram, desinteressadamente, tarefas e cuidados, tornando esses últimos meses mais leves;

e, finalmente, ao Hideraldo e às crianças: minha história de amor e de esperança.

RESUMO

Este estudo constitui-se em uma tentativa de reflexão, integrando os campos teóricos da análise de discurso de tendência francesa (AD), da teoria dialógica da enunciação de Bakhtin e das teorias (da cultura) de gênero, com vista a compreender o funcionamento do que chamamos discurso de gênero.

O discurso de gênero é uma construção cultural que representa, produz sentidos e estrutura a identidade do sujeito feminino com base em padrões sócio-históricos conservadores que atestam a desigualdade entre homens e mulheres nas relações sociais.

Situada no campo de estudos de uma semântica discursiva, a AD é uma prática de interpretação dos processos de produção de efeitos de sentido que leva em conta o sujeito produtor de discurso e os fatores internos da organização sintática e semântica, bem como os fatores externos referentes ao contexto de produção do discurso.

Para a teoria bakhtiniana, sujeito e sentido são constituídos no processo de enunciação, que tem como fundamento o movimento dialógico em direção ao outro. O estudo dos discursos do cotidiano comprova que eles retratam as experiências contraditórias de sujeitos históricos e plurais.

Promovendo um deslocamento entre as duas teorias, tomamos como material de análise anúncios publicitários sobre a figura feminina. Recortando-os em enunciados, realizamos uma análise em dois níveis: o nível da descrição

lingüística dos elementos formais e o nível da interpretação semântica da memória interdiscursiva do dizer.

Concluimos pela alternância de sentidos no movimento de deslizamentos entre o mesmo e o heterogêneo. Ainda que a maioria dos textos evidencie um discurso, cujo efeito de sentido aponta para o estabelecido, há aqueles em que o acontecimento discursivo, rompendo o círculo da repetição, inscreve uma postura de resistência.

RÉSUMÉ

. Cette étude est un essai de réflexion intégrant les domaines théoriques de l'analyse du discours dans le courant français (AD), de la théorie dialogique de Bakhtine et des théories (de la culture) de genre, dans le but de saisir le fonctionnement de ce que l'on appelle le discours de genre.

Le discours de genre est une construction culturelle qui représente, produit des sens et structure l'identité du sujet féminin fondée sur des assises socio-historiques conservatrices, lesquelles témoignent de l'inégalité entre les hommes et les femmes dans les rapports sociaux.

Située dans le domaine d'études d'une sémantique discursive, l'AD est une pratique d'interprétation des processus de production d'effets de sens qui prend en compte: le sujet producteur de sens, les facteurs internes de l'organisation syntaxique et sémantique, ainsi que les facteurs externes concernant le contexte de production de discours.

Selon la théorie bakhtinienne, sujet et sens se constituent dans le processus d'énonciation, fondé sur le mouvement dialogique vers l'autre. L'étude des discours du quotidien décrit les expériences contradictoires de sujets historiques et pluriels.

Tout en appliquant des concepts des deux théories, nous avons pris comme matériel d'analyse des publicités sur la figure féminine. En les recoupant en énoncés, nous avons fait une analyse à deux niveaux: celui de la description

linguistique des éléments formels et celui de l'interprétation sémantique de la mémoire interdiscursive du dire.

Nous avons conclu à l'alternance de sens dans le mouvement de glissements entre le même et l'hétérogène. Bien que la plupart des textes mette l'accent sur un discours - dont l'effet de sens signale l'établi -, il y a ceux où l'événement discursif, rompant le cercle de répétition, inscrit une attitude de résistance.

Il faut être absolument moderne.

Rimbaud

SUMÁRIO

RESUMO	IV
RÉSUMÉ	VI
INTRODUÇÃO	1
PRIMEIRA PARTE - A CONSTRUÇÃO DOS ALICERCES	10
1 A ANÁLISE DE DISCURSO: DA ESTRUTURA AO ACONTECIMENTO NA TESSITURA DE SENTIDOS	12
1.1 As três épocas da AD	13
1.2 Os adendos de outros autores à teoria até 1983	43
1.3 As contribuições pós-Pêcheux	51
2 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO EM BAKHTIN	62
2.1 Linguagem e enunciação	65
2.2 A enunciação como princípio dialógico	68
2.3 Do dialogismo à alteridade	72
2.4 O discurso cotidiano como possibilidade de acontecimento	75
SEGUNDA PARTE – IDENTIDADE E RESISTÊNCIA	81
3 OS DESLIZAMENTOS DE SENTIDOS	82
3.1 Revendo os conceitos basilares	83
3.2 Da contradição como princípio fundador da alteridade	85
3.3 Do interdiscurso à composição da diferença	89
3.4 Da relação enunciação-enunciado como acontecimento discursivo	95
3.5 A cultura como fator de resistência	102
3.6 A identidade do sujeito feminino e o resgate de sua resistência	109

TERCEIRA PARTE - DO SENSO COMUM À RUPTURA.....	126
4 OS PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE.....	127
4.1 A construção de um dispositivo de análise.....	128
4.2 Uma concepção discursiva para os modalizadores.....	132
4.3 O discurso publicitário como objeto da análise.....	138
5 O DISCURSO DE GÊNERO NA PUBLICIDADE.....	146
5.1 Nada de novo no “front”	150
5.1.1 Texto 1.....	150
5.2.2 Texto 2.....	151
5.2 Há algo novo no “front”	153
5.2.1 Texto 3.....	154
5.3 Exemplos de reformismo: novas formas que apontam para velhos sentidos.....	156
5.3.1 Texto 4.....	156
5.3.2 Texto 5.....	160
5.3.3 Texto 6.....	161
5.3.4 Texto 7.....	162
5.3.5 Texto 8.....	165
5.4 Mudando o rumo da história.....	167
5.4.1 Texto 9.....	167
5.4.2 Texto 10.....	168
5.5 Resultado das análises: uma visão plural sobre o mundo.....	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	181
ANEXOS	189
ANEXO 1: Anúncios publicitários	
ANEXO 2: Curriculum Vitae	

INTRODUÇÃO

Ensinar o homem comum a ler e interpretar o mundo e nesse *gesto* aprender com esse sujeito como a palavra aprendida pode ser um canto de rebeldia. Pois ler é construir sentidos, estabelecendo uma relação de diálogo com o mundo em que é necessário, como dizia Paulo Freire ao longo de sua obra, aprender a ler a palavra sem deixar de ler o mundo.

Eis a questão desta tese: interpretar pela palavra as possibilidades de sentido presentes no discurso dos indivíduos e como elas expressam as suas posições frente a realidade social; e em seu cerne, *a ambigüidade fundamental da palavra de ordem mais que centenária “aprender a ler e a escrever”*, remetendo a um só tempo à ***apreensão de um sentido unívoco*** e ao ***trabalho sobre a plurivocidade do sentido*** (Pêcheux, 1982: 59).

A palavra não existe isoladamente, ela é solidária, envolve-se com outras. Seu sentido só é no mundo, em contexto; por isso, a necessidade de práticas interpretativas de discurso, uma vez que esse, como um processo de representação da realidade, não é transparente. A língua não é um decalque da realidade (Benveniste, 1974), exigindo interpretações.

Nossa perspectiva teórica, como se vê, situa-se nos limites da análise de discurso de orientação francesa (AD), o que equivale a dizer da impossibilidade de realizar um estudo sério dentro desse campo, sem recorrer à multidisciplinaridade que nela se confronta e, em torno disso (e por causa disso),

da impossibilidade de permanecer filosoficamente neutro perante as várias disciplinas que atravessam o campo teórico da AD.

Intervir filosoficamente obriga a tomar partido, afirmou Pêcheux (1978). Não nos esquivaremos dessa obrigação e de imediato declaramos nossa opção filosófica. Engajada a nossa concepção de vida, a posição teórico-filosófica orientadora deste trabalho será pelo humanismo e pela modernidade ou o que Berman (1982) definiu ser o humanismo moderno (não-cartesiano), centrado na cultura do diálogo e no cotidiano.

Tomamos partido pela vida plena e ativa do sujeito, produtor de *gestos* e práticas sociais e capaz de escolhas efetivas que, às vezes, transformam a sua vida e a dos outros. Um sujeito moderno que tem como símbolo a contradição e o movimento em direção à alteridade. Sujeito que se identifica, reconhecendo o outro e nele reconhecendo-se, porém sem se assujeitar.

O ser humano é contraditório: algumas vezes assujeitado, pode entretanto por sua própria experiência chegar à superação de sua sujeição. O primeiro passo é o reconhecimento da sujeição. O segundo é a resistência. Resistência que, dialeticamente, acontece em dois sentidos: pela reivindicação das diferenças e pela afirmação da igualdade de oportunidades. Em qualquer um dos casos, o fundamental para a construção do sujeito é o processo de interação de sua experiência com a sociedade.

Por tudo isso, afirmamos a existência de um indivíduo consciente que intervém para transformar. Nem meramente objeto nem somente sujeito, mas ambos. Em uma palavra: plural.

A necessidade de expressar esse posicionamento epistemológico pelo humanismo deve-se ao fato de que, muitas vezes, a tradição lingüística

estruturalista, bem como a pós-estruturalista que orienta a AD, afastou-se do humanismo, privilegiando a forma acabada em detrimento do processo de intervenção do sujeito criador de linguagem.

Ora, somos de opinião que existe uma consciência e uma liberdade, não totais, mas possíveis. Possíveis escolhas e decisões tensionadas entre nossa liberdade e as condições - naturais, culturais, psíquicas - que nos determinam.

A liberdade não se encontra na ilusão do “posso tudo”, nem no conformismo do “nada posso”. Encontra-se na disposição para interpretar e decifrar os vetores do campo presente como possibilidades objetivas, isto é, como abertura de novas direções e de novos sentidos a partir do que está dado (Chauí, 1997: 362).

Desejamos, portanto, manter uma atitude histórico-crítica, em oposição às tendências empírico-formalistas, em voga desde os anos 80, que não encontram mais eco em algumas certezas e idéias, aquelas baseadas na ética - como humanidade, igualdade, solidariedade -, simplesmente porque alguns muros caíram. Esqueceram-se que foram precisamente essas idéias a tornar possíveis certas práticas de produção de discursos, que refletem as transformações ocorridas na maneira de encarar o mundo.

Embasados no posicionamento teórico-filosófico apresentado, atuaremos e definiremos nossa prática de análise de discurso no campo de uma semântica discursiva. Aí, situaremos a AD, a teoria da enunciação de Bakhtin, e as teorias de gênero, que são teorias de construção cultural, envolvendo a pluralidade de questões relativas à identidade e à diferença dos indivíduos e a sua resistência ao estabelecido.

Buscaremos o sujeito feminino - nosso ator-personagem - e a constituição de sua identidade; como ele produz sentidos e como essa configuração sujeito-sentido

é representada no discurso publicitário da mídia impressa, produzindo efeitos diversos que apontam tanto para a homogeneidade quanto para a heterogeneidade.

Desde 1975, quando a ONU instituiu o Ano Internacional da Mulher e a década da mulher, proliferou um campo de estudos políticos e sociológicos visando a obtenção de fundamentos e dados sobre a situação da mulher nas mais variadas culturas.

Ao final da década, comprovou-se, oficialmente e com o referendo da ONU, o que as feministas já sabiam há quarenta anos: a invisibilidade feminina, sua opressão, discriminação social e a desigualdade no mercado de trabalho em todas as partes do mundo. Em consequência dessa situação, foram implementadas políticas de reformulação das estruturas sociais e jurídicas, visando ao comprometimento dos governos na busca da igualdade e no combate à discriminação das mulheres.

Quase quinze anos depois, conforme estatísticas da mesma ONU, a força produtiva feminina formal e informal já alcançou 64%¹ em todo o mundo, fazendo do “sexo frágil” a maioria no mercado econômico. Todavia, continuamos discriminadas tanto em relação à remuneração quanto em relação a cargos ocupados.

No Brasil, somos 51% da população e desses 39% no mercado de trabalho formal. O percentual de mulheres economicamente ativas cresceu, nos últimos vinte anos, em mais de 70%, enquanto o dos homens diminuiu em 18%. Em matéria de educação, 50,8% das mulheres terminam o primeiro grau, contra 49,2% dos homens; 56,8% da população feminina têm o segundo grau, contra 43,2% da população masculina; 52,3% de mulheres completam algum curso superior, enquanto os homens atingem um percentual de 47,7%.

¹ Todos os dados utilizados têm como fonte a ONU ou, em relação ao Brasil, o IBGE e a Fundação Oswaldo Cruz.

Conquanto todos esses números expressem a grande mudança no que concerne à condição feminina, ocorrida em tão pouco tempo no país, outros números mostram que, em média, as mulheres recebem de salário 43% menos do que os homens, sendo que, da população economicamente ativa com grau de ensino superior, apenas 7% das mulheres ganham mais de vinte salários mínimos, enquanto 28% dos homens recebem essa quantia.

Além disso, a violência doméstica de homens contra mulheres, em nível mundial, corresponde a um terço dos delitos cometidos, 114 milhões de meninas são submetidas anualmente à mutilação ou ao tráfico sexual, e no Brasil, acontecem 1,4 milhões de abortos por ano, estimativa oficiosa, já que o aborto é uma prática ilegal.

A contradição é flagrante. E não são só os números que a comprovam, ainda que muitos pensadores² afirmem que a luta das mulheres em busca de mudanças na sua posição social, em todo o mundo, tenha provocado a mais significativa revolução cultural deste século.

A contradição entre a posição alcançada pela mulher na sociedade contemporânea e a representação que dela se faz está presente em quase todas as áreas sociais como um reflexo das relações de gênero, relações de desigualdade entre os seres humanos, constituídas socialmente e determinadas histórica e culturalmente.

Ao lançarmos o olhar sobre o discurso da imprensa escrita, nosso objeto de análise, constataremos que a representação discursiva da figura feminina manifesta com clareza as questões de gênero. A ausência de mulheres protagonizando o noticiário político e econômico, é gritante. Por outro lado, quando lhes é dado espaço nessas seções, aparece com força o que denominamos **discurso de**

gênero, que, em grande parte de seus registros, fala somente de questões femininas específicas.

A mulher é silenciada na imprensa escrita, excetuando-se as revistas femininas e os encartes específicos dos jornais, dedicados à sua condição feminina. O sentido desse silêncio remete às características de passividade e submissão, atribuídas às mulheres em nossa cultura.

Tanto o silêncio físico, a ausência de textos sobre as mulheres, quanto o que chamamos discurso de gênero, que também é uma forma de silenciamento, pois ao dizer determinadas coisas emudece outras, são registros da contradição entre certas práticas discursivas e a posição participativa da mulher na sociedade atual.

A linguagem é um processo de interação social entre os indivíduos. Sua natureza social torna-a um espaço de conflitos em que, como enfatizou Bakhtin, *a palavra é o fenômeno ideológico por excelência*. (Bakhtin, 1929: 36). Reflexo das contradições existentes no meio social, a linguagem é sensível a qualquer alteração que nele se efetue, inscrevendo essas mudanças e engendrando novas representações discursivas.

A situação paradoxal no que se refere à condição feminina deveria ser, por conseguinte, marcada lingüisticamente na forma como as mulheres são retratadas, no momento atual, no espaço publicitário impresso.

Apresentamos como hipótese a reflexão de que a condição da mulher é representada discursivamente, indicando uma visão conservadora e discriminatória que engendra formas de silenciamento e exclusão, tal como o discurso de gênero, e que a configuração dessas formas traduz a continuidade da desigualdade de relações entre os sexos.

² Falaremos desses pensadores no capítulo dedicado à questão do gênero.

Todavia, contraditoriamente, essas formas discursivas também são marcadas por uma *latitude de jogo* que, pela resistência ao acomodamento, permite uma “virada” no sentido sedimentado, tornando-se um lugar de significados heterogêneos.

A fim de verificarmos como acontece esse “jogo” entre o mesmo e o diverso, objetivamos analisar o discurso publicitário sobre a mulher, definindo-o como uma forma de discurso de gênero.

Mais especificamente, buscaremos evidenciar como padrões sócio-culturais interagem, interferindo na construção discursiva pela escolha de elementos significantes, organizadores da *montagem* lingüística, que expressam as posições do sujeito produtor de discursos.

Essas posições caracterizam, no que diz respeito ao sujeito feminino, a reprodução de antigos estereótipos ou a desestruturação das assimetrias de gênero, representando o cenário de lutas e conquistas das mulheres modernas.

Para chegarmos aos procedimentos analíticos, abordamos, na primeira parte do estudo, o percurso teórico dos pensadores engajados ao empreendimento discursivo francês a partir dos anos sessenta. Da mesma forma, apresentamos nessa parte a teoria enunciativa dialógica de M. Bakhtin, que sustenta a relação de parceria discursiva intersubjetiva, juntamente com a situação de produção dos enunciados. Consideramos que a enunciação bakhtiniana complementa a AD, precisamente onde havia um lapso teórico, ou seja, nas referências à enunciação.

Na segunda parte, produzimos uma reflexão a partir dos deslocamentos teóricos de conceitos fundamentais das epistemologias estudadas anteriormente,

bem como integramos os aspectos culturais e ideológicos envolvidos na construção e representação discursiva da identidade do sujeito feminino.

Na última parte, com os procedimentos analíticos, precisamos as margens sobre as quais efetuiremos o trabalho de análise.

Reconhecemos a importância das novas perspectivas de pesquisa, abertas pela AD e apoiadas em mais de trinta anos de estudos. Não concordamos com tudo, por isso acrescentamos a contribuição de outros estudiosos, como Bakhtin e Merleau-Ponty, que talvez não tenham sido reconhecidos, por suas convicções filosóficas discordantes, mas que para nosso estudo representam uma profunda coerência de princípios.

Além disso e principalmente, apesar da influência da filosofia francesa, a que guia os passos da AD e a de seus críticos, como também a de outros pensamentos filosóficos antagônicos, porém não excludentes, não somos franceses. Esperamos que a nossa “latinidade” faça (toda) a diferença em nosso discurso.

Construímos um lugar ao desenvolver esta tese e é desse lugar que nos identificamos e é de onde esperamos produzir um discurso que se quer coerente e íntegro. O sujeito feminino, como todo o ser humano, não é uno, senão dividido em uma pluralidade de posições: pode ser assujeitado, frágil e dócil, seguindo o senso comum, mas também tem a possibilidade de ser o outro, o que resiste e se

revolta e, rebelando-se, subverte o mesmo e ousa produzir um acontecimento que pode transformar o mundo.

Minha liberdade pode desviar minha vida do sentido espontâneo que teria, mas o faz deslizando sobre este sentido, esposando-o inicialmente para depois afastar-se dele, e não por uma criação absoluta... (Merleau- Ponty, apud Chauí, 1997: 365).

Acreditamos que em todo o lugar, o que sobrevive de humano em nós resiste e luta concretamente contra qualquer tipo de alienação. Daí advém a responsabilidade de uma atitude crítica e consciente, ou seja, humanista.

Esta tese se quer assim: humanista, pois acredita no ser humano, na experiência e nas práticas do sujeito contra a manipulação; historicista, ao crer na possibilidade das transformações via acúmulo histórico de experiências dos seres humanos, contra a visão da imutabilidade aparente do mundo; e dialética, porque o mundo é heterogêneo e contraditório, não existindo subordinação permanente a regras formais que normati(li)zariam a sociedade, tornando-a homogênea. Em uma palavra: moderna, pois ser moderno é permanecer absolutamente revolucionário.

PRIMEIRA PARTE - A CONSTRUÇÃO DOS ALICERCES

No início deste século, Ferdinand de Saussure³ estabeleceu um programa para o estudo de uma ciência da linguagem, a Lingüística, que deveria considerar a produção dos signos verbais no interior da sociedade e de forma coletiva. Partindo de sua famosa dicotomia *langue/parole*, ele determinou que o importante, para uma análise científica, era a língua - sistema social coeso de relações estruturais-, independente de seus usuários. A *parole*, como ato individual de manifestação do sistema *langue*, seria tão sujeita a variações que nenhum estudo científico poderia descrevê-la adequadamente.

A linguagem foi estudada pela ciência lingüística, desvinculada de quem a usava, tendo como objeto a estrutura língua e as relações formais entre seus elementos. A utilização da língua por seus usuários, bem como o sentido estabelecido, ficou ao largo da Lingüística em seus primeiros tempos.

Oficialmente⁴, é a partir dos anos 50 que surgem novas teorias, incluídas no campo da Lingüística, dando conta da situação pragmática que envolve o ato de linguagem e assumindo o seu sujeito produtor e seu contexto de produção, assim como o caráter ideológico do signo lingüístico.

³ A primeira edição da organização de seus cursos na Universidade de Genebra (de 1907 a 1911) é de 1916.

⁴ Desde a década de 20, na Rússia, Mikhail Bakhtin estudava a linguagem como uma prática social resultante da experiência de relações entre os homens e a realidade, e não como algo estático e imutável.

A análise de discurso (AD) surgiu na França dos anos 60, sob um quadro teórico estruturalista, como uma nova forma de encarar a linguagem - ou seja, enquanto **discurso**, ressaltando seus problemas de significação e priorizando as condições sócio-político-ideológicas de sua produção. Foram, inicialmente, desenvolvidos projetos no caminho de uma lingüística do discurso, envolvendo a semântica e a pragmática, e enfocando o sentido dos enunciados e os sujeitos que os empregam.

1 A ANÁLISE DE DISCURSO: DA ESTRUTURA AO ACONTECIMENTO NA TESSITURA DE SENTIDOS

Ensejando a elaboração de uma nova teoria para os estudos da linguagem, que abrangesse ao mesmo tempo a língua, o indivíduo que produz enunciados e os fatores ideológicos aí envolvidos, Pêcheux (1969⁵) situou o discurso - esse processo histórico e social de produção da linguagem no interior de um sistema de formações sociais - entre a língua e a ideologia, tomando-o como efeito de sentidos entre sujeitos. Como processo sócio-histórico, o discurso é uma experiência de relações entre indivíduos, sendo, portanto, coletivo e não individual. O discurso é um lugar de interação e confronto entre o lingüístico e o ideológico. A base material do discurso, o sistema formal de análise é a língua. Relacionando-se com essa base, um processo discursivo, que é o lugar da produção de efeitos de sentido.

Para melhor situá-la, dentro de um campo científico de conhecimentos, Pêcheux e Fuchs (1975) organizaram um quadro epistemológico de referência da AD, que relaciona quatro áreas: o materialismo histórico, enfatizando a questão da ideologia, a Lingüística e a teoria do discurso. Cruzando essas três regiões, de forma incisiva, a psicanálise.

Desde sua fundação, até o início dos anos oitenta, distinguem-se três épocas, que evidenciam a evolução do pensamento teórico no interior da AD.

⁵ As datas das obras serão, sempre que possível, as da edição original.

1.1 As três épocas da Análise de Discurso

O aparecimento da AD francesa, logo após as turbulências políticas do final dos anos 60, reflete a tentativa de pensar, mais aprofundadamente, a respeito dos poderes políticos do discurso, encarando a linguagem de forma crítica.

Em sua primeira fase, da análise automática do discurso (AAD 69), Pêcheux encara o discurso enquanto processo discursivo, ou seja, não é um produto, pronto para ser analisado, mas um trabalho, em construção. Esposa, contudo, o pensamento saussureano, considerando-o também uma estrutura determinada, origem de coerções sintáticas. Ao mesmo tempo, integra ao processo mecanismos da ordem da fala (a linguagem em uso pelos indivíduos, porém coletivamente) e que estariam ligados à situação em que o discurso é produzido: (...) *a um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua* (...) (Pêcheux, 1983a: 79)

Já preconiza, nesse momento, a necessidade de uma análise em dois níveis, um nível sintático, que é invariante, e um nível contextual, onde as circunstâncias exteriores da produção também devem ser levadas em conta. A essas “circunstâncias”, Pêcheux (1969) denominou **condições de produção**, que concernem o lugar determinado, ocupado pelo locutor na formação social em que vive. O próprio sentido do que ele diz depende desse lugar; no entanto, há que se levar em consideração a relação estabelecida com os outros discursos anteriores, produzidos sobre o mesmo tema, que, da mesma forma, interferem no sentido desse. De onde advém uma característica fundamental do processo discursivo, que é a sua continuidade. Por outro lado, é preciso referir a participação do ouvinte na construção do significado do discurso. Pêcheux sugere que a antecipação do pensamento do outro constitui todo o discurso. Todos esses elementos situacionais comporiam as condições de produção do discurso. Malidier (1990) lembra que a

referência ao conceito designava uma concepção do discurso como determinado por um *exterior*, o *tecido histórico-social que o constitui*, integrado ao elemento interior - a língua.

Baseado nas funções jakobsonianas da linguagem, Pêcheux pensa na seqüência verbal emitida entre A e B (que não seriam presenças físicas, necessariamente, mas posições ocupadas por sujeitos quaisquer), como um **discurso**, sem a obrigação de informar, mas como *efeito de sentidos* entre posições. Ele afirma, então, que o lugar, no processo discursivo,

se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (Pêcheux, 1969: 82)

O autor destaca que em todo o processo discursivo o que está presente não é a realidade física, senão uma representação dela, por meio dessas **formações imaginárias**. Elas também se relacionam com outros processos discursivos anteriores, fazendo parte de um *continuum* discursivo.

Em relação ao dispositivo e método de análise, propriamente dito, a inspiração foi a teoria sintática distribucionalista de Harris⁶, completamente abandonada posteriormente.

Outro texto tem importância para esta primeira fase da AD, pois encontra-se nele um retorno a Saussure com a proposta do discurso como reformulação do conceito de *parole*. Trata-se de um texto⁷ sobre a semântica e a dicotomia saussureana língua e fala, escrito por Pêcheux, Haroche e Henry, em que eles

⁶ O texto do lingüista americano Zellig S. Harris, que data de 1952, foi traduzido e publicado, na França, em *Langages*, 13, 1969, com o nome "Analyse du discours". Sua teoria reduz os enunciados a elementos sintáticos elementares, pregando a autonomia dessa ordem sintática.

⁷ *La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours* aparece em 1971, no número 24 de *Langages*.

investem contra a semântica tradicional e preconizam uma mudança de perspectiva, através da **semântica discursiva**. A semântica não poderia ser considerada como uma parte da língua, no mesmo nível das demais, pois a ligação entre as significações de um texto e suas condições sócio-históricas seria constitutiva do próprio sentido. É também nesse texto que se começa a fundamentar a teoria do discurso em uma teoria das ideologias, com a introdução do termo **formações ideológicas**.

O ponto central da ruptura saussureana, segundo os autores, é a subordinação da significação, que concerne à fala, ao valor, que diz respeito à língua, trazendo como consequência a exclusão, do estudo lingüístico, da semântica. Os problemas de descrição semântica existem, dentro da própria língua, tanto quanto os problemas referentes à sintaxe, à morfologia ou à fonologia; a diferença é que, nestas, o componente sócio-histórico é secundário, enquanto naquela ele é constitutivo, uma vez que *as palavras podem mudar de sentido, segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam* (Pêcheux et al. 1971: 140)⁸.

A luta contra o empirismo subjetivo, centrado no indivíduo, e o formalismo tendencioso de considerar somente a língua como objeto da Lingüística, excluindo todo o restante e vasto campo da linguagem, foi a alavanca que ocasionou o deslocamento teórico e a proposta de novos estudos, embasados em uma teoria

⁸ A tradução das citações, referentes aos textos originais, é de responsabilidade da autora.

materialista e que fundariam uma nova semântica, dita discursiva. Tal semântica ocupar-se-ia do processo de agenciamento de termos em uma seqüência discursiva, ligado às condições (posições) que possibilitaram sua produção.

Toda a formação social, considerando sua história, é caracterizada por relações entre as classes que a compõem, que expressam concordância, antagonismo ou dominação. Essas relações abrigam posições políticas e ideológicas, determinantes do que os autores nomearam **formação ideológica**:

cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem “individuais”, nem “universais”, mas relacionam-se mais ou menos diretamente com posições de classes em conflito umas com as outras (Pêcheux et al., 1971: 148)

Às **formações discursivas**⁹, como componentes das formações ideológicas, caberia manifestar, materialmente, “o que pode e deve ser dito”, por quem e em que posição, e de uma determinada maneira. O sentido estaria atrelado à formação discursiva. Todo o sentido do que é dito depende da FD em que o discurso está inserido.

Encerrando o texto, há uma primeira menção ao conceito de **pré-construído** que, tendo em vista a relação enunciado/enunciação, é definido como a atualização de posições sustentadas por um sujeito falante.

O que ficou de importante dessa primeira fase da AD foi a recusa em reduzir a linguagem a mero instrumento de informação e comunicação, pois, enquanto discurso, ela produz efeitos de sentidos entre posições; o que também ocasionou a negação do sujeito como origem de seu discurso. Destaca-se, da

⁹ O termo já fora evocado por M. Foucault em *Arqueologia do saber* (1969), mas, no presente texto, Pêcheux (1971) não faz referência a isso.

mesma forma, a referência às formações imaginárias, relacionadas a discursos anteriores e à atribuição de lugares, que consideramos ter sido a base de outros conceitos fundamentais propostos posteriormente, como o “interdiscurso”, ou o já citado “pré-construído”. Somos da mesma opinião de Malidier, ao dizer que *o essencial já está lá: o discurso não se mostra na evidência de seus encadeamentos, é necessário desconstruir a discursividade para tentar apreendê-la* (Malidier, *ibid.*: 16).

Outro ponto fundamental: parece-nos que, mais do que criticar a dicotomia saussureana, Pêcheux consegue superá-la (no sentido dialético do termo), reivindicando para o discurso o estatuto de estrutura social coletiva.

O paradoxo nesse momento, entretanto, dizia respeito às limitações da teoria lingüística a serviço da AD, por ser uma teoria estruturalista, com procedimentos fixos e etapas estanques, ao abrigo das determinações sócio-históricas.

A segunda época da AD tem início em meados da década de setenta e tem como pilar a obra *Les Vérités de la Palice*¹⁰. Anteriormente, entretanto, também no ano de 1975, apareceu um artigo que tem a qualidade de melhor situar o horizonte teórico da AD, bem como de revisar criticamente e aprofundar alguns conceitos, deixados “soltos” na primeira fase. Nesse artigo¹¹, Pêcheux e Fuchs elaboraram o famoso “quadro epistemológico”, que define o campo de estudos discursivos, articulando quatro regiões do conhecimento: o materialismo histórico, teoria marxista que compreende o desenvolvimento das transformações sociais com base nas formações sócio-econômicas e relações de produção, envolvendo, também, a questão ideológica; a Lingüística, como teoria das relações sintáticas e processos de enunciação e a teoria do discurso, compreendida como determinante histórica

¹⁰ Editada em 1975 e traduzida para o português como *Semântica e Discurso*, Editora da Unicamp, 1988.

¹¹ *Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*. Revista *Langages*, número 37 de março de 1975. O artigo encontra-se traduzido em Gadet e Hak (1993).

dos processos semânticos. Perpassando essas três regiões, uma teoria da subjetividade de origem psicanalítica.

A releitura do materialismo histórico é feita através de Althusser e do desenvolvimento de seu conceito de “ideologia”. Em sua obra de 1970¹², Althusser explica o mecanismo e o funcionamento da ideologia, sustentando três teses: a primeira vincula a ideologia a representações imaginárias (idéias, mitos, conceitos) do indivíduo com suas condições reais de existência; a segunda atribui-lhe uma existência material, pelas práticas e experiências dos sujeitos; e a última, a tese da interpelação, a mais importante para Pêcheux, então, afirma o indivíduo assujeitado pela ideologia, mas sem consciência disso, reproduzindo relações sociais desiguais. A primeira e a última tese colocam a ideologia no nível do inconsciente.

Cruzando o pensamento marxista com o freudiano, Althusser questiona o sujeito idealista-cartesiano, livre de vínculos e dono de si mesmo e de suas vontades, investindo nas formações imaginárias.

Desde que Freud produziu a terceira ferida narcísica¹³, desestabilizando o sujeito cartesiano e instituindo o inconsciente, foram abalados os alicerces da lógica tradicional e do racionalismo idealista. Ao investigar e interpretar os sonhos de seus pacientes, ele descobriu a existência de uma outra “linguagem” introduzida indiretamente, porém apoiada na linguagem verbal. A linguagem onírica manifestaria um conteúdo não coincidente com os seus referentes.

Freud, na Interpretação dos Sonhos, apresenta uma lógica que rejeita os princípios de não-contradição e de identidade. Para o inconsciente pode-se admitir que $A=A$ e $A \neq A$. (...) Nos limites do pensar, encontramos fenômenos marginais (sonhos, atos falhos, chistes, inibição, sintoma, angústia) que colocam em cena, ou

¹² *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado.*

¹³ Conforme o próprio Freud, as outras duas nos foram infligidas pelas descobertas de Copérnico: o homem não está no centro do universo; e de Darwin: o homem não tem uma origem divina, tampouco é a origem da humanidade, mas apenas um elo na cadeia evolutiva. (Chauí, 1997).

melhor, na linguagem, o que Freud reconhece como inconsciente (Souza, 1997: 97/8).

São essas concepções da psicanálise que, primeiramente via Althusser, Pêcheux traz para a conceituação do sujeito da AD.

Para a teoria do discurso, advém que o sujeito, por ser ideologicamente interpelado, não pode ser a origem de seu discurso, apenas reproduz discursos de outros. Esses discursos, que representam a materialidade da ideologia, integram as formações discursivas, responsáveis pelo sentido do que se diz. É, ainda, com base na interpelação ideológica, ligada ao inconsciente freudiano, que é formulada a teoria dos esquecimentos, “ilusão necessária” que constrói a unidade subjetiva. Nesse texto, Pêcheux e Fuchs (1975) referem-se ao **esquecimento nº 1**, como um processo inconsciente e ideológico, em que o sujeito tem a ilusão de ser o criador primeiro de seu discurso, “apagando” ou “recalcando” todo o exterior à sua FD; e ao **esquecimento nº 2**, onde o sujeito imagina ter o domínio do sentido do que diz, ou seja, o seu discurso é a expressão transparente da realidade. O sujeito “esquece” que tudo o que diz, bem como o seu sentido vêm da formação discursiva à qual se filia.

No campo da ciência da linguagem, a posição defendida pela AD é a da língua como a base material dos processos discursivos, ou o lugar da materialidade dos efeitos de sentido, sendo que tanto os mecanismos sintáticos como os enunciativos fazem parte da materialidade lingüística. No entanto, os efeitos de sentido não se originam de um sujeito centrado e intencional, que se apropria da língua e a coloca em funcionamento, por meio de um ato individual, conforme a teoria da enunciação de Benveniste (1974). Os autores propõem uma teoria não subjetiva da enunciação, onde o sentido é construído fora do sujeito, em processos que lhe são exteriores e que abarcam os dois esquecimentos, bem como o

interdiscurso, conceituado como o *exterior específico de um processo discursivo determinado*.

A teoria dos esquecimentos, que tem sua origem na teoria psicanalítica de Freud, foi abandonada tempos depois, porém o interdiscurso tornou-se um conceito fundamental para as teorias do discurso até os dias atuais.

No livro *Les vérités de la Palice*, Pêcheux investe na construção de uma teoria materialista do discurso, pregando a importância dos estudos lingüísticos, da semântica e da filosofia para o pleno desenvolvimento da AD. Aqui, também, aprofunda-se a crítica ao sujeito idealista, baseada nos próprios estudos da filosofia idealista, da semântica tradicional e nas contribuições trazidas da psicanálise.

O propósito é fazer uma análise materialista das “práticas de linguagem” e expor a contradição existente no fato de que *a “mesma língua”, no sentido lingüístico desse termo, autoriza funcionamentos de “vocabulário-sintaxe” e de “raciocínios” antagonistas* (Pêcheux, 1975: 26). Tal fato ocorre porque a língua é a base comum de diferentes processos discursivos, que não pertencem a sujeitos individuais, mas são coletivos. Ele precisa o conceito: um processo discursivo é um *sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, que funcionam entre elementos - “significantes” - em uma formação discursiva dada* (Pêcheux, *ibid.*: 161) É o lugar da produção dos efeitos de sentido.

Conceitos como o de **pré-construído**, **interdiscurso** e **formação discursiva** são novamente abordados e aprofundados, à luz da filosofia da linguagem e do materialismo histórico e também da teoria psicanalítica, tornando-se fundamentais para a AD. O desenvolvimento desses conceitos foi determinado pelo cerne da questão em uma nova teoria do discurso: a constituição do sujeito e a constituição do sentido.

O atravessamento da psicanálise no campo epistemológico da AD foi um meio encontrado por Pêcheux para solucionar essa questão. Aproximando os conceitos de ideologia (Marx, via Althusser) e inconsciente (Freud, via Lacan), o autor busca apreender, nessa articulação, o sujeito do discurso: um sujeito que não é o centro e tampouco a origem de seu discurso, já que interpelado. Nessa obra, Pêcheux aprofunda suas investigações no campo psicanalítico, avançando até as idéias lacanianas e firma que na teoria do discurso, como na psicanálise, não há relação transparente entre o significado e o significante.

A **ideologia**, sempre com base na teoria de Althusser, é considerada não como idéias, mas como forças materiais e é relacionada ao inconsciente freudiano, no sentido de que a interpelação ideológica é inconsciente, de onde resulta uma teoria não-subjetiva da subjetividade. Tanto a ideologia quanto o inconsciente têm a característica comum de estruturar, via linguagem, o sujeito, além de *dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”* (Pêcheux, *ibid.*: 152). Dissimuladas pela ideologia, as relações de classes são apresentadas como se não houvesse conflitos e todos os sujeitos fossem livres e tivessem igualdade de direitos.

Na materialidade lingüística, a evidência primeira é a do sujeito origem de si, que o leva a ser fonte de seu discurso, ocultando-se a interpelação pelo pré-construído; a outra evidência é a do sentido transparente, da linguagem como uma imagem transparente da realidade, mascarando-se aí o *caráter material do sentido*, ou seja, o fato de que não há sentido literal, *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam* (Pêcheux, *ibid.*: 160). As posições ideológicas são identificadas por formações ideológicas, materializadas pelas formações discursivas que determinam, em última instância, o sentido do dizer.

O conceito foucaultiano de **formação discursiva** (FD), como *a regularidade de uma prática*, onde o sujeito do discurso é apresentado como uma *função vazia*¹⁴, ou seja uma posição ocupada por qualquer indivíduo no momento em que formula o seu enunciado, foi deslocado para a teoria do discurso e retomado por Pêcheux que, com base nele, desenvolve a noção de **forma-sujeito**¹⁵.

O indivíduo, ao inscrever-se em uma formação discursiva, passa a ser constituído como sujeito ou, em outras palavras, é a FD que interpela o sujeito. O funcionamento imaginário do sujeito é explicado pela forma-sujeito, *estrutura discursiva* que designa a forma de sujeição que um indivíduo assume ao realizar a *incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso*. Fundamenta-se, assim, a unidade imaginária do sujeito e seu reconhecimento/identidade com outros sujeitos. Ao produzir seu discurso, o sujeito absorve elementos de outros discursos, produzidos por outros sujeitos; no entanto, essa determinação é apagada, gerando o processo imaginário que o leva a crer que o seu discurso lhe pertence. Na verdade, formula Pêcheux, o *lugar vazio* é ocupado pelo *sujeito universal* com o qual o enunciador identifica-se no interior de uma FD determinada.

Esse *sujeito universal* é aproximado, pelo autor, ao *Sujeito* interpelador de Althusser e ao *Outro* de Lacan (tomado da formulação: *o inconsciente é o discurso do Outro*), ligando materialmente na linguagem o *recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico*. Ou, ao que ele mesmo designa de *processo do Significante na interpelação e na identificação* (Pêcheux, *ibid.*: 133).

¹⁴ Foucault explica que o sujeito não é a origem ou a causa do enunciado, mas sim *um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes (...) e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos*. (Foucault, 1969: 107/9)

¹⁵ O termo foi tomado emprestado de Althusser (1980), que o relaciona à existência histórica de relações sociais contraditórias, determinantes do assujeitamento do indivíduo que somente passará a agente das práticas sociais, a partir de sua identificação a uma forma-sujeito.

O conceito de **interdiscurso** é retomado e desenvolvido a partir dessas últimas considerações, como o *todo complexo com dominante* das formações discursivas, por intermédio do qual acontece a interpelação do sujeito. Esse “todo complexo” é toda a memória discursiva e ideológica, já presente no momento da construção de um discurso, que também evidencia as contradições existentes nas formações sociais.

Atrelado ao conceito de interdiscurso, aparece o **pré-construído**¹⁶, designado como aquilo que é pensado anteriormente, em outro lugar e independente do que é construído no enunciado presente. Coloca em relação, e este ponto é fundamental para a AD, o discurso atual e o discursivo “sempre-já-aí”.

O pré-construído, tal como o redefinimos, remete simultaneamente “àquilo que todo mundo sabe”, isto é, aos conteúdos de pensamento do “sujeito universal” suporte da identificação e aquilo que todo mundo, em uma “situação” dada, pode ser e entender (Pêcheux, 1975: 171).

É essa memória sempre-já-aí que, interpelando ideologicamente o sujeito, obriga-o a produzir, no aqui e agora da enunciação, um sentido fixo, um lugar comum e reconhecido, mesmo quando não explicitado. Já em 75, Pêcheux considerava a noção de pré-construído um dos pontos principais na ligação da teoria do discurso com a Lingüística.

Voltando aos “esquecimentos” que regem o discurso, Pêcheux (1975) reelabora-os, agora baseado nas formulações lacanianas de *real*, *imaginário* e *simbólica*. Identificando o *eu imaginário* ao *pré-consciente* freudiano, ele afirma que o *pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente)*, formulando-se uma outra representação conscientemente ligada à primeira, *embora sua articulação real com ela seja*

¹⁶ A noção de **pré-construído** foi definida por P. Henry, em relação a estudos sobre a pressuposição, em texto de 1974 que, comporia, anos mais tarde (1977), o livro *A ferramenta imperfeita*.

inconsciente (Pêcheux, *ibid.*: 175). O elo que vincula essas representações verbais, resgatado pela *discursividade*, une-as em uma mesma FD que se torna um *espaço de reformulação-paráfrase*, cujo exterior continua oculto para o sujeito (esquecimento 1). O efeito do funcionamento do esquecimento 2, que é pré-consciente, é a ilusão do sujeito do discurso na formação discursiva que o interpela, de sua liberdade (imaginária) de sujeito-falante.

Por fim, à linearização material e lingüística de todos esses elementos, que estabelece o *fio* discursivo, foi dado o nome de **intradiscurso**. Ele atualiza, na FD, o processo de identificação do sujeito com o interdiscurso. Esse conceito terá um desdobramento mais significativo a partir dos anos 80.

A contribuição mais importante dessa segunda fase, ao nosso ver, foi o desenvolvimento teórico dos conceitos de “interdiscurso” e “pré-construído”, conceitos que, posteriormente, tornaram-se chave para os estudos na área da AD. A reflexão em torno desses conceitos permitiu o questionamento e a abertura para a relação com o *outro*, expressa, nesse momento, pela referência à contradição dialética que faz com que o discurso represente as relações de reprodução-transformação, protagonizadas pelos sujeitos, nas formações sociais. Como consequência, as formações discursivas deixavam de ter limites, tornando-se heterogêneas.

A adesão à teoria da interpelação ideológica de Althusser e sua aproximação ao inconsciente freudo-lacaniano produziu uma teoria não subjetiva da enunciação, que, fugindo do empirismo clássico, deslocou o sujeito do centro e fonte do sentido, ao mesmo tempo que o tornou completamente assujeitado e incapaz de resistir, crítica reconhecida mais adiante por Pêcheux.

O final de 1977 marcaria o começo de uma nova fase para a AD, quando novas formulações são introduzidas na teoria discursiva, não apenas por Pêcheux,

mas, principalmente, a partir das contribuições de vários estudiosos que integravam o seu grupo de pesquisas. É preciso não esquecer, também, que o campo de estudos discursivos, na França, era marcado por polêmicas que expressavam as posições políticas dos pesquisadores, contribuindo para o avanço das reflexões. Guilhaumou e Malidier (1986a) defendem que o momento inicial da terceira época foi o texto *Remontémons de Foucault a Spinoza*¹⁷, pois marca uma retificação ao percurso teórico de Pêcheux.

O tema do texto é uma reflexão sobre a categoria da “contradição”, influenciado, ainda, pelas idéias de Althusser. Dentro de um marco teórico dos estudos da linguagem, ele inicia com uma crítica à Academia, e aos lingüistas em geral, colocando em oposição a prática política e a universitária. Pêcheux afirma que a maneira de encarar um texto depende da prática política do analista. Para uma teoria de discurso que abranja o texto político é necessário o engajamento em uma prática política ou, seguindo o pensamento althusseriano, escolher um

¹⁷ Em novembro de 1977, Pêcheux apresenta esse trabalho em um simpósio sobre os discursos políticos na Universidad Nacional Autónoma de México. A publicação dos anais é de 1980.

lado na luta histórica das classes sociais. Essa tomada de posição determinaria o *modo de conceber as formas materiais concretas sob as quais as idéias entram em luta na história* (Pêcheux, 1977: 182). Tal opção, entretanto, estaria muito afastada tanto dos filósofos da linguagem quanto dos lingüistas.

Com o intuito de abordar a prática política marxista em oposição às teorias lingüísticas acadêmicas, pretendendo, porém, contribuir, ao mesmo tempo, para uma possível mudança no caminho de uma prática política universitária, Pêcheux trouxe ao debate o pensamento de dois filósofos que teorizaram sobre o discurso - Espinosa e Foucault - confrontando alguns pontos de seus escritos. Os dois filósofos adotaram procedimentos semelhantes ao relacionar os dois níveis, formal e semântico, de linguagem: a questão do sistema inalterável e das condições de mudança de sentidos dos enunciados, que leva ao questionamento do sentido literal; a questão do discurso ser determinado pelas posições de seu autor, bem como os deslocamentos de posição, efetuados por um mesmo sujeito; e, finalmente, as condições materiais da existência determinando a forma de expressão e a identidade ou divisão do sentido.

É em relação à prática política de ambos que se verifica a diferença: o primeiro trabalhou e utilizou a categoria da “contradição”, enquanto o segundo, na impossibilidade de fazê-lo, tornou-se um *universitário reformista*. Pêcheux deixa claro, porém, que a teoria de Foucault apresenta *surpreendente matéria de reflexão*, necessitando que se faça, nela, alguns deslocamentos para o desenvolvimento da categoria da contradição¹⁸.

¹⁸ Foucault (1969) classificou a formação discursiva enquanto sistema de regularidades de um discurso. Contraditoriamente, entretanto, fala também de *formas de repartição* e *sistemas de dispersão* que se constituem em desvios, rupturas, reformulações de continuidades discursivas históricas.

Em Espinosa, a contradição foi usada, espontaneamente, pois, ao atacar a religião, ele utilizou o próprio discurso religioso. Isso evidenciaria o fato de uma prática discursiva não ser *um bloco homogêneo, idêntico a si mesmo* (Pêcheux, 1977: 192), mas uma possibilidade de expressão de sentidos *divididos*.

Para a AD, tratava-se então de aprofundar a crítica em torno ao conceito de formação discursiva e suas condições de existência e utilização, bem como de retificá-lo. Retificação que questiona a conceituação foucaultiana da FD como uma regularidade homogênea¹⁹, já que, se as formações ideológicas expressam as contradições das classes sociais de um ponto de vista regional, as formações discursivas *deveriam reordenar-se segundo a análise das contradições de classes* (Pêcheux, *ibid.*: 196).

As classes sociais não são universos fechados. Apesar de seus antagonismos, elas vivem e experimentam problemas análogos, postos pela sociedade como um todo. A dominação acontece, segundo Althusser (1976), por uma *relação de desigualdade* que faz com que a classe dominante tenha suas idéias revestidas de universalidade, como se fossem comuns a toda a sociedade, como se houvesse uma sociedade homogênea. Conseqüentemente, é ocultada a realidade da divisão de classes.

Dentro dessa perspectiva, toda a formação ideológica deveria ser analisada sob um enfoque “regional” e de classe. O enfoque regional está ligado a elementos culturais, pois abarcaria, conforme texto anterior de Pêcheux e Fuchs (1975), a moral, Deus, o conhecimento, o Direito. Uma formação ideológica fala sobre as mesmas coisas, porém sob perspectivas contraditórias que têm a

¹⁹ Lembramos que em Foucault (1969) a noção está ligada aos princípios de unidade e individualização do discurso.

ver com o antagonismo das classes sociais. Em conseqüência, a FD passou a ser vista, a partir daí, não mais em termos de uma homogeneidade, mas como **unidade dividida**.²⁰ Não era mais lícito falar em formação discursiva, pensando em termos de classificação tipológica, porém em termos de definição da relação que ela mantém com seu *exterior discursivo* (o interdiscurso) e

determinar os avanços constitutivos mediante os quais uma pluralidade contraditória, desigual e internamente subordinada de formações discursivas se organiza em função dos interesses postos em jogo na luta de classes, em um momento dado de seu desenvolvimento e em uma formação social dada (Pêcheux, 1977:196).

A questão essencial passou a ser a da identidade e divisão do sentido. Como ocorre nas formações sociais, em uma mesma formação discursiva atuam forças contraditórias que introduzem o pensamento outro. É o que se evidencia no discurso de Espinosa, que expressa a oposição no interior da própria FD dominante.

Esse texto de Pêcheux é considerado um marco de mudança na teoria do discurso, pois, abordando a contradição, ele introduz um novo tema de estudo: a heterogeneidade.

Um pouco mais tarde, em 1978, e já em um quadro histórico de crise do marxismo francês, Pêcheux faz uma autocrítica e, retificando o que escrevera em *Les vérités de la Palice*, produz *Il n'y a de cause que de ce qui cloche*²¹, onde ele

²⁰ A **unidade dividida** é um conceito que expõe a essência da lei dialética da *unidade dos contrários*, discutida por Althusser em *Tesis de Amiens*, de 1976, e anexada por Pêcheux ao texto de 77. Na *Tesis*, o autor discute a contradição marxista como tendo a característica de ser *desigual*, no sentido de ser heterogênea. As classes sociais vivem em um mesmo mundo, mas não tem a mesma história, já que suas condições materiais de existência são diferentes. Por essa razão, *Todo desenvolvimento é desigual porque a contradição é desigual*. (Althusser, apud Pêcheux, 1977:198). Trata-se, então, segundo Pêcheux, de *pensar na contradição de dois mundos em um só*.

²¹ O texto referido foi traduzido como *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação* e publicado, em anexo, no livro *Semântica e discurso* de 1988.

aborda as falhas na interpelação da ideologia dominante, por meio de contradições estabelecidas por lapsos, atos falhos, equívocos, enfim, o *non-sense* que inscreve os traços de resistência e revolta, e por onde sobressai o discurso-outro.

Sua reflexão crítica partiu da explanação sobre o que ele denominou *Tríplice Aliança* teórica, ou seja, o campo de pesquisas envolvendo a Lingüística, o marxismo e a psicanálise sob os nomes de Saussure, Althusser e Lacan, bem como de suas divergências no cenário político francês.

Tais divergências seriam *uma única e mesma contradição política, operando no elemento filosófico*, levando-o a *intervir filosoficamente e a tomar partido*, ajustando seu pensamento às críticas recebidas sobre *Les vérités de la Palice*. As mais contundentes foram as relativas à questão da interpelação e da forma-sujeito.

Contra o *retorno idealista de um primado da teoria sobre a prática*, Pêcheux afirma seu inconformismo com o assujeitamento ideológico total e, recorrendo à expressão lacaniana que dá título ao artigo, diz:

o que falta é essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/non sens do sujeito dividido (Pêcheux, 1978: 300).

Esse *non sens* produziria um sentido pelo *deslizamento do significante*, um efeito de algum outro sentido, identificado à resistência e à revolta, indicando uma falha na interpelação e na reprodução. O processo discursivo possibilita ao sujeito escapar, deslizando por sua própria cadeia significante que não coincide (sempre) com o que ele diz.

O autor, a partir disso, recupera Foucault²², comparando o assujeitamento ideológico e o *processo de individualização-normatização (disciplinas de normatização)* no qual diferentes formas de violência do Estado assujeitam os corpos e asseguram materialmente a submissão dos dominados (Pêcheux, *ibid.*: 302). Faz, entretanto, uma ressalva no tocante à dificuldade de Foucault imaginar uma possibilidade de revolta, o que o impede, como já foi mencionado no estudo anterior, de lidar com a categoria da contradição.

No final do artigo, Pêcheux inscreve o sujeito nas práticas de resistência ao declarar que não há dominação sem resistência, sendo necessário *ousar se revoltar*; e que não se pode pensar do lugar de alguém, ou seja, é preciso *ousar pensar por si mesmo*.

São essas últimas referências que, segundo Mالدidier (1990), irão esboçar a partir de então e definitivamente o tema da *heterogeneidade*.

Outro marco de referência, nessa terceira fase da AD, foi o colóquio intitulado *Matérialités Discursives*, realizado em 1980, e que desde seu texto de lançamento, um ano antes, constituiu-se em ocasião de debates profundos e férteis para a teoria do discurso. Novos aspectos (melhor talvez fosse dizer reformulações) como a *heterogeneidade*, o *acontecimento discursivo*, a própria *materialidade discursiva*, introduzidos e discutidos nesse momento, contribuiriam decisivamente para a virada discursiva.

Organizado em torno de lingüistas, historicistas e analistas entre os quais Gadet, Courtine, Guilhaumou, Mالدidier, Marandin, Conein, Authier, Roudinesco e outros, além do próprio Pêcheux, o colóquio voltou-se para a questão do sujeito e das heterogeneidades discursivas, analisando os deslocamentos do enunciador

²² O Foucault recuperado é o de *Surveiller et punir* (1975), traduzido como *Vigiar e punir* e publicado pela Editora Vozes em 1977.

das *redes legitimadas*, fato que produziria um *acontecimento*, encarado como *construção de um efeito que retorna, repercutindo aquilo que trabalha às margens dos discursos* (Pêcheux, 1981: 17)

Exporemos algumas questões, tratadas nos artigos do colóquio, que nos parecem ser mais importantes, começando pelas críticas feitas à AD por Courtine e Marandin²³ que argumentavam no sentido de a AD trazer à tona as contradições e diferenças, as heterogeneidades escondidas sob a linearidade discursiva (intradiscurso).

Em seu artigo, os autores fazem a crítica, partindo das noções de *pré-construído*: como a condição de possibilidade do que é enunciável, recuperado pelo intradiscurso e que é anterior e independente do sujeito enunciador; e de *repetição* (paráfrase discursiva): na medida em que é nela que a AD se ampara, nessa repetição de um conjunto de marcas formais. Ambos os elementos estariam voltados para a apreensão do mesmo, inscrevendo o discurso na ordem do homogêneo.

Esse *malogro da heterogeneidade* foi possível devido à má interpretação que se deu ao conceito de *formação discursiva*, que não deveria ser considerado um *bloco compacto*, mas seria *heterogênea a si mesma*, sem *um limite traçado, separando um interior e um exterior*, mas inscrevendo-se entre várias FDs como *uma fronteira que se desloca, em função dos embates da luta ideológica* (Courtine e Marandin, 1981: 24)

Dessa forma, a relação existente entre a FD e seu *interdiscurso* definiria, contrariamente ao que se pensava até então, a própria FD. O interdiscurso é que

²³ Trata-se do artigo *Quel objet pour l'analyse du discours?*

regularia o deslocamento de fronteiras da FD e produziria certos efeitos ligados à *heterogeneidade*, à *descontinuidade* e à *contradição*, pois ele é a instância de *formação*, *repetição* e *transformação dos elementos de saber* da formação discursiva. Esses fatores foram exemplificados por meio de análises discursivas feitas, anteriormente, nas teses dos autores²⁴.

Os discursos repetem-se porque os sujeitos retomam já-ditos em seus discursos, mas não literalmente. A volta do mesmo, em outro lugar e em outro momento, institui o diferente. Portanto, os autores atentam, também, para o *intradiscurso* e propõem a reflexão sobre a seqüência discursiva como um espaço de ruptura e resistência.

A propósito de uma expressão de Barthes²⁵, *trapacear a língua*, Gadet apresenta o artigo de mesmo nome, onde aborda a relação língua-escritura concernente à forma como a língua é moldada quando se escreve. Trazendo exemplos de afirmações de que só haveria liberdade e possibilidade de criação na palavra, sendo a sintaxe, ao contrário, apresentada como *um fator de rigidez*, *uma censura*, a autora chama a atenção para o fato de que a maioria dos exemplos citados como criativos - os lapsos, as metáforas, os jogos com o significante em geral, os anagramas, as formas proverbiais, - estariam na verdade apoiados na sintaxe, sendo ela, portanto, a causa de mudanças semânticas. Qualquer transgressão à ordem sintática provoca novos sentidos.

Intervir na língua, continua Gadet, implica em sua desconstrução, e toda desconstrução apóia-se na oposição à concepção da língua como instrumento de comunicação, estabelecido sob uma norma ou sob um consenso social.

²⁴ A tese de Courtine, *Analyse du discours politique*, foi publicada na revista *Langages*, 62 de junho de 1981, enquanto a de Marandin, *Problèmes d'analyse du discours*, o foi em 1979, na mesma revista, número 55.

²⁵ Em *Leçon*, texto de 1978, seu autor fala em "trapacear" como um desvio, um deslocamento que faria *ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem...*

Trapacear a língua não significaria violar a sintaxe, mas supor a possibilidade de subversão que uma norma comporta. Assim, *toda regra deveria poder ser afetada por uma latitude de jogo* (Gadet, 1981: 122). A exploração desses “espaços de jogo”, permitida pelo próprio sistema da língua, poderia fazer parte de um efeito de sentido pretendido, efeito esse que possibilitaria uma verdadeira liberdade e criatividade na língua.

Jacqueline Authier contribuiu significativamente para a discussão sobre a presença do outro no discurso dos sujeitos, apresentando, nesse colóquio, seu trabalho sobre as aspas: *Paroles ténues à distance*, onde argumenta que a palavra marcada por aspas é um elemento autônomo dentro de um enunciado, apenas *mostrado* ao receptor, uma vez que de fato ela é *mantida à distância*, suspendendo a responsabilidade do enunciador.

Essa distância imposta implicaria como que uma manifestação do locutor, um *comentário crítico* a respeito dessa palavra *não apropriada* que remeteria a um *discurso outro*. Vários exemplos são utilizados pela autora para provar sua tese.

Se a palavra entre aspas está *à margem de um discurso*, é o argumento de Authier, não significa que esteja excluída, senão que ela o *delimita e constitui*, na medida em que *marca um encontro com um discurso outro*.

A reflexão sobre o funcionamento da *discursividade* nas formas seqüenciais do intradiscurso é a apresentação de Pêcheux em *O enunciado: integração, articulação e desligamento*. Ali, o autor defende que é por meio da sintaxe que se pode recuperar as condições sob as quais um enunciado passa da integração, momento em que é ocultado, à independência discursiva.

O colóquio encerra com uma mesa redonda: discurso - história - língua, onde são reafirmadas várias questões, debatidas pelos participantes, entre outras: a do

discurso ligado à materialidade histórica, ou seja, *há efeitos de determinação da estrutura histórica sobre o discursivo*; a do discurso como experiência social, onde a materialidade significativa constrói um campo semântico que vai *trabalhar sobre o real social*; a da articulação do discurso da Lingüística com outros domínios, já que *a linguagem, o discurso não são propriedades exclusivas dos lingüistas*; a questão do que domina um discurso não ser da ordem de suas regularidades sintáticas, mas da organização de um exterior interdiscursivo; a de pensar o discurso como um “acontecimento” discursivo que rompa com a repetição de um “domínio de memória”, *onde se assegura a homogeneidade de uma formação discursiva*; a do acontecimento como interrupção do mesmo, mas também como “emergência” de outros sentidos, construídos pelo deslocamento do discurso de seus lugares habituais.

Em resumo, concluiu-se pela necessidade de *destruir a homogeneidade imaginária dos intradiscursos* e de definir um discurso que possibilitasse *uma perspectiva para discernir o que resiste a se dizer no dizer mesmo e assim romper o círculo da repetição e das paráfrases* (p.200).

É assim que os anos 80 encontram a AD em plena transformação, encarando de frente a alteridade. *Os textos desta época portam os traços das mudanças, eles são habitados de palavras dos outros* (Maldidier, 1990: 68)

O trabalho da Lingüística e da história no discurso, agora com o atravessamento da psicanálise, eis o tema da publicação de Pêcheux e Gadet, *La langue introuvable*, em 1981.

Abordando exemplos históricos da Revolução Francesa, da Comuna de Paris e da Revolução Comunista²⁶, eles demonstram que as marcas lingüísticas não são de ordem lógica, porém são passíveis de deslocamentos discursivos, de transgressões e reorganizações.

Os autores recuperam em Saussure o que há de duplicidade, de paradoxal em sua obra (no *Curso* e nos *Anagramas*), como a questão da arbitrariedade ou a do valor e explicam que não há unidade ou identidade na representação que une a palavra à realidade, mas uma divisão, um corte.

Por esse motivo, todo o processo revolucionário afetaria o espaço da língua juntamente com os processos discursivos. Fazem então um relato de alguns processos revolucionários e seus efeitos nas mudanças lingüísticas, considerando-os um grande *trabalho de língua* por intermédio do qual *as massas em revolução se põem a falar*. Nesses momentos, como na poesia, nos trocadilhos, nos atos falhos ou nos equívocos, ocorreriam deslizamentos de sentido, transformações.

Não se pode esquecer que, exatamente em períodos de ditadura, há uma ocultação do que é contraditório e *a linguagem tende a ser tomada pelo real, a representá-lo sem distanciamento, a constituir seu equivalente* (Gadet e Pêcheux, 1981: 97). Deixam de existir as ambigüidades, a língua passa a ser a expressão literal da realidade.

²⁶ Quando abordam a *lingüística marxista*, Gadet e Pêcheux fazem uma pequena referência a Bakhtin e a sua teoria sociolingüística materialista, próxima de uma *psico-sociologia da comunicação verbal*, porém totalmente *cegos à subversão freudiana da psicologia* (p. 104).

Notadamente nessas ocasiões, constataam os autores, o que foi excluído retorna à realidade por meio do absurdo. O sentido não se separa da falta de sentido, fazendo com que haja um espaço de jogo metafórico que separa a língua do real, ao mesmo tempo que o toca. Os autores defendem nessa obra, ancorados na leitura de Milner (1978), que a relação entre o real e o absurdo, já presentes no Saussure dos *Anagramas*, baseia-se em *falhas* não explicadas logicamente que atravessam a língua: como no ato falho (Flores, 1997). Aproximando-se novamente das teses de Lacan, agora via Milner, que trabalha o registro lacaniano de *real*, eles insistem em que a representação que une a palavra à realidade não é una, no sentido de ser espelho, imagem: não há unidade, senão divisão, descontinuidade, corte. Essa *falha* constitui o *real da língua*, o fato de que tudo não se pode dizer, pois excede. Não obstante, esse excesso *impossível de dizer* continua presente, provocando efeitos.

E eles concluem que, por ser a linguagem uma representação do real, existe uma ordem própria à língua, possibilitando um jogo criativo, um trabalho de construção de sentidos com base em estranhamentos discursivos, deslizos inerentes à linguagem²⁷. Assim, sem reduzir a ciência lingüística a uma concepção de mundo, Gadet e Pêcheux propõem para ela uma prática teórica que tem como objeto o *real da língua*.

Em meados de 81, no prefácio à tese de Courtine²⁸, Pêcheux conclama os analistas de discurso a voltarem suas pesquisas para os discursos ordinários, nas suas várias formas orais de registro dos discursos cotidianos.

²⁷ Para uma nova interpretação da aplicação da categoria de *real* lacaniano à AD, remetemos ao interessante texto de Teixeira (1997), de onde retiramos o seguinte trecho: *Fazer intervir o real na constituição do sujeito é admitir que há um resto que permite ao sujeito escapar da alienação total à Ordem. Se é assim, o sujeito não se reduz ao eu, lugar do desconhecimento imaginário, e também não se perde no processo de assujeitamento ao significante.* (p. 83).

²⁸ J.-J. Courtine: *Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens*. A tese foi publicada em *Langages* 62.

Pêcheux elabora, assim, um novo deslocamento face à questão do sujeito: fazer surgir um novo sujeito, deslocado das redes de legitimidade, fora dos espaços institucionais. Um sujeito enunciativo descrito a partir da recuperação de seu lugar enunciativo, sujeito-outro recuperado da própria FD, via interdiscurso, onde o mesmo é constitutivamente, e contraditoriamente afetado por seu outro.

A partir de discussões do grupo de AD e leitura de arquivo²⁹, foi publicado, em 1982, o artigo *Ler o arquivo hoje*³⁰ que colocava em foco a leitura, compreendida como diferentes *gestos*³¹ de leitura que constroem arquivos, sob as diferentes perspectivas de historiadores e analistas de discurso.

A questão da interpretação era colocada como central no que Pêcheux chamou *a divisão social do trabalho da leitura*, em que somente a alguns é dado o direito à produção de interpretações originais, enquanto aos outros cabe a tarefa de reproduzi-las literalmente.

Ligado a isso, Pêcheux alertava para o que ele previa ser um futuro “utilitário” da informática que afetaria a memória histórica de nossa sociedade, pela ameaça de uma normatização *asséptica da leitura* e da influência de *línguas lógicas de referentes únicos*. E enfatizava:

*No cerne da questão: a ambigüidade fundamental da palavra de ordem mais que centenária “aprender a ler e a escrever”, que visa ao mesmo tempo a **apreensão de um sentido unívoco** inscrito nas regras escolares de uma assepsia do pensamento e o **trabalho sobre a plurivocidade do sentido** como condição mesma de um desenvolvimento interpretativo do pensamento (Pêcheux, 1982: 59).*

Para desenvolver um trabalho de leitura de arquivo, o ponto central seria o reconhecimento da relação existente entre a língua como *sistema sintático passível*

²⁹ *Arquivo* é um outro termo emprestado de Foucault e empregado como um conjunto de documentos sobre uma determinada questão.

³⁰ Artigo publicado em *Gestos de leitura*, Editora da Unicamp, em 1994.

³¹ O termo *gesto* foi empregado por Pêcheux, em 1969, e definido como um ato no nível simbólico.

de jogo, ou seja de falhas e deslizos, e a discursividade como *inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história*.

Nesse momento de intensa pesquisa e debates em grupo, segundo Maldidier (1990), Pêcheux refaz o percurso da AD e traz para discussão o texto *A análise de discurso: três épocas*. Nele, o autor enfatiza alguns pontos fundamentais para a terceira fase, vivida no momento em que escrevia o texto, sobretudo a questão do primado do outro sobre o mesmo e a análise das *formas lingüístico-discursivas do discurso-outro* e a questão da inscrição de um conjunto de traços da memória interdiscursiva no fio intradiscursivo.

Continuando a reflexão sobre a leitura como produção de uma interpretação, Pêcheux escreveu, também em 1983, *Leitura e memória*³² como parte de um projeto que visava a abordar *o estudo das incidências do interdiscurso na análise lingüístico-discursiva da seqüência*.

O enfoque recaiu sobre as noções de **memória**, como um estatuto social, e **interdiscurso**. O espaço de memória é constituído de um conjunto (interdiscursivo) sócio-histórico de traços discursivos heterogêneos e contraditórios, o que levou à conceituação de interdiscurso como a memória histórico-discursiva do dizer.

A memória seria, para o autor, *um conjunto complexo, pré-existente e exterior ao organismo, constituído por séries de **tecidos de indícios legíveis** que constituem um corpo sócio-histórico de traços* (Pêcheux, 1983b: 286).

Nesse ponto, Pêcheux introduz uma nota sobre o trabalho de M. Bakhtin, apresentado por T. Todorov, que inscrevera o enunciado em um corpus de traços sócio-históricos e coletivos, ligados à memória, ressaltando o *dialogismo*: esse diálogo com o discurso-outro. E ele cita: *A cultura é composta de discursos que retêm*

³² O texto é de 1983, mas somente foi publicado em 1990 na obra de D. Maldidier *L'inquiétude du discours*.

a memória coletiva (tanto os lugares comuns e os estereótipos como as palavras excepcionais), discursos em relação aos quais cada sujeito é obrigado a se situar (Todorov, 1981: 8). A menção dessa nota é de fundamental importância para o nosso trabalho, uma vez que pretendemos relacionar a questão da memória nas obras de ambos os autores (Pêcheux e Bakhtin).

Para Pêcheux, essas redes de traços e pistas comporiam também a noção de ideologia ou de “universo de representações e crenças”. E por aqui, ele reencontra o Foucault de *Arqueologia do saber*, que inscreve o enunciado como fundamento de uma rede sócio-histórica de saberes discursivos.

A redefinição da AD, a partir dessas bases, dá-se em termos da produção e interpretação (leitura) de *discursividades* (enunciados, seqüências) *não estabilizadas logicamente, como os múltiplos registros do cotidiano*³³. São levados em conta três pontos essenciais: o interdiscurso como conjunto sócio-histórico e material de traços discursivos exteriores e anteriores à seqüência atual e que constitui o seu espaço de memória; uma análise lingüístico-discursiva que associa as “*instruções*” *que permitem a construção da significação e o processo de interpretação de sentidos* de uma seqüência; e a língua, que não pode ser tomada como um instrumento lógico, mas como *o espaço privilegiado de inscrição de traços languageiros discursivos que formam uma memória sócio-histórica*. Tal conjunto de traços discursivos seria, verdadeiramente, o objeto da AD.

Concluindo, Pêcheux argumenta que, para se fazer uma análise lingüístico-discursiva de uma seqüência, em referência a um corpo interdiscursivo de traços sócio-históricos, há que se recuperar, via intradiscorso, as marcas enunciativas bem como estudar, então, as formas sob as quais os efeitos interdiscursivos (como o

³³ A análise discursiva dos registros do cotidiano é considerada sob o prisma de de Certeau (1980), *A invenção do cotidiano*.

pré-construído) intervêm na estruturação da seqüência, fator evidenciado, sempre, pela presença do *discurso-outro*.

O último texto de Pêcheux *O discurso: estrutura ou acontecimento*³⁴ é dedicado à noção de **acontecimento** e coloca, uma vez mais, a análise de discurso sob o prisma de uma leitura interpretativa.

O conceito “acontecimento” foi focado como um fato novo, singular, imprevisível em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e reorganiza, uma novidade, enfim, que não exclui a opacidade, inscrita no jogo de alguns enunciados que remetem ao mesmo fato, mas que têm sentidos diversos. *O confronto discursivo prossegue através do acontecimento..* (Pêcheux, 1983c: 20). A contradição está sempre manifesta no interdiscurso. O confronto só se torna aparente via análise do intradiscurso.

Analisando o enunciado “On a gagné”- “ganhamos”-, expressão do acontecimento político que foi a vitória de F. Mitterrand, em maio de 1981, na eleição presidencial francesa, o autor tece um paralelo metafórico dessa frase entre o campo político e o campo esportivo. Tomado sob a ótica dos meios de comunicação, tal enunciado teria a *mesma univocidade lógica*. Sob o ângulo da AD, entretanto, sabe-se que esse enunciado é opaco: sua materialidade lingüística coloca-o em meio a uma série parafrástica de enunciados heterogêneos, desvendados no momento em que se colocarem questões referentes ao sujeito do verbo ou a seus complementos elididos, ou seja, questões simples como: quem ganhou? o quê, como e por quê?

A partir do exemplo de um acontecimento, a questão teórica que coloco é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência

³⁴ Comunicação apresentada pelo autor na conferência *Marxism and the interpretation of culture: limits, frontiers, boundaries*, em julho de 1983, na Universidade de Illinois Urbana-Champaign. Pêcheux desapareceria em dezembro desse mesmo ano.

logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca e formulações irremediavelmente equívocas (Pêcheux, 1983c: 28)

Estava novamente em pauta, a questão dos “gestos” de leitura como apreensão do real, abordado sob a perspectiva da diferença entre descrever e interpretar. A interpretação de um outro tipo de real, *um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos* (Pêcheux, *ibid.*: 43) Os analistas de discurso reivindicavam novas práticas de leitura que cruzariam o que fosse dito aqui e agora com a memória histórico-discursiva do que foi dito em outro momento em outro lugar, a fim de *“entender” a presença de não ditos* (mas que poderiam ter sido) *no interior do que é dito.*

Junto a isso, uma nova preocupação: a de trazer como objeto de análise os discursos cotidianos, *registros do ordinário do sentido*, silenciados comumente. Descrivê-los e expô-los ao equívoco da língua, percebendo com isso que todo enunciado pode *tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro* (p.53). Os enunciados, descritos como estruturas lingüísticas, são igualmente *pontos de deriva* passíveis de interpretação. Nesse espaço entre a estabilização e a transformação do sentido, a AD deveria trabalhar.

Os analistas deveriam determinar, nas práticas de análise de discurso, os momentos de descrição e os de interpretação que remetem, o primeiro, à descrição da estrutura lingüística e, o segundo, à interpretação da *montagem discursiva*, onde o discurso-outro insiste em se mostrar. Tal análise colocaria o discurso, dialeticamente, tanto na ordem da estrutura quanto na do acontecimento.

No final do texto, Pêcheux critica a noção de formação discursiva que, como uma concepção estrutural, *idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento*, estaria

voltada para a repetição, para a regularidade, apagando a possibilidade do acontecimento. Para esse novo Pêcheux, no entanto, o assujeitamento nunca pode ser total: *não há identificação plenamente bem sucedida*. Não há dominação sem resistência.

Todo o discurso depende de *redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe*, conclui o autor; entretanto é pelo fato mesmo de existir que ele tem a possibilidade de sinalizar para uma desconstrução e, ao mesmo tempo, para uma reconstrução dessas cadeias. *Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação* (Id. *ibid.*: 56)

A terceira época marcou uma mudança de rumo na AD, refletindo as crises vivenciadas no período: tanto no marxismo (em geral como, principalmente, no marxismo althusseriano) quanto no próprio campo dos estudos lingüísticos. Algumas expressões, tidas como chave nas épocas anteriores, desapareceram. É o caso das “condições de produção” estáveis e homogêneas e da “formação discursiva” como uma máquina lógico-lingüística com autonomia para a análise. E, fundamentalmente, o deslocamento da análise de discursos institucionalizados para os ordinários, onde o sujeito é encontrado, via história, pelo trabalho de memória, pela *incessante retomada do já dito*, que coloca em circulação as heterogeneidades discursivas e permite, mais uma vez, constatar que o sentido não é estanque, ele *escapa sempre*.

Nosso trabalho de recuperação das idéias e projetos que marcaram as três épocas da AD foi feito, considerando a trajetória de Pêcheux, esse *semeador de idéias* da análise de discurso que, ao longo dos anos, desenvolveu mais que uma teoria do discurso, uma teoria do sujeito e do sentido no discurso.

A reflexão teórica de questões como a ligação sujeito-produção de sentido e sua conseqüente relação com a leitura, em uma perspectiva de interpretação,

juntamente com a retomada da questão da enunciação, parece ter levado a AD a firmar suas bases teóricas. *A enunciação reapareceria sob a categoria da **contradição** que seria designada, de forma mais descritiva, de **heterogeneidade** e, sob uma outra categoria, a do **acontecimento*** (Guilhaumou e Maldidier, 1986a: 64). A formulação da língua como a base material sobre a qual se desenvolvem os processos discursivos que, na terceira época é reformulada, passando a constituir os dois momentos sucessivos de descrição da estrutura lingüística e de interpretação da montagem discursiva, aprofundou a relação entre a teoria do discurso e a Lingüística.

Mas Pêcheux não realizou um trabalho solitário, como ficou evidenciado na descrição de seu caminho. Alguns pesquisadores, porém, tiveram importância elevada e marcaram, com seus estudos, as mudanças ocorridas na disciplina. Sobre essas obras trataremos a seguir.

1.2 Os adendos de outros autores à teoria até 1983

Parece-nos importante agregar neste momento as contribuições propostas por alguns pesquisadores do grupo de Pêcheux e que foram amplamente divulgadas e comentadas à época, provocando algumas alterações na teoria do discurso, feitas ainda pelo próprio Pêcheux.

Não é nossa intenção comentar as obras em sua totalidade, mas apenas tomar como referência as questões que, a nosso ver, geraram discussões nos grupos freqüentados por Pêcheux, levando-o a promover modificações em alguns aspectos teóricos de sua obra.

Mantendo a ordem cronológica de apresentação, começaremos pela contribuição de P. Henry, citado em *Les vérités de la Palice*, que gira em torno do conceito de pré-construído. Henry (1975) assim denomina o efeito subjetivo de

anterioridade e já sabido que caracteriza as construções relativas. Efeito produzido pela base material sintática, em jogo no funcionamento discursivo.

O mesmo tema é abordado posteriormente em relação aos estudos sobre pressuposição. Criticando estudos sobre esse tema realizados por O. Ducrot³⁵ que, baseado na teoria da referência de Frege, afirmava a existência de construções sintáticas, que pressuporiam referentes independentes da asserção do sujeito falante, Henry (1977), da mesma forma como o fizeram Gadet e Pêcheux anteriormente, coloca a questão do sentido no cruzamento da sintaxe com a semântica, mais exatamente no lugar de articulação do discurso com a língua. Esses elementos sintáticos fora do controle do sujeito não remetem, como em Ducrot, para a lógica da literalidade, mas aparecem como *traços de construções anteriores*, de articulações lingüísticas já “*ousadas*” em outros discursos e por isso já evidentes. No pré-construído haveria uma *discrepância entre dois domínios de pensamento*, sendo que um deles pré-existe ao sujeito; é um elemento que foi pensado *antes, em outro lugar, independentemente* e por outros sujeitos.

É a partir desse enfoque que Pêcheux sugere, em lugar de pressuposto, a noção de pré-construído e considera-o um efeito discursivo ligado a uma

³⁵ Henry cita as seguintes obras de Ducrot: *Logique et linguistique* (1966), *Pré-supposés et sous-entendus* (1969) e *Dire et ne pas dire* (1972).

articulação sintática, referendando a consideração de Henry: a sintaxe é uma *ferramenta* essencial para a AD.

Também nesse texto, Henry inicia uma reflexão que aproxima a análise de discurso da psicanálise lacaniana, abordando a relação linguagem-ideologia-inconsciente e que será útil a Pêcheux em suas reflexões posteriores sobre o assunto. Não iremos adiante com o tema, pois, conforme mencionado, a psicanálise não será objeto de nossa reflexão.

A tese defendida por Marandin (1979)³⁶ tem o mesmo propósito de Pêcheux e Henry que era o de aproximar a AD da Lingüística. Começa definindo a **língua** como uma materialidade histórica com triplo funcionamento sistemático: o sistema de valor (semântico); o sistema formal da sintaxe e da morfologia e o aparelho da enunciação (que permitiria a um sujeito estar em relação com outro). Estão novamente em jogo os três fatores essenciais para a teoria do discurso: o sujeito, o sentido e o objeto material de análise.

Marandin realizou uma leitura crítica da obra de Pêcheux e tomou como base de suas orientações o texto de Foucault (1969), *Arqueologia do saber*. Com esse apoio teórico, ele coloca em evidência o intradiscurso e sua dependência de um já-dito, o que faz com que haja uma *não homogeneidade histórica dos diferentes pensamentos que constituem os discursos* (Marandin, 1979: 45)

Ao trabalhar com a relação intradiscurso-interdiscurso, investindo na seqüência discursiva como o lugar da repetição, ele salienta que o retorno do mesmo pode também instaurar o heterogêneo. O “fio” do discurso é, igualmente, um lugar de rupturas que possibilita o acontecimento discursivo.

³⁶ *Problèmes d'analyse du discours: essai de description du discours français sur la Chine.*

A tese de Courtine (1981) constituiu-se um marco teórico dentro da AD, pois é a partir dela que se começa a repensar a noção de formação discursiva. A ele deve-se, também, a reaproximação teórica com o trabalho de Foucault. A tese aproxima as formulações de Pêcheux e Foucault sem perder de vista a categoria da contradição³⁷. É, segundo o próprio autor, uma tentativa de redefinição de um conjunto de *proposições teóricas e metodológicas - um esforço de filiação que não seja uma repetição pura e simples* (Courtine, 1981: 13)

Atentando para o fato da diversidade dos objetos de análise nas duas teorias, Courtine tentou trabalhar com a perspectiva foucaultiana dentro da AD. A principal redefinição deu-se em torno do conceito de formação discursiva. Em Foucault (1969), o discurso está estreitamente ligado à formação discursiva, como um conjunto de enunciados por ela regulados. A regularidade da FD é, no entanto, quebrada pelo que Foucault convencionou chamar *formas de repartição* ou *sistemas de dispersão* que concernem às diversas posições ocupadas pelo sujeito e representadas em um discurso.

Sempre sob o signo da contradição, Courtine conceitua a FD, tendo em vista a noção foucaultiana, como **unidade dividida**, instalando essa contradição no cerne mesmo das formações discursivas, *entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade*.

A crítica dos analistas de discurso a Foucault residiria precisamente nesse ponto: no fato de ter conceituado a FD como uma regularidade, sem considerar, no entanto, seu estudo via categoria da contradição.

A regularidade aconteceria, em Foucault, no nível do *sistema de formação dos enunciados*. Note-se que para ele, diferentemente da AD, o enunciado é encarado

³⁷ Pêcheux (1977) fizera uma crítica ao conceito de discurso utilizado por Foucault, pela omissão da categoria da contradição.

em uma perspectiva discursiva, estando no nível do interdiscurso. A seqüência concreta, o intradiscurso é representado no nível da *formulação*.

Os dois níveis referidos colocam em voga a dicotomia enunciado/enunciação. Para Courtine,

A oposição enunciado/enunciação permite pensar o discurso na unidade e na diversidade, na coerência e na dispersão, na repetição e na variação; ela reparte esses modos contraditórios de existência do discurso como objeto entre os dois níveis, aquele do enunciado e aquele da formulação, que coloca em jogo a descrição das FD: à existência vertical, interdiscursiva de um sistema de formação de enunciados garantindo ao discurso a permanência estrutural de uma repetição, corresponde a existência horizontal, intradiscursiva da formulação, onde a enunciação pode produzir uma variação conjuntural (Courtine, 1981: 45).

O enunciado, na *Arqueologia*, é da ordem da regularidade e da repetição, enquanto a enunciação é um acontecimento singular, situado e datado. Courtine assumiria, em sua tese, essa mesma orientação teórica.

A tese de Courtine é importante por abordar a questão do heterogêneo no interior da FD, colocando em circulação a noção de enunciado como uma unidade dividida³⁸ e mostrando com isso que uma formação discursiva é constitutivamente freqüentada por seu outro e que esta contradição se inscreve na própria materialidade lingüística da FD. A partir de Courtine, a formação discursiva é afirmada como heterogênea a ela mesma.

Em relação à questão do sujeito e de seu assujeitamento ideológico, ela é inexistente na *Arqueologia*, uma vez que, como todos sabem, Foucault decretara a morte do sujeito, colocando em seu lugar a noção de *posição do sujeito*, que

³⁸ Tornamos a lembrar que Courtine toma como base a categoria marxista de contradição dialética, que tem como uma de suas leis a “unidade e luta dos contrários”, constituindo tanto a identidade quanto a diferença.

concerne à descontinuidade e à dispersão do mesmo. O sujeito do enunciado é uma *função vazia* que pode ser ocupada por qualquer indivíduo.

A *posição* é associada ao conceito de **forma-sujeito**, já referido anteriormente por Pêcheux (1975) e Henry (1977), esse processo imaginário de identificação do enunciadador com o sujeito do saber de uma formação discursiva. Para Courtine, a *função vazia* exprime o lugar do sujeito universal de uma FD determinada que enuncia o já sabido. Portanto, o lugar “vazio” é na verdade ocupado pelo sujeito do saber, próprio a toda FD, com o qual os *sujeitos enunciadadores* identificam-se via *elementos de saber (enunciados) pré-construídos*, tomando-os como se pertencessem a seus próprios discursos.

É ainda Courtine que introduz na AD a noção de **memória discursiva**, partindo da conceituação foucaultiana de *campo associado*³⁹ ou *domínio associado*, que diz respeito à relação entre formulações (as seqüências concretas). *Toda produção discursiva (...) faz circular formulações anteriores, já enunciadas (...) que ela repete, refuta, transforma, nega* (Courtine, 1981: 52).

A memória discursiva tem relação com a memória histórica do dizer, *concerne a existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos* (Id., *ibid.*: 53) Tanto a noção de memória discursiva quanto a de *efeitos de memória* deveriam ser trabalhadas nos dois níveis de descrição da FD: a primeira funciona no nível do enunciado, enquanto os efeitos são a atualização via formulação, no momento da enunciação, dos elementos de saber interdiscursivos (enunciados).

³⁹ O *campo associado* tem a ver com a própria história do enunciado (elemento de saber pré-construído). *Um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados*, que o atualizam tanto concordando quanto contestando (Foucault, 1969).

A contribuição definitiva para a abordagem da presença da alteridade no discurso do sujeito foi feita por J. Authier-Revuz que, trabalhando no campo da semântica e da enunciação, evidenciou as rupturas apreensíveis na superfície material do discurso, decorrentes das marcas deixadas ali por outros discursos, produzidos anteriormente.

Authier-Revuz (1982), tendo como referência os estudos sobre dialogismo de Bakhtin e a psicanálise lacaniana, defende a existência de formas marcadas de heterogeneidade, explícitas ou implícitas, que irrompem no processo enunciativo, comprometendo e posicionando o dizer do falante. Os exemplos multiplicam-se: o discurso relatado - discurso direto e indireto -; a *conotação autonímica*, termo usado para definir a utilização das palavras de outro por meio de aspas, ou grifos, sem contudo descontinuar o “fio” discursivo; os vários tipos de glosas metaenunciativas e de metalinguagem; como também as várias possibilidades da *presença diluída do outro no discurso*, o discurso indireto livre, as ironias, metáforas e metonímias, etc.

Às formas de alteridade, descritas lingüisticamente na seqüência material do discurso, a autora denomina de *heterogeneidade mostrada*. Já a *heterogeneidade constitutiva* indica a representação não explicitada, em um discurso, de sua relação constitutiva com outros discursos anteriores, fato esse nunca considerado pelos estudos lingüísticos tradicionais.

As formas, marcadas explicitamente ou não, são mostradas no fio linear do discurso como sinais da própria natureza dialógica da linguagem, de sua própria heterogeneidade constitutiva. O objetivo de Authier-Revuz foi *articular a realidade lingüística das formas mostradas (ou sugeridas) da heterogeneidade à realidade da heterogeneidade constitutiva* (Authier-Revuz, 1982: 99)

Como a Lingüística nunca tocou no problema, a autora apoiou suas investigações sobre a heterogeneidade constitutiva em duas abordagens exteriores, quais sejam, o dialogismo bakhtiniano e a psicanálise lacaniana.

A concepção de um sujeito uno é questionada em Bakhtin pela necessidade da interação dialógica entre os indivíduos. O dialogismo é um princípio de constituição tanto do ser humano como da linguagem. No discurso, o reflexo disso dá-se através das palavras empregadas, que são sempre *habitadas* por outros discursos, em relação aos quais o locutor posiciona-se conscientemente ou não.

Em alguns momentos desse texto, Authier-Revuz aproxima a teoria da produção do sentido de Bakhtin à de Pêcheux, principalmente à obra de 1975⁴⁰.

A teoria psicanalítica apresenta o sujeito como dividido e descentrado pelo inconsciente, mas sempre procurando escamotear essa divisão. Os sonhos, atos falhos, lapsos, esquecimentos, etc., seriam sintomas de manifestação do inconsciente, resgatáveis pela escuta analítica, uma vez que *a linguagem é a condição do inconsciente*. Existiria uma *eficácia específica da linguagem* no trabalho psicanalítico que deslocaria o discurso de sua cadeia significante normal para nele escutar outras vozes, outros discursos. A escuta analítica pontua no discurso explícito o que ignoramos do nosso próprio discurso interior. O que expressamos na cadeia lingüística linear pode significar outra coisa, pode haver outras palavras sob aquelas que dizemos.

Se, conforme duas proposições de Lacan (apud Authier-Revuz, *ibid.*): *o inconsciente é o discurso do outro* e *o inconsciente é estruturado como uma linguagem*, o sujeito só poderia ser tomado, então, como uma *representação*, um *efeito de linguagem*, não reconhecendo os outros discursos que o constituem tampouco o fato de não ser a fonte do que diz.

Na opinião de Authier-Revuz, o lingüista deveria reconhecer, na ordem do discurso, a forma ilusória pela qual o sujeito representa-se como centro de sua enunciação. É o que ela faz, relacionando a heterogeneidade mostrada **no** discurso e a heterogeneidade constitutiva **do** discurso e afirmando que, pela ilusão da unidade, o sujeito denega a heterogeneidade constitutiva de seu discurso, marcando na linearidade da seqüência significativa um lugar limitado para o discurso-outro. *É a estrutura material da língua que permite que, através da linearidade de uma cadeia, se inscreva a polifonia de um discurso* (Authier-Revuz, *ibid.*: 135).

A análise de discurso vai procurar resgatar a heterogeneidade constitutiva do discurso, através da materialidade discursiva representada, no interdiscurso, pelo pré-construído.

1.3 As contribuições pós-Pêcheux

Interessa-nos apresentar nesta parte do trabalho algumas contribuições dadas à AD por aqueles autores ligados aos grupos de estudos de Pêcheux e que foram realizadas após a morte do fundador da AD. Não temos a pretensão de cobrir todos os textos publicados, mas somente aqueles que têm relevância para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Vários assuntos continuaram a ser discutidos e polemizados nas pesquisas, no entanto, parece-nos que alguns merecem destaque pela constância com que aparecem nas publicações. São eles: a questão da enunciação, ou seja, do sujeito e do sentido, a relação interdiscurso-intradiscurso e a análise do pré-construído, os níveis de análise lingüístico e discursivo e o acontecimento discursivo.

⁴⁰ A relação Bakhtin-AD será desenvolvida de maneira mais abrangente em capítulo posterior.

Um sentimento comum aos estudiosos de discurso à época era a evidência de que a pesquisa deveria se voltar para a interpretação da relação de constituição entre discursos e para o modo como a presença da alteridade estava inscrita nessa relação.

Compartilhando essa preocupação, Maingueneau (1984) discute o primado do interdiscurso, como gênese do discurso, inscrevendo-o na perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva que estabeleceria uma relação inseparável entre o mesmo do discurso e seu outro. Ele conceitua:

Espaço onde se constituem e se articulam os objetos que o discurso liga no seu "intradiscurso" com a ilusão de exprimir "seus" pensamentos e de falar de coisas do mundo esquecido do caráter pré-construído desses elementos (...) que atravessam a enunciação do sujeito sem ele saber (Maingueneau, 1984: 198)

Na opinião do autor, é o exterior mesmo da FD que volta a se inscrever em seu próprio interior. O interdiscurso inscreve-se *no coração mesmo* do intradiscurso, fazendo com que a identidade discursiva firme-se na relação com o outro, marcado lingüisticamente ou não no intradiscurso. Ao enunciar, o sujeito coloca-se, sempre, em relação a alguma coisa que já fora dita e que se torna o discurso-outro.

Resgatando a obra de Bakhtin, Maingueneau salienta o princípio dialógico de relação e de interação entre discursos, completando esses aspectos com a inclusão dos estudos sobre enunciação e heterogeneidade, elaborados anteriormente por Authier-Revuz (1982).

Nesse sentido, Maingueneau discute o conceito de discurso não só como um mero conteúdo associado a uma *deixis*, que delimitaria a cena e a cronologia por ele construídas para autorizar a enunciação; e a um status do enunciador e do destinatário que legitimaria o dizer. Ele afirma o discurso também como uma

maneira de dizer específica, ou um *modo de enunciação* - correlato do “gênero” em Bakhtin -, regulado por aspectos sócio-semânticos.

Aproximando uma vez mais o interdiscurso do dialogismo, Maingueneau (1987) afirma que *todo discurso, através de suas palavras, é envolvido no interior de um imenso rumor “dialógico”* (Maingueneau, 1987: 152) que o levaria a identificar-se mais com certos *trajetos interdiscursivos*.

Essa identificação discursiva via interdiscurso reafirma a suspeição quanto à noção de formação discursiva. No entender de Malidier (1990), é pelo fato de existir uma simbiose entre as formações discursivas, provocando um esmaecimento entre suas fronteiras, que ocorrem os deslizamentos de sentidos. *Assim, a insistência da alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento desta identidade* (Malidier, 1990: 69).

Também Malidier considerou o interdiscurso como o conceito central para os estudos, ligando-o à noção de “memória” e à história. Ela sustentava que o espaço de memória, constituído por um *corpo sócio-histórico de traços discursivos*, está estreitamente vinculado ao interdiscurso. Pêcheux (1975) já colocara essa dimensão ao conceituar o interdiscurso como a *memória do dizer*, lugar de formação dos pré-construídos.

Como um elemento do interdiscurso, o pré-construído é levado a uma posição privilegiada nos estudos discursivos por ser considerado um recurso de síntese entre o sintático e o discursivo, articulação já salientada, desde 1975, por Pêcheux e por Henry. Segundo Malidier (ibid.), é o pré-construído que fornece a ancoragem lingüística para a apreensão do interdiscurso, tornando-se fundamental na análise das discursividades.

Da mesma forma, pensam Collinot e Mazière (1993), para quem o pré-construído, como traços esmaecidos de discursos-outros, inscritos implicitamente e dissimulados no “fio” intradiscursivo, deveria ser analisado necessariamente via sintaxe.

Marandin (1993) opta pelo desenvolvimento do que ele considera fundamental na AD - *a presença dentro de uma seqüência discursiva de outras seqüências discursivas* - que estabeleceria os conceitos de interdiscurso e intradiscurso, devendo-se partir de uma análise sintática dos enunciados e dos pré-construídos. É ele que novamente enfatiza o estudo do intradiscurso como possibilidade de encontrar nas seqüências de enunciados os *discursos sob o discurso*.

Percorrendo o mesmo caminho traçado por Henry (1975), de afirmação da língua como base material, onde realizar-se-iam os efeitos de sentido, priorizando assim a sintaxe como ferramenta essencial para a AD, Marandin via na análise sintática o melhor meio para a observação do processo de produção dos efeitos de sentido das seqüências, pois é a sintaxe que *mediatiza toda relação forma/sentido*.

Preconizada primeiramente por Pêcheux (1969) como análise de uma base lingüística e de um processo discursivo e desenvolvida, tempos depois, por Courtine (1981) em termos de dois eixos - vertical do interdiscurso e horizontal da linearidade intradiscursiva -, essa questão de diferentes níveis de análise, para dar conta dos efeitos de sentido produzidos pela horizontalidade lingüística, não cessou de ser debatida no interior dos grupos de estudos.

Collinot e Mazière (ibid.), por exemplo, estabelecem dois princípios de constituição do discurso: a **continuidade** do fio linear do discurso e a **descontinuidade** do rompimento do fio discursivo, do *desnível enunciativo*, evidenciando outros discursos ou posições. Por intermédio da *deslinearização* da

continuidade material e histórica do intradiscurso, seria evidenciado o processo de produção de sentidos, chegando-se ao acontecimento discursivo.

A *discursividade*, termo surgido no colóquio das Materialidades discursivas, passou a ser o novo horizonte de pesquisas da AD, conforme Malidier (ibid.)⁴¹. A noção faz referência à relação interdiscurso-intradiscurso. O interdiscurso deixa traços, recuperáveis na materialidade discursiva pelo caminho da sintaxe.

Um outro assunto, debatido com frequência por vários pesquisadores do campo discursivo, sempre foi polêmico: a relação entre a AD e as teorias da enunciação. A discussão era inevitável e necessária, uma vez que é por meio da enunciação que o sujeito instala-se na linguagem.

C. Normand, em texto apresentado no ano de 1985⁴² a respeito do retorno do sujeito às teorias lingüísticas, indaga se de fato ele desaparecera, já que sempre houve resistências a seu desaparecimento dentro do próprio campo lingüístico. A subjetividade persistiu e deixou traços de sua presença mesmo em épocas francamente hostis.

Partindo dessa sua dúvida, ela elabora um estudo esclarecedor sobre Benveniste e sua contribuição fundamental para a elaboração de uma teoria da enunciação, ao mesmo tempo em que afirma a dívida das teorias contemporâneas da linguagem com o autor, já que desde 1946 ele redigia artigos onde foi elaborado o que mais tarde chamar-se-ia *teoria da enunciação*.

Os artigos de Benveniste, segundo Normand (1985), refletem a relação existente nos anos 60 entre a filosofia e a ciência lingüística: de um lado o estruturalismo, dentro da tradição positivista, e de outro a relação sujeito-sentido

⁴¹ Malidier defende, nesse momento, contrariamente a Pêcheux e Henry, uma aproximação de O. Ducrot, colocando lado a lado a análise da seqüência lingüística e o estudo do encadeamento de enunciados.

⁴² *Le sujet dans la langue*. Langages 77.

com o sistema língua. Sua teoria deixa entrever uma discreta inclinação tanto para a filosofia anglo-saxã quanto para Jakobson.

É a teoria da enunciação de Benveniste que marca o retorno do sujeito ao campo dos estudos da linguagem. Foi ele que colocou em dúvida a evidência do sujeito falante e a de seu sentido, bem como questionou o postulado empírico da linguagem como transmissão de informações ou “instrumento” de comunicação. Com base em um texto de Jakobson⁴³ sobre os dêiticos (*embrayeurs* ou *shifters*), Benveniste (1966)⁴⁴ propôs a distinção entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação que nem sempre são coincidentes.

Ao preconizar a constituição do homem em sujeito via linguagem, Benveniste (1966)⁴⁵ reintroduziu o sujeito, que fora excluído por Saussure, na Lingüística. Desde então, a enunciação, conceituada como um ato individual do sujeito a fim de colocar a língua em funcionamento, passou a ocupar um lugar de destaque nesses estudos e com ela o sentido, uma vez que *a ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso* (Benveniste, 1974: 65)

O reconhecimento à sua teoria, entretanto, só se deu após os acontecimentos históricos que marcaram o ano de 1968 e que resgataram o sujeito para as ciências sociais. Antes disso, o lingüista era mais conhecido no meio filosófico e psicanalítico. No meio lingüístico, as referências à enunciação, quando feitas, citavam Jakobson, não Benveniste.

Normand (ibid.) procedeu um levantamento de textos publicados nas áreas ligadas à linguagem nos anos sessenta e comprovou esse desconhecimento a respeito do autor no que concerne à enunciação. Ela cita Todorov como o único até

⁴³ O texto é *Shifters, verbal categories and russian verb* de 1957, traduzido em *Essais de linguistique générale* no ano de 1963.

⁴⁴ Os artigos onde a distinção é proposta estão em *Problemas de lingüística geral I* capítulo XX - *A natureza dos pronomes* - e capítulo XXI - *Da subjetividade na linguagem*.

então que, em obra conjunta de 1968⁴⁶, se refere a Benveniste como o primeiro a fazer uma descrição da enunciação no artigo já mencionado de 1958. Posteriormente, em revista dedicada à relação lingüística-literatura⁴⁷, Barthes lembra as reflexões do autor sobre a teoria enunciativa.

Benveniste obteve reconhecimento teórico a partir de 1970, quando seu artigo *O aparelho formal da enunciação* apareceu no número 17 de *Langages*. A partir de então, houve uma *dupla utilização* de sua teoria, remetendo *à ambigüidade, sem dúvida constitutiva, da noção de sujeito da enunciação: sujeito pleno ou sujeito clivado? A referência a Benveniste comportará sempre uma interpretação ligada a essa escolha teórica* (Normand, 1985: 14).

As críticas endereçadas à sua teoria confirmam a citação sup ra. Do lado da análise de discurso, por exemplo, elas foram feitas, devido às suas considerações sobre um sujeito único como centro da enunciação⁴⁸.

As indagações sobre a presença do sujeito na língua só foram discutidas pela Lingüística depois que exigências “*exteriores*”, da filosofia e da psicanálise, impeliram-na para esse terreno. As exceções, já referidas, são Bally, Austin e Benveniste. Da filosofia, Normand (ibid.) cita Merleau-Ponty e Ricoeur, enquanto que da psicanálise, Lacan. Suas reflexões obrigaram os lingüistas a uma nova postura frente à *problemática da expressividade do sujeito* na linguagem.

A crise das lingüísticas formais, que excluía o sujeito do estudo de seu objeto, recusando o discurso como uma prática social e histórica, fez emergir uma nova lingüística da enunciação, como lembra Maldidier (1989), com as contribuições de Bakhtin, cuja teoria começou a repercutir no domínio do discurso

⁴⁵ O texto original, *De la subjectivité dans le langage*, foi publicado em 1958.

⁴⁶ *Qu'est-ce que le Structuralisme?* Seuil, 1968.

⁴⁷ *Langages* 12, 1968.

no início dos anos 70⁴⁹ e que incluía em seu projeto o sujeito produtor de discurso e, apesar das restrições, as de Benveniste. No campo da AD, a perspectiva da enunciação deveria fazer emergir um sujeito sócio-histórico, porém dividido, objeto de uma teoria não subjetiva do sujeito.

Para Guilhaumou e Malidier (1986a), apesar de a enunciação ser uma evidência para os pesquisadores desde o começo da AD, a sua abordagem fora sempre muito heterogênea. Foi somente no final dos anos 70 que ela estabeleceu-se definitivamente no terreno do discurso *sob a categoria da **contradição** que seria designada, de forma mais descritiva, de **heterogeneidade** e, sob uma outra categoria, a do **acontecimento*** (Guilhaumou e Malidier, 1986a: 64).

A noção de acontecimento discursivo trouxe à discussão os efeitos do deslocamento dos sujeitos de seus lugares enunciativos. Esse movimento, ancorado na língua e na história, seria responsável pelo surgimento do acontecimento. Os autores precisaram a definição em texto imediatamente posterior: *Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado* (Guilhaumou e Malidier, 1986b: 166)

Tecendo uma breve crítica ao projeto da análise de discurso francesa no contexto em que foi desenvolvido - no interior do estruturalismo e com base na filosofia política marxista -, Courtine (1991 e 1992) contestou as reduções efetuadas ao longo do empreendimento: a análise de um tipo específico de corpus - o discurso político - e a descrição formalista da seqüência discursiva, em detrimento das determinações sócio-históricas de sua produção.

⁴⁸ Não concordamos inteiramente com essas críticas, tomando como base a releitura do texto "O aparelho formal da enunciação", publicado no Brasil em 1989.

⁴⁹ A obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929) começou a ser divulgada na França em 1972, via tradução inglesa. A tradução para o francês data de 1977. Anteriormente, no número 12 de *Langages* (1968), fora publicado seu artigo *O enunciado no romance*.

O autor questiona a legitimidade do termo “análise de discurso”, perante a situação vivenciada de descrições lingüísticas dos discursos, *dessa neutralização gramatical da ordem histórica do discurso* (Courtine, 1992: 23).

Ele atacou a subordinação da história ao político e desse ao ideológico, como em Althusser, onde a história é reduzida à luta de classes; a subordinação do ideológico ao discursivo como se a prática discursiva fosse a única materialidade da ideologia; e principalmente ele não admitia a subordinação do discursivo à sintaxe, pois o discurso não é um objeto exclusivamente lingüístico sem uma dimensão histórica.

A única saída, no entender de Courtine, era repensar um projeto que, rearticulando no discurso as perspectivas lingüísticas e históricas em uma mesma direção, restituisse *à discursividade sua consistência histórica*. Não se pode esquecer que todas as transformações ocorridas ao longo de 20 anos da AD foram um reflexo das mudanças sociais, as quais alteraram as discursividades nas sociedades ocidentais, modificando o próprio objeto de análise quanto *às suas modalidades de existência material e em suas percepções individuais e coletivas* (Courtine, 1991: 163)

Assim, a análise de discurso atual não poderia se limitar à descrição do funcionamento lingüístico dos enunciados, mas deveria integrar necessariamente à análise os fatores sócio-históricos.

Optamos por Courtine para terminar a apresentação dessa trajetória a que nos propusemos, por entendermos que ele é quem melhor sintetiza os anseios de um projeto analítico inicial, configurado em torno de uma análise de discurso crítica, cujo objeto de estudo - discurso - foi considerado como uma prática social, sendo buscado na tensão entre a língua e a história; e de um projeto contemporâneo que, atentando para as transformações ocorridas com o seu objeto de estudo, não perca

de vista o essencial, qual seja, que o discurso se constrói no cruzamento da linguagem com a história.

Finalizando esse trajeto pela história da AD, queremos resgatar alguns pontos que julgamos mais decisivos para a elaboração de uma interpretação teórica própria, norteadora da investigação posterior.

Buscamos na teoria da AD conceitos de sujeito e sentido, marcados no interior do discurso pela relação com a exterioridade que os constitui. Para tentar entender a forma como o sujeito inscreve-se em seu discurso, produzindo sentidos, objetivamos fazer de nossa análise discursiva uma experiência de interpretação leitora; experiência limitada pelas determinações sociais, históricas, enfim culturais que atingem o sujeito e sua produção discursiva.

Se a presença do sujeito é evidenciada na linguagem no momento da enunciação, é importante que esse momento seja abordado em conjunto com a seqüencialidade lingüística. Evitamos assim os equívocos do projeto inicial que realizava uma análise automática das seqüências completamente à parte da análise semântica.

A fim de atingirmos a integração entre os níveis lingüístico e semântico, enfocaremos a descrição da cadeia significante intradiscursiva, nosso elemento material de acesso ao interdiscurso, priorizando o pré-construído, elemento de síntese entre o sintático e o semântico.

Para a abordagem do interdiscurso, interessam-nos as aproximações feitas entre ele e o dialogismo bakhtiniano com o intuito de resgatar os ditos anteriores que formam uma *memória histórica do dizer*. A manifestação da memória interdiscursiva no *fio* do discurso marca a presença da alteridade fundadora da linguagem.

Não há certeza de evidências entre o significado e o significante. Há uma construção, uma tessitura entre essas duas ordens que põe em funcionamento certos movimentos provocadores de efeitos de sentido que atestam a materialidade da memória na ordem do discurso: efeitos de repetição ou de subversão. A contradição é inerente ao funcionamento discursivo: a cadeia significante tanto pode apontar para a estabilização quanto para o rompimento com o instituído.

2 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO EM BAKHTIN: DIALOGISMO E ALTERIDADE

A visão clássica dos estudos lingüísticos encarava o estudo da língua como representação evidente do real, argüindo as condições de verdade dos enunciados. Posteriormente, a Lingüística moderna, ao analisar o funcionamento da linguagem, postulou para ela o lugar da constituição da subjetividade do indivíduo e foi Benveniste (1966) o primeiro a formular a questão de que é via linguagem que o ser humano constitui-se sujeito, ao enunciar “eu”.

Muito tempo antes e com um ponto de vista não individualista, M. Bakhtin, dentro de uma tradição humanista, via na relação sócio-histórica e dialógica entre sujeitos o cerne do processo de constituição do discurso. Ambos, Bakhtin e Benveniste, enfatizam que a relação dos sujeitos com a língua determina a enunciação e marca materialmente a presença da subjetividade no discurso.

Mikhail Bakhtin⁵⁰ ficou conhecido na Europa ocidental, e a partir de então no resto do mundo, somente em meados dos anos 60 por intermédio de J. Kristeva que, trabalhando no campo dos estudos literários, via na teoria polifônica do filólogo russo uma forma de reação contra o domínio das estruturas pelo viés da história⁵¹.

Existindo no interior do texto literário um diálogo com vozes anteriores, é introduzida a memória histórica que descentra o texto de seu eixo estrutural e

⁵⁰ Bakhtin era filólogo pela Universidade de Petersburgo e suas influências teóricas foram o formalismo russo, o materialismo histórico, a filosofia kantiana e a fenomenologia. Suas primeiras obras datam da década de vinte.

⁵¹ Segundo Dosse (1991), foi a percepção de Kristeva do recalque do sujeito pelo estruturalismo e a urgência de dinamização na teoria que a levou a Bakhtin e ao estudo dos fatos históricos e da intertextualidade. O artigo, onde ela introduziu Bakhtin, data de 1966: *Le mot, le dialogue et le roman*.

compromete o princípio de unidade da estrutura. A obra literária já não se explica por si mesma.

A importância da obra de Bakhtin não alcança somente a teoria literária, senão toda a Linguística. Seus trabalhos são relevantes para a compreensão de como se efetua a produção da significação no funcionamento dos *discursos da vida cotidiana*, aqueles que se relacionam diretamente com a situação em que são produzidos, identificando-se neles, mais facilmente, a natureza social da linguagem. Para ele, a linguagem é uma prática social cotidiana que envolve a experiência do relacionamento entre sujeitos. Essa experiência é parte integrante do sentido do dizer.

No Brasil, Bakhtin começou a ser divulgado, na área da literatura, no final da década de sessenta e nos demais campos de estudos da linguagem dez anos depois⁵². Segundo Guimarães (1996), a recepção nos estudos que envolvem uma semântica da enunciação deu-se em meados dos anos 70 ao lado de Benveniste e de Ducrot, enquanto que poucos anos mais tarde, seus estudos sobre os aspectos sócio-históricos e ideológicos da linguagem foram assimilados pela análise de discurso.

Para este estudo, o envolvimento com a teoria de Bakhtin foi essencial, pois pensamos ser ele que, de uma forma clara, engajada e coerente, melhor expressa a relação sujeito-linguagem-história-sociedade, vendo na enunciação o verdadeiro fundamento dessa relação. Em outras palavras, pela enunciação Bakhtin recupera o sujeito para o discurso e institui um processo de intersubjetividade no qual a identidade é um reconhecimento desse sujeito através do outro.

⁵² A primeira obra publicada no Brasil, *Marxismo e filosofia da linguagem*, é de 1979. Anteriormente, faziam-se discussões em torno de sua teoria sobre Dostoiévski nos cursos de B. Schnaiderman na USP.

Já no final dos anos vinte, o autor defendia a necessidade de uma teoria lingüística da enunciação como único meio de dar conta da compreensão real das formas sintáticas. Em sua opinião, as análises sintáticas dos elementos do discurso constituem *análises do corpo vivo da enunciação* (pois) *as formas sintáticas são as que mais se aproximam das formas concretas da enunciação*, além de estarem ligadas às condições reais da fala (Bakhtin, 1929: 139). A partir de então, ele passou a estudar as formas sintáticas que representavam, no interior de um discurso, o discurso de outros via discurso relatado e suas variantes.

Antecedendo em décadas certas reflexões das teorias modernas da linguagem, o filólogo russo pregava a necessidade de se encontrar um elo entre a forma material exterior e o elemento semântico-ideológico interior que os mantivesse em equilíbrio. Nesse sentido, criticou quem pregava a exclusividade de um dos elementos em detrimento do outro: o formalismo contra o ideologismo (conteudismo). O elemento de ligação entre a forma e o sentido seria, no entender de Todorov (1981), a enunciação. Ao trabalhar a enunciação como substância da língua, Bakhtin supera a dicotomia forma-conteúdo e integra a experiência social à organização lingüística.

Faz-se ainda necessário esclarecer, antes de iniciarmos o percurso pela teoria de Bakhtin, que nosso propósito não é abordá-la toda e de forma exaustiva, empreendimento inviável devido à variedade e complexidade de conteúdos alcançados por ela, mas fazer um recorte nos assuntos pertinentes a esta tese e que abrangem a palavra como signo dialético e ideológico, a enunciação, o princípio dialógico e a alteridade, e os discursos cotidianos. Por essa mesma razão, a sistemática de abordagem não seguirá, como na parte anterior, a ordem cronológica.

Nosso propósito de relacionar a AD à teoria enunciativa de Bakhtin visa a integrar, à teoria discursiva de Pêcheux, esse movimento dialógico em direção à alteridade. Um movimento de busca e de reconhecimento de si mesmo por intermédio da relação solidária com os outros.

Não nos interessa, também, investir na polêmica em torno da autoria de seus textos. Contentamo-nos em considerar o homem Bakhtin um ser contraditório e plural. Procurar **o verdadeiro** Bakhtin, parece-nos, seria, como tão bem frisaram Clark e Holquist (1984), *estretar numa camisa-de-força o filósofo da variedade, “monologizar” o cantor da polifonia* (p. 32).

2.1 Linguagem e enunciação

A linguagem, para Bakhtin, é uma prática social que tem na língua a sua realidade material. A língua é entendida não como um sistema abstrato de formas lingüísticas à parte da atividade do falante, mas como um *processo de evolução ininterrupto*, constituído pelo *fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação*, que é a sua verdadeira substância (Bakhtin, *ibid.*: 127). Diferentemente de Saussure e de seu *objetivismo abstrato*, o autor russo valoriza a fala, que não é individual, senão social e está estreitamente ligada à enunciação, já que o momento da enunciação, instaurando a intersubjetividade, instaura também a interação.

Defendendo a natureza social e não individual da linguagem, ele situou a sua realidade material - língua -, bem como aos indivíduos que a usam, em um contexto sócio-histórico. *A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam* (Bakhtin, 1979⁵³: 282), da mesma forma que, através deles, a vida penetra

⁵³ As referências concentram-se nos textos: *O problema dos gêneros do discurso*, originais de 1952/53 e *O problema do texto nas áreas da lingüística, da filologia, das ciências humanas. Tentativa de uma análise filosófica*, originais de 1959/61.

nela. Ao veicular concepções de mundo, a linguagem torna-se um lugar de confrontos ideológicos. *A palavra é o fenômeno ideológico por excelência*, pois carrega uma carga de valores culturais que expressam as divergências de opiniões e as contradições da sociedade, tornando-se assim um *palco de conflitos*. Ela, no entanto, não pertence a ninguém, estando a serviço de qualquer ser humano e de qualquer juízo de valor.

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (Bakhtin, 1929: 95)

O signo lingüístico tem, pois, uma *pluralência social* que se refere ao seu valor contextual. O fato de diferentes grupos sociais empregarem o mesmo sistema lingüístico faz com que as palavras manifestem valores ideológicos contraditórios, tendo o seu sentido firmado pelo contexto em que ocorrem. É a situação social imediata a responsável pelo sentido.

Outra característica do signo bakhtiniano, ligada à anterior, é a mutabilidade, uma vez que como reflexo das condições do meio social, a palavra é sensível às transformações na estrutura social, registrando todas as mudanças. As palavras estão presentes em todas as relações sociais e são tecidas a partir de uma infinidade de fios ideológicos, portanto serão *sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais* (Bakhtin, *ibid.*: 41).

Inovando todos os estudos sobre a questão da pluralidade semântica das palavras nos discursos, Bakhtin (1963)⁵⁴, analisa *a vida da palavra, sua passagem de um locutor a outro, de um contexto a outro, de uma coletividade social, de uma geração*

⁵⁴ Trabalhamos com a edição modificada da original de 1929, em sua tradução para o inglês.

a outra (p. 263), e as vê como *unidade migratória* entre discursos, sem desvincularem-se jamais de seu trajeto interdiscursivo anterior.

O verdadeiro interesse do autor, no entanto, não é o sistema, mas a linguagem enquanto uso e em interação social. E a enunciação seria, precisamente, o momento do uso da linguagem, processo que envolve não apenas a presença física de seus participantes como também o tempo histórico e o espaço social de interação. Sua crítica à Lingüística, enquanto teoria da abstração - língua -, foi sempre nesse sentido, o de faltar a ela uma abordagem da enunciação, que desse conta do que, no seu entender, era o discurso, ou seja, *a linguagem em sua totalidade concreta e viva* (Bakhtin, 1963: 181). Em contrapartida, ele propõe uma nova disciplina, complementar à Lingüística: a *metalingüística*⁵⁵. Uma não exclui a outra, pois ambas estudam o mesmo fenômeno complexo, a palavra.

O objeto de estudo do autor está, parece-nos, claramente definido: é a enunciação, não apenas como *realidade da linguagem*, mas também como *estrutura sócio-ideológica*. A enunciação não parte de um sujeito individual, considerado isoladamente, mas é *produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados* e do contexto da situação social complexa em que aparece (Bakhtin, 1927 e 1929).

⁵⁵ Tanto Todorov (1981) quanto Clark e Holquist (1984) optaram pelo termo *translingüística*.

Sendo a enunciação a marca de um processo de interação entre sujeitos, pois a palavra tem *duas faces*, isto é, parte de alguém com destino a outro alguém, Bakhtin institui o princípio dialógico para o estudo de seu objeto.

2.2 A enunciação como princípio dialógico

A base do princípio dialógico é a filosofia do diálogo ou da relação⁵⁶ que, afirmando a palavra como dialógica, estabelece a relação “entre” os seres humanos e funda a experiência da intersecção, ou interação. Para essa filosofia, o homem não é um ser individual, mas uma relação dialógica entre eu-tu. O “tu” é condição de existência do “eu”, pois a realidade do homem é a realidade da diferença entre um “eu” e um “tu”. O “eu” não existe individualmente, senão como abertura para o outro. Origina-se aí a constituição do par fundador - eu-outro.

Para Bakhtin, o fundamento de toda a linguagem é o dialogismo, essa relação com o outro. *A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo* (Bakhtin, 1961: 293). Tudo o que me diz respeito vem-me do mundo exterior por meio da palavra do outro. Todo enunciado é apenas um elo de uma cadeia infinita de enunciados, um ponto de encontro de opiniões e visões de mundo. Nessa rede dialógica que é o discurso⁵⁷, instituem-se sentidos que não são originários do momento da enunciação, mas que fazem parte de um *continuum*. *Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não*

⁵⁶ Um dos principais representantes da filosofia do diálogo foi o filósofo austríaco Martin Buber, citado por Todorov (1981) como influência para o pensamento de Bakhtin sobre dialogismo. A principal obra de Buber, *Ich und du*, foi publicada em 1923. Traduzida no Brasil em 1977, pela Editora Moraes, com o nome *Eu e tu*.

⁵⁷ Bakhtin utiliza, em geral indistintamente, *enunciado* ou *discurso*. Como faremos distinção entre esses conceitos, convencionamos que, neste trabalho, os *enunciados* serão tratados como partes de um *discurso*.

designados, os quais ele é o primeiro a nomear (Bakhtin, 1979: 319). Da mesma forma que na análise de discurso, o indivíduo não é a origem de seu dizer.

Por isso, é necessário pensar sempre no homem em relação aos (e com) outros homens e afirmar que o indivíduo é social e somente constitui-se verdadeiramente humano na relação viva, ou seja cotidiana e social, com os outros seres humanos, uma vez que *a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro* (Bakhtin, 1979: 313). O fenômeno social da interação é, repetimos, a realidade fundamental da linguagem, realizando-se como uma troca de enunciados, na dimensão de um diálogo e através da enunciação (Bakhtin, 1929, 1930 e 1979).

É importante atentar para o significado de *diálogo* em Bakhtin como um princípio geral de comunhão solidária e coletiva, mas sem passividade, da linguagem e não apenas como a comunicação ou a troca de opiniões vis-à-vis entre parceiros. Também é preciso frisar que o grande mérito de Bakhtin, ao introduzir o sujeito e seu contexto social via dialogismo interativo, foi trazer com ele a história para os estudos do discurso.

A enunciação é determinada pela situação social imediata e pelo meio social, sendo organizada, no que diz respeito ao seu conteúdo e significação, *fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social*. Por isso, ela é um produto da interação social (Bakhtin, 1929: 121)

O sentido do enunciado é também engendrado pelas condições reais da enunciação e distribui-se *entre as diversas vozes que habitam o tecido da linguagem*. Estabelece-se, assim, um relacionamento dialógico de sentidos entre enunciados confrontados. *As relações dialógicas são relações semânticas entre todos os enunciados na comunicação verbal* (Bakhtin, 1979: 345)

E não poderia ser diferente, visto que a linguagem é um processo determinado pela vida social, estando em permanente evolução. É isso que faz do enunciado um *continuum* no fluxo incessante da interação verbal, ligado ao movimento perene da vida social e da história.

Em texto de 1926, o autor destaca que a interação social sempre se dá entre três participantes: o falante, o ouvinte e o tema do discurso, fatores que constituem esse discurso.

*O discurso é como o “cenário” de um certo acontecimento. A compreensão viva do sentido global da palavra deve **reproduzir** esse acontecimento que é a relação recíproca dos locutores, ela deve “encená-la”, se se pode dizer; aquele que decifra o sentido assume o papel de ouvinte; e, para sustentá-lo, deve igualmente compreender a posição dos outros participantes (Bakhtin, 1926: 199)*

A alteridade intervém sempre. A identidade é um movimento em direção ao outro, um reconhecimento de si pelo outro que tanto pode ser a sociedade como a cultura. E o elo de ligação é a linguagem. *Através da palavra, defino-me em relação ao outro, em última análise, em relação à coletividade. (...) A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (Bakhtin, 1929: 113).*

O suporte do sujeito é um “nós”, pois ele não coincide jamais consigo mesmo, sendo inesgotável em sua significação. *Eu só pode se realizar no discurso, apoiando-se em nós (Bakhtin, 1926: 192).* O ser humano não existe para si, senão na medida em que é para os outros. Todorov (1981) lembra, sobre essa questão, que certos acontecimentos da vida de um indivíduo só são experimentados pelos outros e exemplifica: o próprio nascimento ou a morte. O que comprovaria a impressão de sermos também *continuum*: começar e terminar nos outros.

Estudos em torno à obra de Bakhtin tendem a dividir o dialogismo em duas formas: o diálogo entre interlocutores, baseado na interação fundadora da

linguagem, e a relação entre discursos, chamada *polifonia*, ou seja, as vozes exteriores que marcam nosso discurso⁵⁸.

O nome dialogismo é mantido em relação à interação entre sujeitos por ser o próprio princípio constituidor da vida e do social. A relação intersubjetiva, estabelecida pela enunciação, constrói tanto os sujeitos quanto os sentidos do discurso.

Quanto ao diálogo entre discursos, o que produzimos é um *tecido de vozes*, de muitas vozes que se relacionam polemicamente entre si, resolvendo a relação no interior mesmo dessa tessitura. De onde podemos concluir que o sujeito é dialógico por natureza e seu discurso é polifônico.

No entender de Pessoa de Barros (1994), a polifonia é uma relação entre textos, que manifesta as vozes componentes de nosso discurso. Nos textos polifônicos, o diálogo entre discursos é marcado, enquanto que nos monofônicos há um efeito de sentido que dissimula o dialogismo fundador. Entretanto, mesmo que tentássemos ocultar as vozes, o dialogismo como constitutivo da linguagem permaneceria e o texto ou o discurso faria enxergar a comunidade e a história.

O estabelecimento da relação eu-tu, que emerge da concepção dialógica, deve ser entendido como um deslocamento do conceito de sujeito. O sujeito centrado é substituído pelas diferentes vozes sociais que o tornam um sujeito histórico e ideológico. Concordamos com a tese dos pesquisadores de Bakhtin de que sua concepção de dialogismo, pioneiramente, abala a concepção clássica do sujeito cartesiano uno, uma vez que o sujeito bakhtiniano torna-se solidário às vozes, às alteridades de seu discurso (Pessoa de Barros, 1994 e Dahlet, 1997). Em Bakhtin, a intersubjetividade é anterior à subjetividade, uma vez que *o pensamento*,

⁵⁸ Distingue-se da polifonia a *intertextualidade*, termo cunhado por J. Kristeva e que faz referência explícita a outros textos.

enquanto pensamento, nasce no pensamento do outro (Bakhtin, 1979⁵⁹: 329). E a enunciação como uma experiência social, dialógica, ativa e interativa passa a ser o centro da interlocução.

2.3 Do dialogismo à alteridade

O princípio dialógico funda a alteridade como constituinte do ser humano e de seus discursos. Reconhecer a dialogia é encarar a diferença, uma vez que é a palavra do outro que nos traz o mundo exterior.

*Nossa fala, isto é, nossos enunciados (...) estão repletos de palavras **dos outros**. (Elas) introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos. (...) Em todo o enunciado, contanto que o examinemos com apuro, (...) descobriremos as palavras do outro ocultas ou semi-ocultas, e com graus diferentes de alteridade* (Bakhtin, 1979: 314/318)

Ao produzirmos discursos, não somos a fonte deles, porém intermediários que dialogam e polemizam com os outros discursos existentes em nossa sociedade, em nossa cultura. Como já foi dito, a relação dialógica é polêmica, não há passividade. Nela, o discurso é um jogo, é movimento, tentativa de transformação e mesmo subversão dos sentidos. O sentido de um discurso jamais é o último: a interpretação é infinita. O que faz evoluir um diálogo entre enunciados é essa possibilidade sem fim de sentidos esquecidos que voltam à memória, provocando neles a renovação dentro de outros contextos.

Conforme Todorov (1981), Bakhtin esboçou uma nova interpretação da cultura que a coloca como uma composição de discursos *que retêm a memória coletiva* e em relação aos quais é necessária uma tomada de posição. É essa

⁵⁹ Referências relativas ao texto *Gêneros do discurso*, escrito originalmente entre 1952 e 1953.

interação dialógica e opinante que gera movimento e transformações, afastando do sujeito o assujeitamento.

Derivado do princípio da relação dialógica polêmica, estabelecido pelo sujeito produtor de discursos em um contexto social, Bakhtin instituiu um método para seu trabalho que, segundo Todorov (ibid.), seria a interpretação ou a *compreensão responsiva ativa*.

Toda compreensão é um processo ativo e dialógico, portanto tenso, que traz em seu cerne uma resposta, já que implica sujeitos. O ser humano, juntamente com seu discurso, sempre presume destinatários e suas respostas. A compreensão de um *enunciado vivo* é sempre preche de respostas (Bakhtin, 1979). *A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica* (Bakhtin, 1929: 132). O sujeito que produz um discurso não quer uma compreensão passiva que somente levaria à repetição de seu pensamento, mas almeja respostas que evidenciem adesão, concordância ou, contrariamente, objeção às idéias expostas. O sujeito bakhtiniano gera respostas, toma atitudes, constituindo-se um sujeito não totalmente interpelado.

Mesmo o enunciado, essa unidade concreta produzida pelo ato enunciativo, é definido por Bakhtin (1930 e 1979) como uma expressão lingüística orientada para o outro. Assim, a construção de um discurso levará em consideração a representação que um sujeito tem de seu destinatário, bem como a *ressonância dialógica* produzida por seus enunciados já proferidos e todos os enunciados de outros sobre o mesmo assunto, retidos em sua memória. *Ter um destinatário, dirigir-se a alguém, é uma particularidade constitutiva do enunciado* (Bakhtin, 1979: 325).

Essa “responsividade” implica um juízo de valor que, partindo da relação do enunciado com a realidade, com seu autor e com os outros enunciados anteriores, traz para o discurso os elementos ideológicos que o constituem. *Todo enunciado*

(discurso, conferência, etc.) é concebido em função de um ouvinte, ou seja de sua **compreensão** e de sua **resposta**, bem como de sua **percepção avaliativa** (concordância ou discordância) (Bakhtin, 1930: 292).

Faz parte da “orientação social” do enunciado em direção a um outro sujeito colocar em evidência a questão dos valores que também é uma questão ideológica. *Viver significa ocupar uma posição de valores em cada um dos aspectos da vida* (Bakhtin, 1979: 201), já que as *categorias fundamentais de valores* são o eu e o outro.

Da parte do autor do enunciado, esse avaliará seu destinatário e por aí modelará a forma e o modo de produção de seus enunciados, que serão diversos conforme a situação social e importância de seu interlocutor, bem como suas posições, convicções e pontos de vista.

É no enunciado que se dá o contato entre a língua e a realidade. A escolha das palavras para a construção de um enunciado leva em conta outros enunciados de outros sujeitos, em relação aos quais o locutor se posiciona. Assim, quando reproduzimos o discurso do outro, nele podemos captar uma dupla expressão: a original, do outro e a expressão atualizada que é por nós introduzida no enunciado do qual vai fazer parte (Bakhtin, *ibid.*)

Em conseqüência, não só ao locutor cabem os *direitos* sobre as palavras, mas também ao ouvinte e a todos cujas vozes são ouvidas naquele discurso. *A palavra é um drama com três personagens* que é representado fora do autor.

Por isso o processo de compreensão do enunciado é visto por Bakhtin como uma relação que envolve os participantes e onde quem compreende toma-se o *terceiro* no “diálogo”. O primeiro é o locutor, o segundo é o destinatário próximo, de quem se espera uma compreensão responsiva, e o terceiro é o *superdestinatário superior*, de quem o locutor prevê uma compreensão responsiva ideal e que pode adquirir, dependendo da época, *uma identidade concreta viável* (*Deus, a verdade absoluta, o julgamento da consciência humana imparcial, o povo, o julgamento da história, a ciência, etc.* (Bakhtin, *ibid.*: 356), porque para todo discurso é imprescindível uma resposta. Na busca pela compreensão, o discurso vai longe, torna-se um elo, entra em um diálogo onde o sentido, além de não ter mais fim, contém toda a memória coletiva do dizer.

De fato, para Bakhtin a produção do discurso envolve um trio, composto pelo autor, pelo destinatário e por todas as vozes-outras que sempre -já nele habitavam, pois o “diálogo” é o acontecimento do encontro e interação com a palavra do(s) outro(s). A alteridade é, para o autor, um processo dialógico em que o elemento comum é o discurso.

2.4 O discurso cotidiano como possibilidade de acontecimento

A importância do estudo dos discursos cotidianos, ou os *gêneros da vida cotidiana*, é enfatizada em toda a obra de Bakhtin. A natureza social da linguagem é aí, segundo ele, diretamente percebida, pois é visível a relação entre o enunciado e o meio social circundante. Situação de enunciação, ou seja, o contexto extraverbal,

as condições sociais reais, e enunciado são essenciais um ao outro, já que de sua união depende seus sentidos. A realidade faz parte do sentido.

Ao afirmar que a forma do enunciado, seu estilo e composição, é determinada pela relação de valor que o locutor estabelece com a realidade representada no discurso, Bakhtin (1926) indagava sobre como se dá esse processo de representação do discurso com a situação extraverbal que o engendra.

A resposta à indagação foi o emprego de um método de análise que comportava o contexto extraverbal que, para o autor russo, seria composto por três aspectos: o *horizonte espacial* - espaço e tempo - comum aos interlocutores; o *conhecimento e compreensão da situação*, ou seja, o saber comum, o conteúdo temático partilhado; e a *avaliação (elemento axiológico)* que manifesta a posição dos sujeitos frente à situação vivenciada. *A situação integra-se ao enunciado como um elemento indispensável à sua constituição semântica* (Bakhtin, 1926: 190). O elemento extraverbal liga-se ao verbal, o não dito determina o dito. Eis a causa de diferentes situações determinarem diferentes sentidos de uma mesma expressão verbal.

Decorrente do fator abordado anteriormente, outro ponto foi considerado essencial no discurso cotidiano: a interação que une os participantes de uma mesma situação e que os faz dividirem uma *unidade de condições reais de vida*, tornando-os solidários e levando-os a apoiar a intersubjetividade verbal em um “nós” discursivo. A solidariedade existe entre interlocutores, qualquer que seja seu número. Quanto mais amplo o horizonte comum dos interlocutores, mais os *enunciados deverão se apoiar em elementos da vida que sejam constantes e estáveis e em avaliações sociais essenciais e fundamentais* (Bakhtin, *ibid.*: 192).

Bakhtin alertava, com isso, para o fato de muitas avaliações sociais fundamentais não precisarem ser explicitadas verbalmente, por pertencerem ao contexto situacional comum ao grupo social ou, até mesmo, à cultura. Tais

avaliações, condicionadas pela cultura coletiva, ressoam sempre, organizando ações e condutas de todas as pessoas e tornando-se um dogma indiscutível, pertencente à memória histórico-coletiva de uma sociedade.

Contudo, como a avaliação passa sempre pela questão ideológica da representação de visões de mundo, institui-se no interior do discurso um jogo dramático de vozes, estabelecendo uma tensão dialética. Como os enunciados são, comumente, *impregnados de subentendidos e não ditos*, qualquer que seja o sentido corrente ou a significação do discurso cotidiano, não há coincidência plena com sua *constituição puramente verbal*.

Assim sendo, a possibilidade de um trabalho de sentidos nesses enunciados, pode transgredir e subverter aqueles sentidos arraigados e instaurar outros. O enunciado, como nos faz ver Bakhtin (1979), não é puro reflexo do que existe fora dele. Ele sempre cria algo que, antes de seu acontecimento, não existia, algo novo e irreproduzível relacionado ao elemento axiológico. Dialeticamente, entretanto,

*qualquer coisa criada se cria sempre a partir de uma coisa que é dada (a língua, o fenômeno observado na realidade, o sentimento vivido, o próprio sujeito falante, o que é já concluído em sua visão do mundo, etc.). O **dado** se transfigura no **criado** (Bakhtin, 1979: 348)*

O sujeito-autor do enunciado produz, ao construí-lo, um acontecimento lingüístico, pois ainda que se veja, em todo enunciado, o sistema da língua, responsável pelo que é repetitivo e reproduzível, ao mesmo tempo, cada enunciado é *único e irreproduzível, sendo nisso que reside seu sentido*. Mesmo havendo uma tentativa de reprodução, releitura e até citação, o enunciado será uma recriação, uma singularidade, visto que produzido por um outro sujeito, em um outro momento. *O acontecimento na vida do texto, seu ser autêntico, sempre sucede nas fronteiras de **duas consciências, de dois sujeitos** (Bakhtin, 1979: 333).*

O enunciado manifesta a *história do pensamento* em direção ao pensamento e ao sentido dos outros. Quanto ao sentido, que integra o enunciado enquanto seu valor semântico, ele está também ligado à história *através do ato único de sua realização*. Segundo Bakhtin (1963), o discurso é a linguagem em sua totalidade concreta e viva. Os enunciados dele fazem parte, sendo considerados produtos de um processo ativo do qual o sistema lingüístico convencional, enquanto ordem sintática e lexical repetível, é um dos elementos; o outro é tudo o que fornece ao enunciado o *fato de sua enunciação, o que significa, também, um contexto histórico, social, cultural, etc., único* (Todorov, 1981: 44). O *contexto de enunciação*, como instância do discurso, é também um acontecimento que integra o horizonte social comum dos sujeitos. O contexto e a história refletem-se no sentido do enunciado, integrando-o e fazendo dos discursos do cotidiano um acontecimento.

Um último comentário a respeito dos discursos da vida cotidiana, referente ao texto sobre os gêneros do discurso: Bakhtin (1979) os vê como os mais livres e criativos por fazerem parte da intimidade social. O gênero é entendido como a *forma padrão* e relativamente estável de *estruturação de um todo* que compõe os enunciados produzidos por um sujeito. As variações percebidas nos diferentes gêneros decorrem em conformidade às circunstâncias, à posição social e ao relacionamento dos interlocutores do discurso. Dessas condições sempre diferenciadas e únicas, deriva a singularidade do enunciado que, apesar disso, não é uma *combinação absolutamente livre* dos signos da língua, manifestando uma vontade individual. Nossa escolha será, de certa maneira, condicionada pelo contexto histórico-social. Os gêneros são exatamente os enunciados devidamente organizados em função das possibilidades - ou dos campos de atividade humana - do processo discursivo.

Enfim, os gêneros aparecem como tipos de discursos, utilizados conforme a realidade situacional em que o discurso é produzido e os sujeitos envolvidos.

Os discursos do cotidiano caracterizam-se por esse estreito e íntimo encontro com o outro e com a situação vivenciada, em nível de igualdade entre os sujeitos, o que os torna um campo privilegiado para o estudo da relação entre os parceiros discursivos, de sua relação com o próprio mundo e da constituição das heterogeneidades de seus discursos. O fato de neles melhor se observar a importância da situação extraverbal para a constituição do sentido, facilita a percepção e a apreensão de acontecimentos discursivos, pois, sendo a palavra o *indicador mais sensível de todas as transformações sociais* em todas as épocas, foi através desses discursos cotidianos que se detectaram as mudanças de sentidos que apontavam para a destruição de visões de mundo tradicionais e sedimentadas.

Uma mesma língua, afirma Bakhtin (1975)⁶⁰, é coabitada por falares diversos, *linguagens sociais* dinâmicas que se cruzam, atravessadas pelo social e pela história. São *linguagens do plurilingüismo* em que estão inscritos pontos de vista inseparáveis das transformações da experiência cotidiana. É esse movimento dinâmico de *práticas languageiras* plurais da vida cotidiana que é capaz de romper o aprisionamento do sentido no signo lingüístico, libertando-o para novos significados.

⁶⁰ Os originais foram escritos entre 1934 e 1935.

O enunciado é o objeto de estudo da linguagem, mas ele não deve ser estudado isoladamente. O momento de seu acontecimento - a enunciação -, bem como a situação social que a envolve, constitui a relação entre sujeitos, fazendo da interação social o fundamento semântico de todo o discurso. Todavia, longe de prescindir dos elementos da língua, Bakhtin integra-os à sua análise enunciativa, fazendo do sistema normativo o suporte para a transcendência dialógica.

A coerência do pensamento multifacetado de Bakhtin perpassa sua obra e foi expressa nas ligações que embasaram sua proposta teórica e seu método de pesquisa à sua filiação filosófica, deixando sempre claro que o importante para ele era a investigação do ser humano, *social e público*, em permanente relação intersubjetiva de alteridade, através da compreensão de seu discurso.

SEGUNDA PARTE - IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

Nesta parte, realizaremos uma síntese em que os conceitos e pressupostos teóricos que embasam este estudo, expostos nos capítulos anteriores, serão deslocados a fim de construir um instrumental teórico próprio que expresse nossa posição a respeito das questões que envolvem o discurso e suas análises, formando então os fundamentos para a nossa análise.

Registraremos os momentos de convergência entre a teoria de Pêcheux e seus seguidores e a de Bakhtin - pontos de contato - que nos identificam com elas e que queremos preservar, assim como aqueles em que divergimos e dos quais nos distanciamos. Nesse caso, tentaremos argumentar a favor de uma nova proposta que realize uma fusão entre a necessidade teórica e institucional de compor um trabalho acadêmico e a atitude filosófica (dúvida, reflexão, crítica) de construir uma experiência discursiva que referende a nossa postura frente à questão fundadora da representação da realidade pela linguagem.

3 OS DESLIZAMENTOS DE SENTIDOS

Primeiramente, gostaríamos de evocar que esta pesquisa terá suas fronteiras estabelecidas na margem de áreas diversificadas, porém sempre tomando como parâmetro princípios humanistas e materialistas que afirmam o ser humano como um conjunto de relações sociais e inserido na história.

A história será tratada como um processo dinâmico e dialético que comporta tanto a continuidade quanto a descontinuidade, as regularidades e as irregularidades, visto ser ela um produto da atividade humana. Todos os deslocamentos conceituais serão norteados por essa referência.

Assim, em alguns momentos serão estabelecidos confrontos, retratando as tensões existentes entre as teorias circunscritas e mesmo alguns oriundos da presença do sujeito pesquisador em seu texto. Tentaremos superar tais confrontos sem contudo infringir a coerência teórica.

A realidade não é transparente, portanto o discurso não pode representá-la como uma evidência. Não há evidências empíricas, senão opacidades. O sujeito constrói seus discursos, baseado em interpretações cujos sentidos, longe de traduzir uma relação cristalina com o significante, corroboram a ambivalência e os aspectos contraditórios existentes nessa realidade e no próprio sujeito, porque a história intervém.

Ao par dessa configuração, caberá ao analista de discursos o compromisso de iluminar as opacidades e tornar visíveis as contradições do processo em que se insere o discurso, através de *gestos* de interpretação.

A etapa seguinte será a da descrição e precisão dos conceitos e das formulações essenciais para o desenvolvimento da tese e que, em determinados casos, evidenciarão os deslocamentos referentes à filiação teórica.

De imediato, explicitamos que a psicanálise não atravessará nosso trabalho. Não percorreremos seu caminho. Citações de origem psicanalítica serão pontuadas em razão de referência a outros autores ou quando expressarem princípios já incorporados ao domínio público⁶¹.

A abordagem da importante noção de “ideologia” será inserida no tratamento da questão cultural.

3.1 Revendo os conceitos basilares

Este é o momento de precisar aqueles conceitos básicos que alicerçam qualquer trabalho da área discursiva, mas que apresentam variações dependentes do embasamento teórico-filosófico.

Partiremos do pressuposto de que a linguagem é imprescindível ao pensamento, na medida em que, organizando-o, possibilita a sua expressão. Ambos estão definitivamente associados, fazendo parte do conhecimento do mundo. A importância dessa questão, parece-nos, está no cerne da superação da dicotomia forma-conteúdo: não é possível estabelecer prioridades, há que se tentar uma síntese dialética, cujo propósito seria evidenciar que, na realidade, o par existe simultaneamente e tem maior importância que cada um dos elementos separados.

⁶¹ Essa decisão prende-se ao fato de que o presente trabalho não pretende abordar o sujeito e seu discurso como produtos da relação com o inconsciente, o que não significa que não reconhecemos a sua existência.

A linguagem é uma prática social e interativa de expressão; é também a capacidade de significar por meio da construção representativa simbólica. Sua concretização é realizada através da língua, o sistema material e formal de signos verbais.

A língua fornece a base material de construção dos discursos. O discurso, por sua vez, deve ser considerado como um processo social e histórico de produção da linguagem. Conforme foi sustentado por Pêcheux (1983c), e assumimos, o discurso é um ponto de entrecruzamento entre a linguagem e a história.

Assumimos também o discurso como uma experiência de relação social entre indivíduos, portanto coletiva, e que provoca efeitos de sentidos, produzidos pelas diferentes posições ou pontos de vista assumidos pelos interlocutores. A consequência é a heterogeneidade, uma vez que sobre o discurso incidem determinações sócio-culturais ligadas à história.

A experiência linguageira dialógica constitui os sujeitos e seus sentidos e deixa marcas desse processo no discurso. As marcas, no entanto, não são evidências empíricas, mas leves sinais, vestígios que permitem surpreender essa característica essencial da linguagem que é o “jogo”, embate de sentidos que faz um enunciado significar indiretamente a ambivalência semântica.

Sujeito e sentido são construídos na experiência discursiva. Essa construção

*atravessa a superfície do discurso **enunciado** e engendra na **enunciação** - novo estrato aberto na análise da linguagem - um certo sentido com um certo sujeito (Kristeva, 1969: 316).*

Nessa perspectiva de articulação entre enunciação/enunciado, a enunciação será enfocada como o acontecimento do encontro e interação com a palavra do outro. Acontecimento situado social e historicamente e que produz enunciados⁶².

Do discurso, recortaremos os enunciados. São formas discursivas, através das quais conseguimos apreender os indícios, deixados pela enunciação, que englobam os sujeitos, suas posições e seus deslocamentos e as circunstâncias de ocorrência. O enunciado é a unidade de análise do discurso. Para a sua interpretação, além dos elementos lingüísticos, será levada em conta a relação com o contexto de produção.

Nossa visão do sujeito, produtor de enunciados, é a de um sujeito fragmentado, contraditório e plural, pela própria constituição dual do ser humano. Incompleto, parece-nos o melhor termo para os parâmetros desta pesquisa. Mas de forma alguma totalmente assujeitado, pois para isso seria preciso que ele fosse uno. Dividido não há como interpelá-lo plenamente, uma parte sempre escapa. Um sujeito íntegro, capaz de atitudes e práticas coerentes, que expressam uma estrutura interior ética. É um sujeito que utiliza sua experiência cotidiana não só para reproduzir as suas condições de existência, mas também como fator de resistência, o que ficará marcado no sentido de sua produção discursiva.

3.2 Da contradição como princípio fundador da alteridade

A filosofia moderna nos ensina que o fundamento do conhecimento é o pensamento relacional. Na visão idealista, os objetos da realidade a conhecer eram estabilizados e seu conhecimento era dado através da idéia, do conceito que deles

⁶² Várias outras correntes, além das ligadas à AD ou a Bakhtin, argumentam a favor da enunciação como um acontecimento único e irrepetível. Elas seguem a orientação de Foucault (1969), Benveniste (1974) e Ducrot (1984).

era criado. A experiência era negada e dela obtínhamos apenas uma idéia projetada. O objeto em si tornava-se estranho ao sujeito, que dele recebia a idéia já pré-concebida.

Em uma dimensão materialista dialética, ao contrário, parte-se da experiência real com os objetos. O primeiro movimento de conhecimento é o reconhecimento identificador do objeto pelo estabelecimento de relações de identidade com outros objetos já sabidos. A partir de então, avançaremos em direção às diferenças que nos levarão à construção de novos conhecimentos. Para a visão materialista, o conhecimento é construído a partir de nossa experiência real, aceitando as contradições que nela existem.

A ciência filosófica do materialismo dialético tornou a categoria da contradição um dos princípios fundamentais de sua análise da realidade. No desenvolvimento social, existem elementos opostos no processo de evolução. Tais elementos, os *contrários*, apesar de possuírem aspectos radicalmente diferentes, são imprescindíveis um ao outro, pois há em cada um deles alguma coisa essencial que o outro não possui. Eles interpenetram-se pela existência de alguma identidade e afastam-se porque um elemento nega e exclui alguma coisa do outro. Essa relação de interação e tensão é permanente e constitui a contradição ou a *unidade e luta dos contrários*. Nem sempre os contrários manifestam-se claramente e as visões imediatistas raramente conseguem distingui-los. Eles estão, entretanto, na base de toda a transformação da realidade, provando a importância da identidade e da diferença.

Desde que se colocou em dúvida a tradição cartesiana da filosofia da consciência, o sujeito viu-se na contingência de encarar o “outro”. *A identidade de um ser não está nele mesmo, mas naquele ser ao qual se opõe* (Chauí, 1983: 225). A filosofia humanista clássica, tomando como referencial a interioridade do homem,

ou seja, a subjetividade individual, caracterizara o sujeito de consciência pela capacidade de produzir a partir de si mesmo, de suas idéias e de seus estados interiores, o sentido do real. Sentido esse marcado pela transparência e pela identidade. Nesse caso, considerava-se a contradição como sinônimo de irreal. Foi pela via da dialética que se estabeleceu a negação do sujeito pleno.

Descombes (1979) afirma que o universo exterior impugna a consciência subjetiva, tornando-lhe a identidade precária. Como conseqüência, o “outro” exterior põe em perigo o mesmo e a consciência adquire um novo estatuto: o ser de consciência é agora concebido como um ser dialético que, em relação tensa e de conflito com o mundo, expressa a negação do idêntico. A negação torna-se a própria diferença. Atente-se, no entanto, que a negação dialética não destrói as coisas em si, senão o seu sentido imediato, superando-o e propondo um novo sentido.

*Atuar na natureza é trabalhar para **não ser** tal como somos* (Descombes, 1979: 60). Por isso, o ser humano é capaz de **atuar** para transformar, de criar condições para o advento do novo, mudando assim o curso das coisas e da história. É esse o ser dialético, um sujeito ator, histórico e não-natural, pois, em tensão com a realidade, nega-se a deixar certas coisas seguirem seu curso ao acaso, permanecendo sempre iguais, como nega-se também a reproduzir um conhecimento espontâneo e imediato que sirva somente para formar a alienação e o senso comum. O sujeito ator não é um ser conformado, pelo contrário, ele interfere no rumo das coisas para transformá-las.

Na esfera da AD, a categoria da contradição foi retomada por Courtine em 1981, compondo a definição de *enunciado dividido* (vide 1.2). Nesse momento, forneceu à Courtine os elementos para a integração com o conceito de

heterogeneidade, além de ter sido essencial na noção de *acontecimento*, como veremos adiante, nas partes destinadas a esses dois últimos tópicos.

Recapitulando brevemente, é por Courtine que começa a releitura crítica da noção de formação discursiva, quando esse a redimensiona ao afirmá-la como uma *unidade dividida*. Na esteira de Foucault, o nível do enunciado, pertencente ao interdiscurso, designa a *reconfiguração incessante* de saberes antagônicos que podem ser retomados, repetidos ou modificados em função de transformações na conjuntura histórica da sociedade. O que levaria o enunciado a ser *constitutivamente freqüentado por seu outro*. Essa contradição estaria inscrita na própria materialidade lingüística da formulação, ou intradiscurso.

A linearidade da construção lingüística no intradiscurso, no entanto, é meramente formal. Sua repetição, salientando o retorno do mesmo, possibilita que o heterogêneo se mostre, porque a contradição constitui o discurso. E a AD assumiu a contradição enfaticamente: *a existência do **outro** está pois subordinada ao primado do **mesmo*** (Pêcheux, 1983a: 313).

Apesar de em nosso projeto não tratarmos o enunciado, como em Courtine, no nível do interdiscurso, concordamos inteiramente com o postulado de que o enunciado apresenta uma divisão dialética interna, resultante de efeitos interdiscursivos e que o leva a uma dualidade de sentidos: o que não está marcado, explicitamente, na superfície intradiscursiva, continua presente, deixando vestígios, significando, por ser o *outro* lado.

A tensão dialética é uma das características principais do signo lingüístico também para Bakhtin. Nele habitam, concomitantemente, traços de valor contraditórios que produzem sentidos diversos, mesmo antagônicos por refletirem não passivamente, mas de maneira polêmica, o sujeito e seu horizonte social. Ao produzir um enunciado, o sujeito posiciona-se em relação a **já-ditos-outros** que,

pela via da história, têm uma continuidade semântica. Mesmo que a seqüência linear do enunciado seja a mesma, tendo em vista que é um outro momento da história, o enunciado significará diferente. Como sustenta Orlandi, *a língua significa porque a história intervém, o que resulta em pensar que o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história* (Orlandi, 1996: 46).

O discurso não é uma coerência homogênea, pois o tecido interdiscursivo é historicamente não-homogêneo. A história intervém para possibilitar sentidos diversos, partindo de linearidades aparentes. É essa contradição que institui a alternância ou a simultaneidade de sentidos opostos pois, marcando a presença do “outro”, que é plural, funda a diferença.

3.3 Do interdiscurso à composição da diferença

Tomaremos da AD o conceito de interdiscurso e tentaremos um cruzamento com a teoria de Bakhtin no que diz respeito às vozes que perpassam e tensionam dialeticamente o nosso discurso. Ambos os elementos são da ordem da memória, portanto da história.

Seguindo o último Pêcheux, trabalharemos o interdiscurso independente da noção de formação discursiva. Por interdiscurso, entendemos a memória discursiva do dizer, expressa no tecido sócio-histórico de traços discursivos exteriores e anteriores à seqüência material enunciada. Concordamos com Maingueneau (1987: 115), que essa “memória” *não psicológica é presumida pelo enunciado enquanto inscrito na história*, sendo constituída de seqüências que *repetem, recusam e transformam* outras seqüências, estabelecendo com elas uma relação polêmica. Dessa relação resultam os efeitos de sentido, constituídos na relação histórica entre discursos.

A alteridade é um fenômeno constitutivo de toda a linguagem, pois o é também do ser humano. Conforme Bakhtin,

O homem não possui território interior soberano, ele está inteiramente e sempre sobre uma fronteira; olhando o interior de si, ele olha nos olhos do outro ou através deles. (...) Não posso dispensá-lo, não posso tornar-me eu mesmo sem ele; devo encontrar-me nele, encontrando-o em mim (Bakhtin, 1961: 287).

A identidade é, portanto, um movimento de reconhecimento em direção ao outro.

Em sintonia com Bakhtin, Maingueneau (1984) e Marandin (1993) já aproximavam o interdiscurso das vozes dialógicas, considerando o primado de seu estudo dentro da AD. Seus estudos pregam a definição da presença de discursos no interior do enunciado, via abordagem do inter e do intradiscurso. O *exterior constitutivo* do interdiscurso tece todos os discursos, que são, assim, sempre *habitados*, ocupados pelas palavras dos outros. Reconhecer esse exterior é dar uma identidade para o discurso.

A interpretação dos efeitos de sentido, produzidos por essa *sinfonia polifônica* na seqüência lingüística, seria atingida pelo viés da sintaxe, pois é ela que mediatiza a relação forma-sentido. Sobre uma base lingüística linear - o intradiscurso -, onde predominam a sintaxe e os funcionamentos enunciativos, estrutura-se um processo semântico discursivo. Relembramos Bakhtin (1929), quando, décadas antes, já afirmara serem as formas sintáticas as mais aproximadas das formas concretas da enunciação.

O elemento concreto do interdiscurso que proporcionaria a ancoragem lingüística, unindo sintaxe e semântica, seria o *pré-construído* que, na opinião de Marandin (ibid.), é essencialmente polifônico.

Como já foi exposto anteriormente, o pré-construído é um efeito discursivo de memória, não identificável claramente na superfície do enunciado (intradiscurso),

que remete a traços opacos de outros discursos inscritos no discurso presente e que reproduz um conhecimento fixo, comum, sempre atual e reconhecido por todos. É o que Chauí classifica por incorporação de um sentido sedimentado de uma expressão à cultura e sua conseqüente disponibilidade.

A “disponibilidade” de uma palavra, de um sentido ou de um texto, essa impressão que nos dão de terem estado sempre ali, ao alcance de nossa fala, é o esquecimento do tempo (...) de seu fazer-se e de suas retomadas por outros discursos (Chauí, 1983: 202).

Relacionando com Bakhtin (1926), vemos no pré-construído ecos de avaliações culturais que ressoam, difundindo condutas, já que a cultura é composta de discursos que expressam a memória coletiva.

Nesse sentido, o pré-construído não precisa sequer ser explicitado, sendo remetido ao pensamento de um sujeito universal, uma voz social homogeneizante que assume, organiza e difunde o consenso. Enfim, o pré-construído é formado por representações culturais que expressam o homogêneo, o senso comum.

O senso comum é um elemento coletivo, ligado ao imaginário social, que apaga qualquer traço de individualidade. Para Gramsci (1955), caracteriza-se por ser uma concepção de vida, ou uma *filosofia primitiva* do produto histórico, em que há uma certa dose de experimentalismo e de observação direta da realidade, mas de forma empírica e limitada. O senso comum manifesta adesão e conformismo irrestritos, agindo de forma eficaz sobre a mentalidade popular por meio da repetição sistemática de seus valores e crenças. Por isso, o discurso do “natural” passa sempre pela estereotipia do senso comum.

Faz-se necessário frisar, como de resto já o fazia Gramsci (1949), que o senso comum, por ser um produto da história, é só **momentaneamente** rígido e imutável, podendo ser renovado se ligado à vida prática cotidiana.

Essa mesma idéia é manifestada por Bakhtin (1979), ao apontar que, no discurso cotidiano, os sentidos arraigados podem ser transfigurados pela intervenção da experiência histórica dos sujeitos; e que é, do mesmo modo, o pensamento de Pêcheux (1983c) ao descrever os discursos do cotidiano como passíveis de transformação semântica, podendo tornar-se outros, diversos de si.

Pelo que foi exposto, podemos verificar a importância de um horizonte de memória como elemento histórico-cultural tanto para Bakhtin como para a AD. Por intermédio desse horizonte, resgata-se para a análise os traços de processos discursivos, onde a língua e a história teceram o seu jogo para construir um sentido fixo para aquele momento específico, mas que sempre pode se transformar em outro pela intervenção de outros processos discursivos de outros momentos históricos.

Nosso trabalho de análise no nível do intradiscurso deverá mostrar precisamente como essa aparente homogeneidade lingüística linear é rompida pelo acontecimento discursivo que subverte os sentidos “sempre-já” presentes.

O interdiscurso, esse não dito que significa a presença de discursos-outros, deixa seus sinais materialmente, via pré-construído, no interior de nosso dizer. Esse discurso-outro sempre atravessa o nosso discurso e é a base do que Authier-Revuz (1982) nomeia de *heterogeneidade constitutiva*.⁶³

Em sua opinião, apoiada em Bakhtin, a palavra do outro está presente em nosso discurso: *o exterior inevitavelmente retorna implicitamente ao interior da descrição* (Authier-Revuz, 1990:25). O que apareceria na superfície do enunciado

⁶³ Este trabalho não tem a intenção de abordar a produção mais recente de Authier-Revuz, em que a autora modifica alguns aspectos da teoria desenvolvida nos textos anteriores, pois, como já foi salientado, não pretendemos trilhar o caminho da psicanálise.

seria uma “negociação” lingüística do sujeito falante com o exterior que constitui o seu discurso. Atente-se para o fato de que essa exterioridade integra o sujeito e o seu discurso. Authier frisa que o *outro do dialogismo de Bakhtin (...)* é a condição do discurso e é uma fronteira interior que marca no interior do discurso a relação constitutiva com o outro (Authier-Revuz, *ibid.*: 121). A alteridade, para Bakhtin, é um processo dialógico, cujo elemento comum entre os parceiros é o discurso.

O retorno do outro⁶⁴ é marcado de diferentes maneiras no discurso do sujeito pelo que Authier-Revuz convencionou chamar de *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*, que não se reduzem uma à outra, porém são articuláveis.

Heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição de um discurso e a dos processos não menos reais, de representação, em um discurso, de sua constituição. (...) Face ao “isso fala” da heterogeneidade constitutiva responde-se através dos “como diz o outro” e “se eu posso dizer” da heterogeneidade mostrada (Authier-Revuz, 1990: 32).

Bem próxima da AD, no que tange ao domínio do interdiscurso, a autora enfatiza que os “pontos de heterogeneidade” observáveis em um discurso revelam os discursos fundadores, além de serem uma forma de representar a enunciação. Baseando-se novamente em Bakhtin e em seus estudos sobre o discurso relatado - um discurso no interior de e sobre o outro - a autora evidencia a dependência entre as duas enunciações, citando-o: “*nos limites de uma só e mesma construção lingüística ouve-se ressoar os acentos de duas vozes diferentes*”⁶⁵ (Authier-Revuz, *ibid.*: 115) .

⁶⁴ Authier-Revuz utiliza “outro” e “Outro” (o da psicanálise). *Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”* (Authier-Revuz, 1982: 141). A nós, interessa somente o primeiro.

⁶⁵ Citação referente à *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 177 da 3ª edição brasileira.

Parafrazeando Brait (1994), as palavras ou idéias que vêm de outros tecem o discurso do indivíduo, interpenetrando-se a ele. Essas vozes assimiladas, entretanto, são passíveis de serem ouvidas escancarada ou dissimuladamente.

História e memória fundem-se no interdiscurso, possibilitando efeitos semânticos variados. A AD afirma que não se pode dizer tudo, no entanto, aquilo que não se disse permanece presente, produzindo efeitos, pois tem a ver com a memória histórica do dizer. A “negociação” que o sujeito trava com a palavra do outro é na verdade um “jogo” discursivo que construirá um dito, marcado pelo que não foi dito. Um dito marcado pela incompletude.

A incompletude também aparece como uma característica do discurso *em e de* Bakhtin. Brait (ibid.) fala em *discurso inconcluso* para definir a *forma de enfrentamento* com os outros discursos passados ou presentes que interagem na teoria bakhtiniana. Seu discurso (de Bakhtin), e sua idéia de discurso, manifesta um *concerto de incessante produção de efeitos de sentido*. O sentido é distribuído entre diversas vozes, em uma relação dialógica entre os diversos enunciados já produzidos sobre um mesmo tema. Resulta desse movimento um excesso impensado que é a própria possibilidade da pluralidade de sentidos.

A linguagem é incompleta no sentido de que tudo não se diz, mas o que não se diz continua presente, significando possibilidades. É essa a interpretação de Bakhtin para o *continuum* infinito de sentidos inesgotáveis que, esquecidos,

podem ser capturados pela memória histórica e discursiva e renovados em novos contextos.

A procura por uma alteridade constitutiva - dialógica, interdiscursiva ou heterogênea - do sujeito e do discurso parece-nos ser um ponto de contato entre Bakhtin e a AD que queremos analisar neste trabalho.

3.4 Da relação enunciação-enunciado como acontecimento discursivo

Se, conforme afirmava Bakhtin (1979), o sentido do enunciado é determinado pelas condições reais da enunciação, há que se cercar essa relação dizer-dito e a partir dela construir uma hipótese semântica que viabilize a pluralidade de sentidos suscetíveis de serem produzidos no tecido discursivo, mas sem perder de vista a matéria lingüística que forma o enunciado.

Kristeva propusera a efetivação de um estudo que engendrasse a enunciação e o enunciado, enquanto presença discursiva material, em um processo de produção - *um certo sentido com um certo sujeito* (Kristeva, 1969: 316), reconhecendo, sob influência de Bakhtin, que o sujeito e o sentido são construídos pela enunciação e que somente ela poderia viabilizar a compreensão efetiva das formas sintáticas no discurso. Esse processo de produção discursiva é o lugar onde a língua e a história tecem o seu jogo para construir um sentido.

A semântica do discurso proposta pela AD, que postulava o sentido como efeito da relação sintaxe-semântica (Gadet e Pêcheux, 1981), integra a Lingüística e a enunciação, rompendo de uma vez tanto com o formalismo quanto com o conteudismo. A redefinição da matéria a ser estudada - o processo de produção de enunciados cotidianos - em termos de descrição e interpretação consideraria três momentos: o da memória sócio-histórica discursiva (interdiscurso), o da língua

como espaço material de traços languageiros (de linguagem) e o da análise lingüístico-discursiva propriamente dita.

Será acentuado, portanto, o processo discursivo enquanto conjunto de traços languageiros discursivos que formam uma memória sócio-histórica. Tais traços, inscritos na seqüência linear, serão abordados lingüisticamente - pelo viés da descrição sintática - e semanticamente - pela interpretação dos elementos históricos da memória discursiva.

O espaço da subjetividade na linguagem é um espaço tenso. O processo interativo da enunciação evidencia essa tensão constante que constitui os sujeitos e os sentidos, pois há sujeitos-vozes e sentidos em conflito na memória discursiva.

Estabelece-se o conflito porque há um pensamento já existente, anterior ao sujeito e que não coincide completamente com o que ele produz no momento presente. Esse pensamento-outro tem um conteúdo impensado, que deixa o sentido inconcluso, incompleto. Tal conteúdo de sentidos esquecidos pode ser resgatado e reorganizado, provocando um acontecimento discursivo.

Vamos nos deter um pouco nesse “impensado” que constitui o sentido e fazer um exercício filosófico de pensamento, convocando para a discussão Merleau-Ponty (1960), que define o *impensado* como *excesso*, uma outra coisa além da existência dada. Ou, nas palavras de Chauí (1983), uma *positividade negativa* por conter, contraditoriamente, um elemento de negação que provoca um *porvir possível*.

O *impensado* não é o “menos” ou o que não foi pensado, mas o “excesso” do que se quis dizer e do que foi dito. O impensado é o que ressalta o inerente a todo o pensamento, mesmo não estando visível formalmente. *Não é senão o excesso do que vivemos sobre o que já foi dito* (Merleau-Ponty, 1960: 175).

Não é o que estaria ausente como privação, mas aquilo cuja ausência é promessa e antecipação. Como todo invisível, o impensado é uma ausência que conta no mundo porque não é um vazio, mas ponto de passagem. Não é buraco. É poro (Chauí, 1983: 206).

O impensado é um ponto de passagem para um sentido que é possível, mas ainda não se encontra presente. É, portanto, possibilidade plural de sentidos.

Essa dimensão “impensada” do sentido está estreitamente vinculada à sua incompletude e, por oposição, à sua sedimentação, na mesma perspectiva sustentada por Bakhtin de uma interpretação jamais ser a final. Há leituras e interpretações múltiplas que impossibilitam o fechamento do discurso como representação acabada.

Merleau-Ponty (ibid.) afirma que a idéia do sentido fixo é conseqüência da ilusão da coincidência entre a linguagem e o que ela representa. A idéia de uma expressão completa ou acabada é um *non-sense*, uma vez que a linguagem é sempre indireta, alusiva, portanto, opaca, o que impede a cristalização do sentido. *Dizer não é colocar uma palavra sob (ou sobre) cada coisa pensada: se assim o fizéssemos nada seria jamais dito. (...) A linguagem significa quando, em vez de copiar o pensamento, deixa-se por ele desfazer e refazer (Merleau-Ponty, 1960: 145).*

Esse desfazer e refazer da linguagem reflete o que para a AD, conforme Orlandi (1996), é a capacidade de jogar com a língua que, inscrita na história, possibilita a construção de sentidos. Sentidos possíveis, porém não quaisquer, visto que a materialidade da língua impede-lhe isso.

Há no discurso uma possibilidade de resistência a dizer o mesmo que rompe com a regra. O sistema da língua permite um jogo de subversão da norma. Existe uma *latitude de jogo* que a afeta e que permite trapacear a língua, surpreender a linguagem, como disse Barthes (1978). Todo o movimento de ruptura com a ordem

lingüística, no entanto, deve implicar uma recusa à concepção da linguagem como mero instrumento de informação, pois essa idéia estabelece-se sob o primado da norma e do consenso social.

Ora, todo enunciado pode tornar-se outro, deslocar-se de seu sentido e derivar para um outro. Pêcheux (1983c) já alertara para isso e, antes dele Bakhtin (1929) ao postular a dialética do signo mutável, sua eterna possibilidade de *vir a ser* em oposição à tendência de estabilização semântica que ocorre por essa *ficção* de imaginar a palavra como um *decalque da realidade*. Não existe unicidade no sentido, senão fecundidade. Há tantos sentidos possíveis quanto contextos e esses contextos de uma mesma expressão são freqüentemente opostos. Os contextos estão ligados à situação social e histórica. Reproduzem-se e atualizam-se as unidades da língua, mas as instâncias discursivas são únicas. Em Bakhtin, o sentido de um enunciado está ligado à história através do ato único de sua realização enunciativa. A singularidade do momento e do autor exclui a reprodução do mesmo e faz do par enunciação-enunciado um acontecimento.

A AD, vide Pêcheux (ibid.), propôs-se, da mesma maneira, como oposição ao domínio da homogeneidade discursiva que instala um sujeito senhor de seu discurso e um sentido cristalizado por repetições, a analisar o que havia de acontecimento no discurso. A partir do acontecimento discursivo seria interrompido o processo de repetição e estabelecida a alteridade.

O conceito de acontecimento expressa uma dualidade, no que concerne a seu atrelamento com o conceito de sistema (estrutura), muito próxima da contradição dialética, conforme foi abordado acima.

Em texto de 1972, Morin, de forma clara e concisa, trata das características de um acontecimento, a saber: atualidade, improbabilidade, descontinuidade e acidentalidade. A noção designa, portanto, o que é imprevisto, aleatório, singular,

concreto e histórico. Morin (1972) atenta, enfaticamente, para a importância do fator temporal, ou seja, se considerarmos o fato de o tempo ser irreversível, podemos afirmar que a temporalidade funda o acontecimento, tornando-o irrepitível.

A historicidade da vida, do homem e da sociedade reside, conforme Morin, em um elo indissolúvel entre o sistema de uma parte e o acaso (acontecimento) de outra. O próprio surgimento da matéria viva, justifica o autor, foi o resultado do encontro entre sistemas físico-químicos complexos, constituído pelo jogo de acontecimentos casuais. O elemento lúdico tem uma importância capital na natureza mesma da vida. A vida joga com o acaso, originando transformações.

Morin (ibid.) prossegue, descrevendo o acontecimento que foi o aparecimento do homem e da grande barreira estrutural, que separou a natureza da cultura, oriunda de uma série de acontecimentos acidentais, entre eles a criação de utensílios e o aparecimento da linguagem, e que contribuíram de modo decisivo para a evolução histórica do homem.

Relacionando as estruturas com os acontecimentos, o autor salienta a conservação das *invariâncias* pelas estruturas e sua conseqüente superação pelas contradições inerentes aos acontecimentos.

*As estruturas efetivamente conservam e protegem as invariâncias. Na verdade, são os acontecimentos internos, oriundos de "contradições" no âmago de sistemas complexos e frouxamente estruturados, e os acontecimentos externos, oriundos de encontros entre fenômenos, que fazem **evoluir os sistemas** e, finalmente, na dialética sistema-acontecimento, provocam a modificação das estruturas (Morin, 1972: 14).*

As estruturas, portanto, não evoluem sozinhas. Elas somente poderão ser modificadas pela intervenção do acontecimento. O que resulta que qualquer transformação é indissociável de uma relação estrutura-acontecimento.

Da mesma forma, o desenvolvimento histórico é produto de antagonismos e contradições que exprimem o caráter heterogêneo dos sistemas sociais complexos. O choque contraditório de antagonismos torna-se *gerador* de transformações. Morin (ibid.) concebe que toda forma existente manifesta-se tanto como *acidente-acontecimento* quanto como *sistema-estrutura*. Ainda que tenhamos uma tendência para dissociar esses dois conceitos antagônicos, deveríamos nos esforçar em perceber de que modo sistema e acontecimento estão indissolivelmente ligados.

Pêcheux (1983c) chegou a essa mesma conclusão em relação ao discurso ao postular-lhe o estatuto dual de estrutura e acontecimento. Enquanto estrutura, ele seria analisado via descrição da *montagem lingüística* formal; como acontecimento, abre-se uma perspectiva de análise pela interpretação semântica dos traços discursivos presentes na seqüência linear.

O acontecimento discursivo provoca um desvio do sentido de seu fluxo habitual. Ele resgata um espaço de memória e, reorganizando-o juntamente com os significantes em seu contexto de atualidade, gera sentidos inéditos. Diferentemente da seqüência lingüística, o sentido não é linear, não tem uma coerência horizontal.

Um sentido é sempre vertical e carrega consigo dimensões passadas, presentes e mesmo futuras. Chauí (1983) diz que essa verticalidade do sentido está presente no discurso como um investimento cultural passado e atual, articulando-se com os outros discursos já enunciados de modo indireto e alusivo, o que implica dizer que o sentido tem história.

Courtine e Marandin (1981), no terreno da AD, acreditavam que os discursos permitem duas modalidades de repetições, ou seja, uma repetição horizontal dos elementos formais, operação que pode produzir uma paráfrase lingüística; e uma repetição vertical dos sentidos, reprodução que tem lugar pelo não reconhecimento imediato de elementos pré-construídos (o já-dito) da memória interdiscursiva. Os

autores ressaltam, entretanto, que o retorno de uma mesma formulação em outro momento e lugar já a torna diferente do que fora.

Reside nesse conjunto de idéias, o essencial para o nosso estudo, a saber, a relação entre o mesmo e o outro do discurso e suas possibilidades semânticas. A condição insuperável e elementar de existência do outro é que exista um mesmo. As repetições discursivas (lingüísticas ou semânticas), retomando elementos formulados anteriormente, apresentarão sempre deslocamentos, visto que o momento enunciativo é outro. Por esse motivo, sempre há a reorganização dos significantes da seqüência, que pode ou não resultar no acontecimento discursivo.

A integração enunciação-enunciado pode ocorrer como estrutura ou como acontecimento. Ambas as possibilidades são inerentes ao discurso e qualquer transformação dependerá da relação dialética entre os dois elementos. Um acontecimento discursivo sempre se ancora nos sentidos já instituídos. Somente a partir dessa ancoragem, realizam-se os deslizos que instauram o sentido-outro. Ocorre, assim, um confronto discursivo de cujo jogo lingüístico-semântico podem advir surpresas. Ou não. Uma análise imediata, empírica enfatizará o mesmo, dando um efeito aparente de evidência. Conquanto nos detenhamos um pouco mais, perceberemos como, pelo fato de ser oblíqua, a linguagem pode provocar uma fecundidade de sentidos. Na verdade, todos os sentidos já se encontram lá, significando, mesmo os que não foram ditos.

3.5 A cultura como fator de resistência

Vimos anteriormente (3.3) como fatores culturais podem ser mobilizados para a expressão do senso comum. Nesta parte, trataremos de mostrar, ao

contrário, como a cultura pode, ligada à experiência cotidiana, servir de resistência à reprodução do senso comum.

A realidade sempre nos oferece alternativas de vida, particularmente em relação à aceitação ou recusa do mundo social em que o ser humano vive. Nossa postura frente a isso será de assujeitamento e reprodução ou de resistência. Certamente, sabemos não haver assujeitamento completo como também não existe liberdade total. Há sempre tensão entre nossa liberdade e as condições sociais (naturais, culturais, psíquicas) que nos determinam.

Uma postura de assujeitamento tende a deixar as coisas como estão, pois deduz que o ser humano e todas as coisas existem por força da natureza. Em oposição, uma postura crítica resiste à naturalização e concebe o indivíduo e o mundo como o resultado de ações e práticas sociais que fundam as culturas e as diferenças existentes entre os seres humanos. A humanidade não é isto ou aquilo por natureza, mas pelas suas condições materiais de existência. E essas condições são sócio-histórico-culturais.

A palavra cultura será empregada em rejeição a tudo que indique o naturalismo⁶⁶ dos seres humanos, expressando a construção de relações entre os indivíduos, organizados socialmente, e o mundo que os rodeia, bem como de relações interpessoais. Nesse sentido, a cultura manifesta a construção das relações sociais do indivíduo com o outro. As relações humanas com o mundo e, portanto com a natureza, levam os indivíduos a agir sobre ele, na tentativa de modificá-lo, resultando em transformações culturais.

Ligado à cultura, o senso comum manifesta-se como um sistema impessoal, social e público que regula e determina a vida coletiva de uma sociedade, em uma

⁶⁶ Por *naturalismo* ou *naturalização* será entendido o que tem caráter inato, empírico, espontâneo, sem a interferência do agir humano.

época precisa, por intermédio de seus valores e costumes. Assim, algumas vezes os fenômenos culturais são interpretados como expressão da manutenção de relações de poder entre os indivíduos.

Entretanto, pelo fato de não haver dominação sem resistência, os sujeitos estabelecem formas de contestar e transgredir certos valores culturais que os reprimem, gerando conflitos e efetivando mudanças sociais.

No nível do discurso, conforme interpretação de Bakhtin (apud Todorov, 1981), a cultura seria constituída por discursos que retêm a memória coletiva e exigem uma atitude do sujeito. Na mesma direção, segue a proposta de Thompson (1990) para quem *o estudo dos fenômenos culturais pode ser pensado como o estudo do mundo sócio-histórico constituído como um campo de significados* (Thompson, 1990: 165). O ponto nodal é a integração desse estudo da estrutura significativa dos discursos às relações sociais e seu contexto histórico.

Também Geertz (1973) orienta a análise da cultura para a interpretação do significado. Sua concepção de cultura postula-a como uma teia de significados que são tecidos e interpretados pelos sujeitos no curso de sua vida cotidiana e cujo processo de construção é passível de análise e interpretação. A cultura é *um sistema de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas* (Geertz, 1973: 64). Para ele, como para Thompson, a análise da cultura passa pelo estudo do caráter representativo (simbólico) da vida social, levando sempre em conta os contextos cotidianos em que essas formas representativas foram produzidas e as interpretações que aí receberam, pois isso faz parte da historicidade da experiência humana.

Nesse ponto, pensamos ser necessário fazer um paralelo com o conceito de ideologia. O termo, como é do conhecimento geral, manifesta uma ampla polissemia, relacionada tanto à complexidade cultural da linguagem quanto à questão

que teve sua origem ao longo da história do marxismo, quando foi considerado, por um lado negativamente, como *falsa consciência* da realidade objetiva, condicionada por interesses particulares de classe; e por outro como *forças materiais*, atitudes e práticas concretas de ação diante da realidade social e que manifestam reflexos coletivos de uma cultura ligada às classes sociais⁶⁷.

Por influência do discurso político americano, como frisa Kavanagh (1990), o vocábulo tem sido usado nos meios de comunicação contemporâneos, em sentido pejorativo, para designar determinados tipos de idéias políticas autoritárias, extremistas e ultrapassadas que apenas alguns poucos ainda teriam, contrariando a grande maioria de *pessoas “sensatas”* que não tem ideologia alguma.

Para o nosso trabalho, interessa definir que, em sentido estrito, ideologia designa um conjunto de crenças que contribuem para manter e legitimar as relações de poder de alguns indivíduos sobre outros. O poder de dominação é obtido por meio da deformação e escamoteação das contradições da realidade social, bem como através da naturalização e universalização dessas crenças e valores comuns, tornados óbvios e assumidos facilmente como se não tivessem sido produzidos social e culturalmente. Já em sentido amplo, a palavra significa concepções de mundo, por meio das quais os seres humanos justificam a sua postura de convivência ou rebeldia e sua ação frente à realidade social⁶⁸.

Embora algumas correntes “pós-”⁶⁹ tenham decretado o fim das ideologias (uma postura ideológica, aliás), como também decretaram o fim da história e o fim

⁶⁷ Além dos textos clássicos sobre o assunto (Marx e Engels, Gramsci, Mannheim, Lukács e Althusser), sugerimos também E. Hobsbawn, *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1983; J. B. Thompson, *Ideologia e cultura moderna*; e T. Eagleton, *Ideologia*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

⁶⁸ Eagleton (1997) faz uma apreciação acurada dos problemas relativos às várias acepções do conceito.

⁶⁹ Pós-estruturalistas, pós-marxistas, pós-modernistas.

do sujeito, aqui sustentaremos a existência plena de todos eles⁷⁰. Quanto à ideologia, aceitamos, com Zizek (1996), que qualquer processo denunciado como ideológico tem também, em seu oponente, o mesmo caráter de ser ideológico. Resistindo à visão da ideologia como pura ilusão, seguimos o pensamento de Thompson (1984) que esclarece:

Uma vez reconhecendo que a ideologia opera através da linguagem e que a linguagem é um meio de ação social, devemos também reconhecer que a ideologia é parcialmente constitutiva do que, em nossas sociedades, é "real". A ideologia não é uma imagem pálida do mundo social, mas é parte desse mundo, um elemento criativo e constitutivo de nossas vidas (Thompson, 1984: 5).

Como parte de um sistema cultural, uma ideologia consiste em uma estrutura de significados, organicamente relacionados aos mecanismos semânticos que os produziram, conforme defendia Geertz (ibid.). Em suma, sendo as ideologias integrantes de sistemas culturais, pensamos que tanto a interpelação quanto a revolta serão instituídas culturalmente.

O paralelo entre ideologia e cultura tornou-se inevitável, devido às relações estabelecidas entre as duas conceituações. O ponto de vista que queremos sustentar, em consequência disso, é o de que questões ideológicas estão fortemente enraizadas em fatores histórico-culturais e que o discurso representa tudo isso: o movimento de aprisionar e unificar o sentido em uma forma significativa literal, imediata e "natural", reprimindo o jogo da língua e dos sentidos e com isso facilitando, por exemplo, a manutenção de relações assimétricas de poder; e o movimento contrário, qual seja, o do rompimento com o estabilizado, promovendo o *divórcio* entre o enunciado e seu conteúdo expressivo habitual e possibilitando a revolução do sentido.

⁷⁰ Conforme lembra convenientemente Kavanagh (1990), o conceito de ideologia, ligado à tradição marxista, tem sido reforçado como uma construção associada ao leste europeu, principalmente à União Soviética, até 1989 quando, com a queda do muro de Berlim, apregoou-se a morte das ideologias.

A análise da recepção de aspectos culturais, realizada por de Certeau (1980), questiona exatamente a passividade do ato leitor da cultura contemporânea, não o vendo somente como uma mera recepção sem reconstrução ou demarcação do lugar do sujeito. O processo de leitura e interpretação é um efeito da própria construção do interpretante. *Um sistema de signos verbais ou icônicos é uma reserva de formas que esperam do leitor o seu sentido* (de Certeau, 1980: 264). A atividade leitora destaca os textos de sua origem e organiza seus fragmentos, permitindo a pluralidade de significações.

Assim, o sujeito que realiza a interpretação, seguindo o raciocínio de de Certeau, não tem um lugar fixo, senão transita entre vários textos, misturando-os e associando-os a outros, adormecidos, que ele *desperta e habita*. Dessa forma, o sujeito rompe com a ordem do texto da mesma maneira como escapa à ordem social.

Uma análise de discurso com ênfase em aspectos sócio-culturais, conforme a que pretendemos desenvolver adiante, elabora a maneira como os significados são mobilizados e contextualizados, social e historicamente, através de formas representativas, destacando a repetição, a reprodução ou a ruptura com alguma ordem estabelecida.

A configuração da cultura como fator de resistência passa pela afirmação da experiência (o exercício do fazer) cotidiana, por mais que ela nos pareça ser a exaltação da continuidade.

Bakhtin (1979) pregava a alteridade constitutiva dos discursos da vida cotidiana, pois neles dar-se-ia o mais estreito encontro entre os sujeitos. Merleau-Ponty (1964) observava que, contraditoriamente, a nossa experiência cotidiana, por ser tensa, é a responsável pelo rompimento com o mesmo e pela instauração da *não-coincidência*. É através de nossa experiência que podemos romper com o

compasso universal coincidente de todos fazendo e sentindo as mesmas coisas. *Interrogamos nossa experiência para que ela nos abra para o que não é nós* (Merleau-Ponty, 1964: 270). É ela que nos faz encontrar o outro, afastando-nos de nós mesmos.

A discussão que se faz necessária é a das experiências e práticas (discursivas) cotidianas, registradas em lugares variados e com diferentes pessoas. De Certeau (1974) alerta-nos para a posição do pesquisador, ao analisar fatores culturais, que acompanha as particularidades de **seu** próprio lugar. Entretanto, *nunca podemos obliterar nem transpor a alteridade que mantém, diante e fora de nós, as experiências e as observações ancoradas alhures, em outros lugares* (de Certeau, 1974: 222). É imprescindível reconhecer a existência dessa alteridade, introduzindo a diferença, a pluralidade ou correremos o risco da exclusão de pessoas e temas. A homogeneidade de uma *cultura no singular* evidencia a ausência do outro e o fortalecimento da unidade. Para ser plural, a cultura exige que se resista, que se trave incessantemente no cotidiano uma luta tensa, pois *o cotidiano está semeado de maravilhas, espuma tão fascinante, nos ritmos prolongados da língua e da história, quanto a dos escritores ou dos artistas* (de Certeau, 1974: 245).

Aderindo à opinião de Berman (1982), reafirmamos a cultura humanista moderna como um lugar de resistência e enfatizamos suas características centrais: a cultura do diálogo e a experiência do cotidiano. A experiência cotidiana não como um reflexo espontâneo da aparência imediata e empírica da realidade, mas aquela experiência embasada na análise histórico-crítica das contradições da vida social e em suas práticas.

São as práticas cotidianas dos sujeitos, com suas diversas *maneiras de fazer*, seus variados *modos de proceder* que, organizando micro-subversões, alteram o compasso esperado (de Certeau, 1980). As resistências e mudanças, inclusive as

transformações do senso comum passam pelas experiências vivenciadas no cotidiano por mulheres e homens comuns. Uma parte das diferenças na produtividade e qualidade de vida entre os países avançados e nós está precisamente nos detalhes, em como a gente comum cuida de seu cotidiano.

A gênese das transformações culturais, gestada na experiência cotidiana de sujeitos comuns, é fruto do inconformismo e da resistência desses sujeitos. A longo prazo, tais transformações podem instituir sentidos comuns diversos, expressos por estruturas significativas no interior de discursos sociais. A análise e interpretação desses discursos oferece a possibilidade de construirmos um mapa da resistência e da pluralidade cultural em momentos históricos determinados.

3.6 A identidade do sujeito feminino e o resgate de sua resistência

Esta parte de nosso estudo abordará questões relativas ao sujeito de nossa análise, qual seja, o sujeito feminino, focado sob uma perspectiva teórica agora específica, da crítica feminista a partir da categoria de **gênero**.

A obviedade do termo “gênero”, para nós frequentadores da área linguística, não passa de uma ilusão, uma vez que ele significa muito mais do que diz. Em nossa área e para a língua portuguesa, como uma categoria nominal, o gênero divide todos os substantivos em duas classes - feminino e masculino. Essa classificação distintiva por sexo, entretanto, não se mantém constante nem mesmo no terreno da Linguística, devido às variadas exceções gramaticais⁷¹.

Segundo Mattoso Câmara Jr. (1974), a inclusão de uma classificação baseada em um sistema sexual hierárquico pode ter sido uma solução de

⁷¹ Em *Princípios de Linguística Geral*, Mattoso Câmara aborda com precisão essa questão, além de oferecer outros exemplos de classificação não ligados a fatores gramaticais.

reajustamento entre a língua e a mentalidade coletiva que teve como conseqüência o progresso lingüístico das línguas indo-européias.

Esse fator de reajuste cultural da língua ao senso coletivo é ressaltado nas teorias críticas feministas de pesquisa das relações sociais de gênero, ao defini-lo (o gênero) como uma categoria relacional de análise das construções culturais que estabelecem relações sociais de dominação de um sexo sobre o outro. O termo **gênero**, assim definido, dá ênfase ao caráter sócio-histórico-cultural das distinções entre os sexos, construídas e perpetuadas com base no determinismo biológico. *Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social* (Scott, 1986: 88).

Semelhante definição, talvez, ajude-nos a entender o fato de aplicarmos o substantivo “homem”, quando nos referimos ao ser humano ou à humanidade, ainda que, como menciona Coulthard (1991), os homens tendam a esquecer com facilidade o significado do uso genérico do masculino. Para exemplificar, esse autor cita uma frase de Erich Fromm: *“Os interesses vitais do Homem são a vida, a alimentação e o acesso às mulheres.”*

Estudos antropológicos sobre a generalidade ou universalidade do masculino demonstraram que o legado grego no pensamento ocidental consolida a dicotomização hierárquica, estabelecendo valores específicos relacionados aos homens - ciência, razão, objetividade, em oposição a “atributos femininos” como magia e mistério, emoção, subjetividade, entre outros.

Desde a cultura greco-romana, a condição feminina é representada como passiva e inferior, tomando como parâmetro o padrão anatômico, fisiológico e psicológico masculino. Na tradição jurídica romana, a divisão dos sexos não era apenas natural, mas normativa e todas as decisões em relação à família eram

legadas ao homem. A cultura judaico-cristã, igualmente, baseada nas escrituras sagradas, pregava a inferioridade das mulheres e seu dever de obediência, visto ter sido ao homem que Deus deu o poder (Veyne, 1990).

Toda a carga histórica de valores e comportamentos diferenciados e discriminatórios entre homens e mulheres fundaram o que se convencionou chamar **relações de gênero**, constituídas e perpetuadas social e economicamente e determinadas pela cultura e pela história. Elas abrangem *um conjunto complexo de relações e processos sociais historicamente variáveis* (Flax, 1990). As relações de gênero têm sido relações de dominação, hierarquicamente controladas pelo sexo masculino.

Conforme Coutinho (1994), a relação social hierárquica entre os sexos é uma estratégia de poder que, articulada a partir do discurso, tenta encobrir as desigualdades, naturalizando-as. Assim, elas nem sempre tornam-se visíveis, não podendo ser questionadas. Produz-se um consenso e o que foi construído culturalmente é atribuído à natureza.

Como um reflexo das relações sociais, o uso da linguagem também vai institucionalizar o que chamaremos, por extensão, o **discurso de gênero** que normatiza lingüisticamente a representação dessas relações sócio-culturais de dominação. Fairclough (1989) chama a atenção para a extensão do modo como a linguagem contribui para a manutenção do status quo por meio de um discurso do senso comum e para a maneira como esse discurso pode ser ideologicamente condicionado por relações de poder, sustentando posições de mando e de subordinação oriundas da imagem de superioridade ou inferioridade como “destino da natureza”.

Os paradigmas culturais de gênero, tanto quanto outros referenciais de diferenças - como raça e classe - estruturam toda a vida dos indivíduos, sejam

mulheres ou homens, determinando seus discursos e suas condutas e fazendo com que se expressem de forma diferente. São igualmente diversas suas maneiras de falar, escrever e mesmo aprender.

A experiência educativa não é igual para ambos os sexos desde seu começo. Primeiramente, as técnicas familiares esmeram-se em tornar as filhas “femininas” e os filhos “machões”, o que continua, em seguida, a ser reforçado pela escola. As mulheres são educadas para a submissão, tendo suas escolhas condicionadas por estereótipos que ditam seus interesses e, algumas vezes, mesmo os seus destinos. Até o padrão acadêmico, tão liberal, institucionaliza parâmetros de linguagem oral e escrita que consideram a lógica, a formalidade e a objetividade, modelos da tradição retórica masculina, características essenciais (Barnes, 1990).

Todas as experiências sociais distintas levam-nos a *desenvolver diferentes padrões lingüísticos e comportamentais, bem como diferentes formas de exercer o controle sobre nossas vidas* (Coutinho, 1994: 59). Assim sendo, adianta muito pouco ter igualdade de direitos declarada na Constituição, se as meninas deixam de ser incentivadas pelos pais e pela sociedade a escolher uma profissão e a obter independência econômica; se têm seu impulso espontâneo de independência barrado por um tipo de educação que objetiva principalmente a dependência e a permanência de sua condição eterna de anonimato e silêncio.

Em nossas sociedades, como afirmou Foucault (1969 e 1971), só se tem acesso a uma parte do *dizível*, pois a propriedade do discurso, ou seja, o direito à voz, bem como a autoridade para o empreendimento desse discurso em decisões e instituições, está restrito a um grupo determinado de indivíduos. Esse dizível demarca uma identidade androcêntrica que tem limitado ou excluído a experiência das mulheres.

De que posição, todavia, não nos conformamos e resistimos? A construção da história da resistência do sujeito feminino (ou feminista⁷²) foi forjada na experiência de lutas cotidianas de mulheres anônimas e silenciadas que, apesar disso ou sobretudo por causa disso, transformaram lentamente a sua história e, junto com ela, a história dos homens.

A história da resistência organizada pode ser contada a partir de um pensamento de esquerda e inserido nos movimentos socialistas dos trabalhadores desde o início deste século⁷³. O primeiro impulso foi dado pelo movimento das sufragistas, seguido pela intensificação do processo de industrialização e o conseqüente ingresso da mulher no mercado de trabalho.

Os anos da primeira grande guerra afetam a ordem social e do trabalho, proporcionando uma experiência impar para as mulheres dos países europeus sobretudo, convocadas a substituir os homens em todas as profissões.

O avanço tecnológico americano em todas as áreas do conhecimento, bem como a propagação dos meios de comunicação de massa difundiram valores e imagens comuns. Desde os anos 20, defendeu-se um “estilo americano de vida” e como parte dele uma imagem da nova mulher emancipada - a “mulher moderna”. Ela freqüenta o ensino médio e, em menor número, o universitário, afluindo com rapidez ao mercado econômico.

A popularização dos métodos contraceptivos tradicionais, nos anos 30 e 40, juntamente com o aperfeiçoamento da maquinaria e produtos domésticos, além das

⁷² O termo *feminista*, assim como *ideologia*, *comunismo* ou *marxismo*, é meio maldito, incomoda um número considerável de pessoas. Contudo, este trabalho não terá qualquer tipo de preconceito em relação a ele com o de resto igualmente com o termo *feminino*. Em alguns momentos, poderão ser tomados como sinônimos.

⁷³ Para uma visão detalhada da história dos movimentos feministas, recomenda-se a leitura de Duby e Perrot (1991) *História das mulheres*, v. V: O século XX.

novas tecnologias de alimentação do bebê, transformaram o regime de trabalho doméstico, liberando ainda mais a mulher para o setor profissional.

O papel da publicidade foi então decisivo ao implementar uma sociedade de consumo que tinha nas mulheres 80% de seu público comprador. As vantagens do consumo e o desejo de ascender social e economicamente, unidos ao sentimento de independência, levaram à permanência definitiva das mulheres no mercado de trabalho e redefiniram os limites entre público e privado. Ainda assim, na Europa como na América, a discriminação salarial era a mesma.

As mudanças e desafios não foram estabelecidos somente na vida doméstica, mas igualmente na vida intelectual. O postulado freudiano da estrutura edipiana do inconsciente proporciona, a partir dos anos 20, um novo impulso ao pensamento crítico feminista. Ligando a posição de cada sexo e sua diferenciação à sua configuração morfológica, a teoria freudiana define o feminino negativamente em relação ao masculino e prega a inferioridade feminina em razão da falta do órgão viril, do qual a mulher teria inveja (Collin, 1991).

A crítica maior desenvolveu-se inicialmente na própria área psicanalítica através de Melanie Klein e Karen Horney⁷⁴ que a fizeram em termos da valorização do caráter “transcultural” e a-histórico do modelo edipiano da formação das diferenças entre os sexos, em detrimento dos aspectos sócio-culturais.

Publicada em 1949, a obra de Simone de Beauvoir *Le Deuxième Sexe* é uma referência teórica relevante para a história do pensamento feminista contemporâneo. Na opinião de Roudinesco (1986) é a primeira obra coerente sobre a sexualidade feminina, além de ser também a pioneira no debate da relação entre a questão sexual e a da emancipação.

Não existe uma essência natural feminina antes da existência concreta, afirma Beauvoir. *Não se nasce mulher: torna-se mulher*. Seu destino não é imposto por sua natureza biológica, mas determinado pelos aspectos sócio-culturais e pela educação que contudo reforçam aquele aspecto. Desse modo, presa ao essencialismo de sua condição biológica, a mulher foi relegada a um mero papel de reprodução.

O *segundo sexo* é acima de tudo uma construção social, uma metáfora da alteridade, ou seja, o conceito “mulher” é construído culturalmente como o *outro*,

baseado em um paradigma masculino. O parâmetro da diferença é o homem, a mulher é sempre o seu “outro”. Essa cultura dominante determina a posição inferior a que estariam sujeitas todas as mulheres.

nada é natural na coletividade humana e (...) a mulher é um produto elaborado pela civilização. (...) A mulher não se define nem por seus hormônios nem por misteriosos instintos e sim pela maneira por que reassume, através de consciências estranhas, o seu corpo e sua relação com o mundo (Beauvoir, 1949: 494).

Contudo, afirma Beauvoir, é possível libertar-se das contingências culturais e *fazer-se* uma nova mulher com base na experiência vivida e na prática social, repudiando o que haja de diferença em relação ao parâmetro masculino e advogando a igualdade. Não a igualdade total, visto suas sexualidades serem diferentes: as relações com o próprio corpo, com o corpo do(a) parceiro(a), com os filhos, jamais serão idênticas. Essas diferenças biológicas, entretanto, não devem servir para justificar as desigualdades sociais. Tornar-se, enfim, o próprio agente de suas transformações e das transformações culturais.

Na década de 50, como consequência do pós-guerra, há um refluxo das tendências feministas na Europa e nos Estados Unidos, e as mulheres são chamadas de volta ao lar. Em nome do civismo e de sua diferença, assiste-se ao regresso da mulher à *esfera privada centrada na criança e considerada como a chave das reconstruções nacionais* (Thébaud, 1991: 16).

Esse retorno à valorização da imagem feminina associada aos estereótipos da boa mãe-esposa-dona-de-casa deu-se, porém, em outros moldes de trabalho doméstico e maternidade, resultado do avanço tecnológico que marcara as décadas anteriores. A própria propaganda, que incentiva os estereótipos, ao induzir à atividade consumista gera um movimento de participação social mais intensa,

⁷⁴ Para Roudinesco (1989), *A história da psicanálise na França*, Klein é a mulher mais importante do freudismo, sendo que a *aventura lacaniana* está ligada historicamente a sua trajetória. Quanto à

tirando a mulher de dentro de casa. A imagem da “mulher moderna”, incrementada pela indústria cosmética, valoriza a mulher que tem mais tempo para cuidar de si mesma.

A denúncia desse *condicionamento ideológico*, influenciado pelos meios de comunicação de massa, é feita por Betty Friedan⁷⁵ no início dos anos 60, evidenciando que, apesar de todas as conquistas, a discriminação sexista e a desvalorização do trabalho feminino em qualquer esfera não foram abolidas. Ocorria, aí novamente, uma naturalização da divisão do trabalho em decorrência das diferenças de sexo. As transformações tecnológicas, econômicas e sociais tornaram a mulher mais visível, porém ainda não parceira do homem e protagonista da história.

Os acontecimentos políticos, que agitaram o final da década de sessenta e que contaram com a presença feminina, refletiram-se também nos movimentos feministas e esses, uma vez mais, denunciaram a estrutura patriarcal e suas falsas imagens baseadas na defesa da naturalização da condição feminina. Segundo Zaretsky (1994), este período marca a redefinição da questão da identidade, realizada pelo movimento de liberação das mulheres, em consequência de duas características principais: a luta contínua pela igualdade e a politização da esfera privada, pela denúncia da natureza cada vez mais pública do setor doméstico e das conexões internas entre a família e a economia.

Marcada por movimentos sociais reivindicatórios, a década de sessenta promoveu modificações nas diversas áreas do conhecimento das ciências sociais e humanas, constituindo-se em campo fértil e atual de estudos. Todas as transformações que ampliaram os espaços femininos – do acesso à educação em

Horney, ela era uma especialista na sexualidade feminina.

⁷⁵ O livro de Friedan, *The Feminine Mystique* (1963), depois de *O segundo sexo*, é um dos textos fundamentais sobre feminismo e o livro mais vendido no mundo sobre o tema.

todos os níveis ao desempenho das mais variadas atividades profissionais, bem como a reapropriação e domínio do próprio corpo com o advento da pílula anticoncepcional - passo decisivo para a emancipação sexual - evidenciaram, no entanto, que a propalada igualdade não passava ainda de um eufemismo. A discriminação continuava, e em todas as áreas, econômica, política e cultural, as mulheres eram minoria.

A partir dessa situação, a década de setenta inaugura novos estudos e contestações no campo feminista, vindo da França o seu mais vigoroso movimento. As feministas francesas, na esteira de maio de 68, perceberam que a discriminação sexual se dá por meio de uma violência simbólica que silencia a voz das mulheres, excluindo-as de produzir. De propor e decidir. Signatárias de Simone de Beauvoir, o movimento de libertação das mulheres - MLF - posicionou-se, em parte, contra o termo *feminista* e postulou o *feminino* como metáfora da alteridade, propondo a questão da diferença como uma questão cultural de construção da linguagem.

O movimento francês divide-se, na metade dos anos 70, entre as seguidoras de tendências marxistas e as comprometidas com o pensamento psicanalítico lacaniano e pós-estruturalista. As primeiras advogam o primado do determinismo econômico nas questões relativas às diferenças entre os sexos e contestam a dominação invocada pela natureza sexual, pois essa seria o cerne da desigualdade. Na sua opinião, a luta maior é pela emancipação coletiva dos seres humanos, representada pela abolição da opressão ligada às classes sociais. Já a tendência psicanalítica, preocupada com os processos de formação de uma identidade subjetiva de gênero por meio da linguagem, privilegia a discussão e análise dos discursos e textos femininos, propondo a existência de uma *escritura feminina* que subverteria o padrão masculino de expressão. Ambas as correntes enfatizam uma estrutura universal de construção da identidade feminina, em detrimento das

questões específicas. Entretanto, a primeira foi denominada de *feminismo da igualdade*, enquanto a essa se propôs a alcunha de *feminismo da diferença*

Nesse mesmo período, nos Estados Unidos, assiste-se ao florescimento de uma crítica feminista ousada e sistemática que segue um viés pragmático, priorizando as histórias da experiência comum feminina. Essa crítica focaliza a desmistificação do imaginário patriarcal em torno das representações femininas difundidas pela tradição cultural e propõe uma escrita feminina própria e visível, autorizada pela vivência de experiências comuns.

Nessa mesma época, surge nos EUA, o que se denominou “políticas da identidade”, cujas principais características foram a ênfase nas diferenças em detrimento da igualdade e universalidade; e a ênfase em identidades particulares como afros ou lésbicas.

Não obstante, em meados da década de 70, influenciada pela tendência marxista do feminismo francês, Rubin (1975) teoriza sobre a opressão em termos de uma economia política de relações de trabalho, usando pela primeira vez o termo “gênero” em relação a condutas construídas socio-culturalmente e que enfatizam as relações de poder de um sexo sobre o outro com base nas diferenças biológicas. Tais diferenças são transpostas para a divisão sexual do trabalho, instituindo esferas femininas privadas e masculinas públicas. Para o discurso feminista anglo-americano, o termo “gênero” caracteriza um significado social, cultural e psicológico imposto pela identidade sexual biológica.

Superando o regionalismo das esferas sexistas, a crítica feminista americana, no final dos anos setenta, influenciada pelas políticas da identidade e pelo pós-estruturalismo francês, acusa as feministas da esquerda de terem uma visão que perpetua as dicotomias entre opressores e oprimidos, enfatizando a experiência comum de mulheres brancas burguesas. Sua luta contra uma lógica

hegemônica da dominação traduz-se por resgatar a outra identidade da hierarquia dicotomizada.

Conforme de Certeau (1974), os movimentos contestatórios são, em seus primeiros momentos, movimentos de negação: contradizem o instituído, o senso comum e alguns valores sócio-culturais. A negação do outro, que ele não é, permite-lhes um gesto de identificação. Há sempre um desejo de querer existir, uma vontade de autonomia, que emerge da tomada de consciência da opressão. Seu objetivo será, então, *quebrar o círculo do cultural*. Para que tal aconteça, é preciso conquistar a palavra, encontrar um lugar onde seja possível situar-se e ter a capacidade de exprimir-se, ter enfim uma representação cultural que estruture os significados e dê forma às experiências vividas.

Para além das tendências, os feminismos dos anos 60 e 70 conquistaram a palavra e desempenharam um papel fundamental, inscrevendo o feminino como uma categoria essencial para uma política de identificação cultural. O crescimento dos movimentos de liberação das mulheres na Europa e nas Américas, integrando os movimentos de reivindicação social em sua luta contínua por igualdade, cidadania e emancipação, coincidindo com a expansão da mão de obra feminina na economia pós-industrial, começou a modificar o panorama ocidental das relações sociais de gênero. Nesse sentido,

...as correntes feministas colocaram o problema do acesso das mulheres à posição de sujeito: sujeito político e sujeito crítico a um saber científico. Inscrição de um pensamento utópico que se quer sujeito político e sujeito enunciador da palavra (Machado, 1997: 102).

As modificações atingiram também as teorias críticas feministas que, a partir do começo dos anos 80, vêem a teoria do gênero desenvolver-se no campo das ciências humanas e sociais, referindo-se ao estudo das relações de gênero que

envolvem mulheres e homens⁷⁶. Opondo-se às teorias anteriores que centravam-se nas questões específicas e na experiência feminina, as pesquisas de gênero deveriam, mais que estudar mulheres, integrar o estudo das diferenças, todas elas: de gênero, de raça e de classe nas ciências sociais e, indo adiante, investigar a forma como essas diferenças são conduzidas com o intuito de manter ou transformar a ordem social.

A categoria gênero, longe de tornar-se um consenso, continuou a orientar polêmicas em ambos os lados do Atlântico. A começar pelos significantes lingüísticos - *diferenças de sexo* e *diferenças de gênero* - que não se identificam. Oriundos de perspectivas teóricas diversas, como já foi visto, aquele remete ao discurso pós-estruturalista e psicanalítico, designando a constituição das diferenças na subjetividade e identidade via aquisição da linguagem. Seus seguidores defendem que o gênero é originariamente muito mais uma construção de linguagem do que uma construção de práticas sociais ou culturais. Sua proposta passa pela subversão da ordem lingüística como forma de subverter as leis simbólicas opressivas, desconstruindo assim as diferenças sexuais.

Por outro lado, a crítica materialista de orientação marxista, que prefere falar em *diferenças de gênero*, focaliza as questões de gênero subordinadas aos processos sociais. As relações de gênero são construídas dentro de uma moldura sócio-histórica e ideológica, portanto, cultural. Para essa corrente, o gênero deve ser visto como uma questão de poder. *O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder* (Scott, 1986: 88). Na história das relações de gênero, a desigualdade, assimetria sexual e dominação masculina é encontrada em todas as sociedades conhecidas. Mais que diferença sexual, o gênero deve enfatizar a

⁷⁶ Para uma visão geral das diferentes correntes das teorias de gênero e suas pesquisas até meados dos 80, ver o interessante trabalho de J. Scott, publicado em 1986, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*.

hierarquia sexual e a representação cultural de papéis julgados socialmente adequados para as mulheres e para os homens⁷⁷.

Parte das teorias feministas inscreve-se no horizonte filosófico pós-modernista da década de 80 que, pregando a “morte” do homem, do sujeito, da história enfim, oferecia a perspectiva de visibilidade e da produção de outras experiências e de outros significados.

A década de oitenta foi também a década do pós-marxismo, um tempo em que *a solidez e a radicalidade do capitalismo ganhou ímpeto para desfazer o marxismo no ar e desta vez para o desfazer aparentemente com grande facilidade e para sempre* (Santos, 1995: 29). Nesse quadro de contestação das utopias e da necessidade de revisão da tradição marxista, as críticas mais conseqüentes vieram primeiramente das teóricas feministas que chamaram a atenção para a exploração do trabalho e da identidade feminina não só na esfera doméstica como também na pública. A primazia da estrutura econômica e dos conflitos de classe determinando os processos sociais foi contestado pelas feministas ao perceberem nesse privilégio à opressão de classe um sério engano que resultou na ocultação da opressão e da desigualdade entre os sexos.

O apelo à construção de identidades, calcada na ênfase das diferenças de gênero (inclusas todas as orientações sexuais), raça (com todas as etnias) e classe social, mobilizou o debate teórico nas ciências sociais. As minorias marginalizadas e silenciadas reclamaram e lutaram por um espaço próprio que as iluminasse. Contribuíram, igualmente, para deslocar a perspectiva teórica da análise das

⁷⁷ Para uma orientação aprofundada sobre as duas correntes, sugerimos a consulta de Elaine Showalter (org.), *Speaking of Gender*. New York & London, 1989; e Jane Flax, *Thinking Fragments: Psychoanalysis, Feminism, and Postmodernism in the Contemporary West*. Berkeley: University of California Press, 1990. Muito interessante também é o livro de Toril Moi, *Sexual/Textual Politics: Feminist Literary Theory*. London, Methuen & Co. Ltd, 1985.

diferenças tanto das questões exclusivas relacionadas às mulheres quanto da universalidade biológica anterior às representações e práticas sociais.

Nem o feminismo nem a representação do feminino são valores universais (Duby e Perrot, 1993: 15). Ser mulher no ocidente não tem o mesmo significado que o ser no oriente. Por isso a construção da identidade feminina se dá sob o signo da pluralidade: não mais a mulher, mas mulheres, diferentes na sua condição social, em suas crenças, na etnia, no seu itinerário individual, mas certamente com algumas experiências em comum. A busca da identidade e reconhecimento de si mesmo é também a consciência de nossas diferenças. É, ao mesmo tempo e contraditoriamente, uma aproximação e uma distinção dos outros.

Nesse novo contexto, a orientação materialista reconhece que não há determinação direta entre o econômico e as relações de gênero, visto que a subordinação de gênero é anterior ao capitalismo e continua com o socialismo. Articula, então, as determinações econômicas às estratégias de poder e política sexual e analisa, por exemplo, os modos como a ideologia de gênero é produzida, representada e inscrita em práticas culturais (discursivas) variadas, a saber, a literatura, os meios de comunicação de massa, a cultura popular, etc., tendo portanto uma visão mais completa do quadro social com vistas à sua compreensão e transformação.

Do mesmo modo, os enfoques feministas pós-modernos têm aceitado análises que levam em consideração a experiência e o contexto de produção, desde que essas não pretendam representá-lo literalmente via discurso; como também aceitam discutir as responsabilidades éticas e políticas em novas modalidades de ação social. Há uma certa consciência de que a dispersão pós-moderna que repudia o sujeito, a história e seus ideais de autonomia, recusando-se

a assumir responsabilidades, já que tudo é relativo, poderia minar qualquer projeto de emancipação.

Como um reflexo das contradições dos seres humanos neste final de século, as várias tendências da teoria feminista vêm praticando juntas um diálogo tensionado e constante, contribuindo todas e em todos os lugares, não somente na Europa e nos Estados Unidos onde se originaram, para avançar na construção e escritura de uma história do feminismo no século XX.

Os ecos de todos esses debates chegaram ao Brasil, sendo primeiramente discutidos no ambiente acadêmico e em grupos de pesquisa engajados nos estudos de gênero. No final dos anos 70, já em plena “década das mulheres”, as discussões animavam os grupos de mulheres que militavam na oposição e, a partir de 1978 nos partidos de oposição, dividindo as feministas (e as que não queriam ser assim chamadas) entre enfatizar a experiência feminina específica ou incluir a sua luta por emancipação em um contexto mais amplo de libertação de toda a sociedade.

Nos anos 80, os discursos de gênero penetraram com vigor no meio universitário brasileiro. Os estudos de gênero, então, identificaram e aproximaram tanto as pesquisadoras assumidamente feministas como aquelas que se designavam intelectuais⁷⁸. Grupos de estudos, enfocando o gênero, surgiram nas mais variadas áreas do conhecimento, mantendo-se ativos até os dias atuais.

⁷⁸ As contribuições de várias autoras foram preciosas naquele momento, entre outras: Rosiska D. de Oliveira, Heleieth Saffioti, Rose Marie Muraro, Marina Colasanti, Marilena Chauí, sem falar de nossas brilhantes ficcionistas: Clarice, Nélide, Lygia, Lya,...

Propondo uma reflexão crítica, que também é uma espécie de autocrítica, os estudos de gênero, nesta década, têm procurado dentro de nosso imaginário criativo específico (brasileiro), muito mais que demarcar fronteiras, ultrapassá-las.

A história das mulheres neste século prova-nos que o sujeito feminino (ou feminista) não se acomoda e pratica resistências. Nossa resistência e emancipação, entretanto, tem sido forjada em muitas lutas e em muitas práticas sociais que nos abriam novas direções e novos sentidos, constituindo-nos seres plurais.

A liberdade é a capacidade para darmos um sentido novo ao que parecia fatalidade, transformando a situação de fato numa realidade nova, criada por nossa ação. Essa força transformadora, que torna real o que se achava apenas latente como possibilidade, é o que faz surgir uma obra de arte, uma obra de pensamento, um movimento anti-racista, uma luta contra a discriminação sexual ou de classe social, uma resistência à tirania e a vitória contra ela (Chauí, 1997: 363).

Essa pluralidade faz com que assumamos várias posições sociais - filha, amiga, profissional, companheira, mãe - cuja identificação não é inscrita sem tensões. A relação entre essas posições expressa-se pela dualidade ou pluralidade inclusiva: uma mulher não é mãe **ou** filha **ou** amiga, mas é mãe **e** filha **e** amiga **e** tantas outras coisas no interior de outras configurações que também nos determinam, como a classe social ou a nacionalidade. O sujeito feminino suporta a ambivalência, já que a contradição é inerente ao ser humano, e assim tece em conjunto as dimensões sócio-culturais de sua identidade, construindo-se plural. E os discursos, cada vez mais, representam essa situação.

Os sujeitos femininos estão construindo outras (e novas) histórias, esculpidas na experiência do cotidiano que nos marca e fortifica, mesmo sendo, algumas vezes ainda, alvo de preconceitos e discriminações. Marcamos presença e nos posicionamos em todas as atividades e espaços sociais e falamos sobre isso.

Por nosso lado, defendemos a existência de uma experiência comum feminina que não tenta calar a pluralidade de diferenças, mas, pelo contrário, leva-as em conta, reunindo-as e tornando-as visíveis. É através dessa tessitura discursiva, em que se cruzam e integram a memória histórica e sua releitura dentro da experiência cotidiana, que buscamos como sujeitos históricos a construção de nossa identidade.

Em todas as sociedades, as relações de dominação têm um caráter cultural e ideológico, particularizando relações de poder assimétricas e duráveis que conduzem a desigualdades, como aquelas baseadas em divisões de classe, raça, etnia e gênero. Essas relações assimétricas estruturam instituições sociais e espaços de interação entre os indivíduos (interações discursivas, por exemplo) e, conforme Thompson (1990), são estimuladas, estabelecidas e mantidas pelas formas representativas que circulam no meio social, principalmente difundidas pelos meios de comunicação de massas, sendo a expressão do senso comum.

Todavia, o desejo de autonomia e de afirmação como sujeito e cidadão levou as mulheres à reivindicação da pluralidade cultural, negando o senso comum. Se, como afirmou Geertz (1973), a cultura nos modelou como espécie única, ela também nos estrutura como grupos de indivíduos separados. É isso precisamente o que temos em comum.

Definimos o sujeito feminino que se constrói plural, sem assujeitamentos plenos, resistindo. Reafirmamos sua identidade como um processo social de interação do indivíduo com os outros. Processo tenso de movimento em direção ao outro, que implica o reconhecimento de diferenças em relação a alguns e de particularidades comuns em relação a outros. Em sentido bakhtiniano: dialógico.

TERCEIRA PARTE - DO SENSO COMUM À RUPTURA

A linguagem não é prisão onde estamos encadeados. Sucedem que o enunciado se excede no que significa (Merleau-Ponty).

Desenvolvemos, na primeira e segunda partes desta pesquisa, um arcabouço teórico que teve a pretensão de aproximar os campos da análise de discurso francesa, da teoria da enunciação de Bakhtin e das teorias de gênero, sem contudo perder de vista suas especificidades e a coerência desse estudo com os princípios epistemológicos com os quais somos comprometidos.

Nesta parte do trabalho, estabeleceremos os procedimentos metodológicos que embasarão a análise do nosso corpus (arquivo⁷⁹ discursivo): em primeiro lugar, a montagem de um dispositivo analítico que dará conta das etapas propostas para essa análise; em seguida, algumas considerações sobre a marca lingüístico-discursiva a ser analisada, qual seja, o que propomos chamar de **operadores discursivos modais**; então, comentaremos o tipo de texto que será objeto de nossa análise, e finalmente, com base no desenvolvimento teórico e metodológico, procederemos à análise dos textos publicitários escolhidos.

⁷⁹ Conforme Pêcheux (1982), o *arquivo* deve ser entendido *no sentido amplo de “campos de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”*. (p. 57).

4 OS PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE

Objetivaremos agora a maneira como será abordado o arquivo de análise, fazendo uso de categorias deslocadas dessas teorias que sustentam o arcabouço epistemológico da pesquisa.

Nosso objeto de análise é o discurso, concebido como um objeto lingüístico-semântico, social e histórico. Por ser de natureza sócio-histórica, ele tem uma estrutura complexa e, o que é fundamental, mutável. Assim, que não se espere precisão científica dessa análise, pois a característica mais acentuada de nosso objeto de estudo é sua incompletude.

Mais especificamente, analisaremos o que temos chamado de **discurso de gênero**, marcado culturalmente em todas as sociedades, que constrói a representação das diferenças sociais de forma hierárquica entre os sexos⁸⁰ com base nas diferenças biológicas.

Do discurso, recortaremos as seqüências discursivas ou enunciados, nossa unidade de análise, ou, com Bakhtin (1929), *a unidade efetiva da interação verbal*. Os enunciados são elementos heterogêneos que identificam as posições subjetivas de quem os produz. Somente a partir desse conjunto de situações, que envolvem os enunciados e o discurso como um *continuum* sócio-histórico, abordaremos os operadores discursivos modais.

Nossa marca lingüístico-analítica será então os operadores modais, ou modalizadores, que não serão analisados separadamente dos enunciados dos quais fazem parte. Nosso intuito é realizar uma análise integradora, composta por

⁸⁰ E também entre as classes, as etnias, as opções sexuais, etc.

dois níveis - lingüístico e semântico -, de onde serão destacados os elementos intradiscursivos e interdiscursivos.

O arquivo discursivo de textos estará constituído de peças publicitárias que têm como enfoque temático as mulheres, ou seja, a representação do sujeito feminino na mídia publicitária impressa.

4.1 A construção de um dispositivo de análise

A fim de efetivar a análise das seqüências discursivas, operaremos em dois níveis que remeterão, primeiramente, a uma descrição lingüística dos elementos formais para a seguir procedermos a uma interpretação semântica que, integrada à análise lingüística, visará a atingir o interdiscurso e o pré-construído.

Os elementos sintáticos ou lexicais, que são a base da análise - no caso desta pesquisa, os operadores discursivos modais -, ocorrem dentro de uma linearidade contínua, enquanto os efeitos de sentido, por estarem vinculados à memória histórica do dizer, refletem um movimento de descontinuidade. Como os dois níveis não são estanques, o descontínuo constitui o contínuo, pois o elo que une o sentido à seqüência linear não é transparente nem literal, pelo contrário, é opaco. Conforme Pêcheux (1983c), fornece *pontos de deriva* possíveis.

No âmbito do interdiscurso, articularemos a *memória discursiva do dizer* (pré-construído) da AD à *memória histórico-social* bakhtiniana, pois, de natureza polifônica e coletiva, essa memória desempenha um papel fundamental na construção da identidade subjetiva, já que buscar uma identidade é procurar elos com a história. Nesse sentido, a alteridade constitui o discurso, uma vez que esse se constrói em sua relação dialógica ativa com outros discursos. Chegaremos então à coincidência

de sentidos sempre-já-repetidos que referendam o senso comum ou à ruptura que, deslizando sobre o mesmo, rompe-o, instaurando um acontecimento discursivo.

Trabalhando um nível de descrição da horizontalidade lingüística via intradiscorso em conjunto com um nível de interpretação semântica dos processos discursivos via interdiscorso, tentaremos um exercício de análise que propõe uma forma alternativa de leitura, ou o que Orlandi (1996) denominou *novas práticas de leitura, gestos*⁸¹ que cruzem o que é dito no momento com a memória histórico-discursiva do já-dito em outros momentos e lugares, a fim de *entender a presença de não-ditos no interior do que é dito*. Não ditos que permanecem significando e que, pelo jogo discursivo, podem vir à tona e provocar um acontecimento semântico.

Orlandi (1987) propôs a configuração de um duplo processo de produção de sentidos, a saber: o *processo parafrástico*, em que há o retorno do mesmo sentido sob formas diversas, e o *processo polissêmico*, pelo qual outros sentidos são estabelecidos. Originado do funcionamento horizontal da seqüência lingüística, o eixo vertical dos sentidos poderá tanto evidenciar a coincidência com sentidos sedimentados, quanto configurar um deslizamento para novos sentidos.

Igualmente no nível da interpretação dos efeitos semânticos, terão lugar as representações características de gênero, aquelas ligadas a símbolos culturalmente, e portanto ideologicamente, mitificadores que evocam significados contraditórios em relação às mulheres. Scott (1986) exemplifica: as mulheres

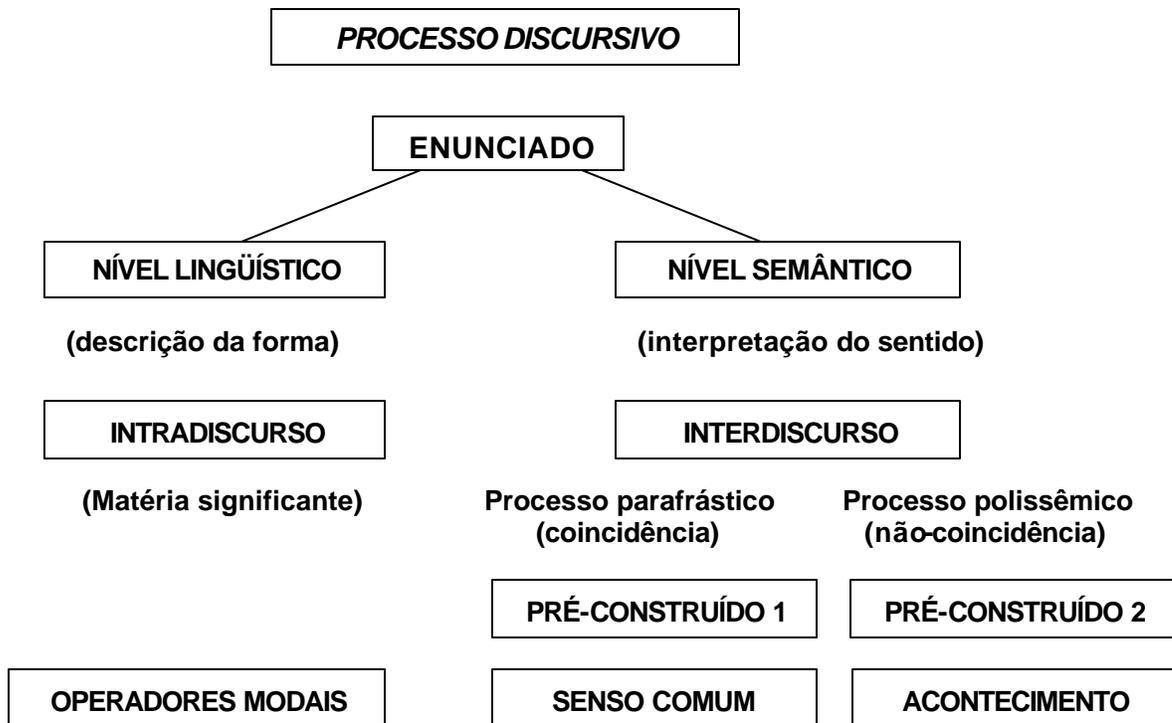
⁸¹ Conforme explicado anteriormente, **gesto** foi conceituado por Pêcheux (1969) como um ato no nível simbólico.

devem se identificar ou com Eva ou com Maria! Tais representações são classificadas normativamente na tentativa de cristalizar os significados, limitando-os e impondo um sentido literal ao que se refere ao feminino e outro (o oposto) ao que se refere ao masculino, como se esses sentidos fossem produto de um consenso social.

Como o sujeito feminino é múltiplo, inscreve-se em diferentes posições nas quais o seu deslocamento provocará a instauração de sentidos novos - acontecimentos discursivos - ou não. É exatamente o fato de termos a possibilidade de criar um acontecimento discursivo, transformando sentidos, que revela a não sujeição, a resistência do sujeito feminino, ou só reproduziríamos o previsível.

Convém não esquecer a importância de dois fatores, quais sejam: em primeiro lugar, tanto o intradiscurso quanto o interdiscurso fazem parte de uma cena discursiva sócio-histórico-cultural que deverá ser levada em conta para a análise. O segundo fator diz respeito à própria contradição que faz com que o mesmo constitua o outro, permitindo à seqüência intradiscursiva o rompimento linear e a abertura ao diferente. O que é palpável para nós, ao que temos acesso, a materialidade concreta do dizer, é o intradiscurso que nos remete a um sentido opaco, fornecendo-nos *pontos de deriva* possíveis. Sobre esses pontos, deslizará a interpretação do analista (leitor). A interpretação desliza sobre a descrição. Poderá não haver nenhum deslocamento ou poderá, como tão bem frisou Merleau-Ponty (1960), haver o deslize de um sentido sobre outro, uma aproximação inicial para então *afastar-se irremediavelmente, não coincidência*.

Para uma melhor visualização do dispositivo de análise, esquematizamos a figura seguinte:



No nível do intradiscursos, os operadores discursivos modais marcam a presença material da subjetividade no discurso. A interpretação semântica dessas marcas, ao nível do interdiscursos, evidenciará um pré-construído identificado ao senso comum, ou um pré-construído que, deslizando sobre o sentido sedimentado, o rompe dando lugar ao acontecimento discursivo.

É de fundamental importância salientar que a separação em níveis é de ordem metodológica. O processo discursivo não acontece em níveis estanques.

Por meio desse aparato, analisaremos o funcionamento e os efeitos que as marcas lingüístico-enunciativas, sintáticas e lexicais, operam no *fio* da seqüência discursiva, demonstrando que se atravessam ali discursos produzidos em outros lugares e em outros momentos. Tais segmentos não podem ser descritos e interpretados sem que se leve em conta o registro do sujeito, já que são *pontos de*

expressão da subjetividade, atestando a presença do *homem na língua* (Benveniste, 1974). Um sujeito que, por meio de movimentos críticos de resistência e subversão, tem a chance de intervir para transformar.

4.2 Uma concepção discursiva para os modalizadores

Tomando como referência a proposta de uma análise de discurso que contemple a interpretação semântica dos enunciados, propomos uma análise que, diferente das visões tradicionais, aborde os elementos lingüísticos portadores do que se convencionou chamar modalização ou modalidade, como marcas discursivas de subjetividade. São marcas lexicais ou sintáticas, tradicionalmente denominadas pela gramática de verbo, advérbio, conjunção, adjetivo, etc. A essas marcas lingüísticas predominantemente expressivas e explícitas (sem serem transparentes), geralmente denominadas *modalizadores* ou *índices de modalidade*⁸², ou ainda *operadores modais*⁸³, sugerimos dar o nome de ***operadores discursivos modais***.

As modalidades têm sido consideradas por vários estudiosos da Lingüística⁸⁴ como uma das questões mais discutíveis e delicadas da reflexão sobre a linguagem, uma vez que escapam constantemente de toda classificação muito restritiva. Tal constatação deve-se, provavelmente, ao fato de, tendo sido elas originalmente tributárias das formas verbais, representarem por meio de seu uso a *nossa atitude psíquica em face do fato que exprimimos* (Câmara Jr., 1977: 169) ou *exprimir a reação do sujeito pensante* (Bally, apud Câmara Jr., ibid.),

⁸² Conferir I. Koch, 1992.

⁸³ Conferir H. Parret, 1976.

⁸⁴ Vide Parret 1976 e 1988, Kerbrat-Orecchioni 1980, Cervoni, 1989, entre outros.

concepção de caráter demasiadamente ligado à subjetividade do falante, por isso de difícil aceitação para os parâmetros de logicidade da Lingüística tradicional.

A tradição gramatical concebe as modalidades, associadas às categorias verbais, enquanto *expressão da atitude do locutor, quer em relação ao conteúdo proposicional ou valor de verdade do seu enunciado, quer em relação ao alocutário a quem o enunciado se destina* (Mira Mateus et. al., 1987: 102).

A conceituação da modalização nas teorias tradicionais, fundamentadas na lógica aristotélica, estabelece o valor de verdade dos conteúdos proposicionais com base nos conceitos de *necessário, possível*, e suas negações. A partir do que é dito, incide uma modalidade que expressa o grau de conhecimento do falante a respeito do conteúdo da proposição.

À dicotomia clássica forma-conteúdo, os estudos da semântica e da enunciação, atribuindo ao locutor um ponto de vista em relação à sua formulação, preferiram a retomada da terminologia *dictum e modus*⁸⁵.

Também as teorias pragmáticas, dentro da tradição lógico-analítica, têm analisado com insistência a relação entre os enunciados performativos e as modalidades, inseridos no contexto comunicativo. A modalidade incide sobre o ato ilocutório: ao produzir um enunciado, o locutor revela através do ilocucionário sua atitude e intenção frente a ele⁸⁶.

Parret (1976), guardando sua posição pragmática, propõe, para cada uma dessas abordagens citadas, um tipo de modalidade. Assim, para teorias gramaticais clássicas as *modalidades lexicalizadas*; para as da lógica aristotélica, ancoradas no “quadrado lógico” medieval, *modalidades proposicionais*; e *modalidades*

⁸⁵ Remetemos a Bally, C. (1932) *Linguistique générale et linguistique française*. 4. ed. Bern: Ed. Francke, 1965 e a Ducrot e Todorov, *Dicionário das ciências da linguagem*, 1972.

⁸⁶ Além dos clássicos, Austin (1962) e Searle (1969), sugerimos Parret, 1976 e 1978.

ilocucionárias para as abordagens performativas. O autor fala ainda nas *modalidades axiológicas*, capazes de uma expansão sem limites, englobando esferas mais amplas, como as culturais, e que orientam para uma visão semiótica das modalidades⁸⁷.

Parret (ibid.) defende uma *pragmática lingüística* das modalidades que estude os fragmentos lingüísticos ligados a seu contexto enunciativo, constituído da produção intencional do enunciado, de sua recepção e reconhecimento pelo alocutário e da situação espaço-temporal desse processo pragmático, porém não tão ampla quanto a defendida pela abordagem semiótica. Não obstante a crítica às teorias tradicionais, ele reconhece a validade de algumas de suas formulações, mantendo-as em sua proposta. Sua análise, da mesma forma, não foge da estrutura lógica tradicional. Além das categorias verbais e advérbios, ele incorpora ao seu modelo o que chama de *quantificadores modais* (todos, alguns, uns, nada, pelo menos, etc.).

Mais recentemente, as abordagens enunciativas têm considerado “modalizadores” aqueles elementos lingüísticos ligados ao momento da produção dos enunciados e que indicam o engajamento e os sentimentos do sujeito quanto ao seu discurso (Koch, 1987 e 1992). Todorov (1972) conceitua esses termos, que expressam avaliações ou emoções do sujeito da enunciação, como *talvez*, *certamente*, *sem dúvida*, de *modalizantes*. Por sua vez, Charaudeau (1992) contempla, em seu estudo sobre a modalização e as modalidades enunciativas, os múltiplos meios formais pelos quais a enunciação manifesta-se através da língua: categorias pronominais, demonstrativas, qualificativas, verbais, adverbiais, etc.

*A Modalização constitui somente uma parte do fenômeno da Enunciação, mas aí é o pivô na medida que é ela que permite explicitar as **posições do sujeito falante** em relação ao seu*

⁸⁷ Conferir Greimas (1976) em *Langages*, 43.

interlocutor (...), a si mesmo (...) e *ao seu propósito* (Charaudeau, 1992: 572).

Observando as marcas lingüísticas, que se apresentam polissêmicas conforme o contexto em que se encontram, bem como alguns enunciados sem modalizadores lingüísticos, mas com uma forte modalização enunciativa, devido a gestos, entonação expressiva, etc., o autor admite que, mais que uma categoria formal, a modalização deve ser considerada uma categoria conceitual. Afasta-se, dessa maneira, das visões que pregam a formalização modal.

Apesar de realizar uma exaustiva classificação da modalização enunciativa, configurando cada uma de suas modalidades (em torno de vinte), seus exemplos recaem quase sempre sobre as categorias verbais.

Distantes tanto das teorias lógicas, que analisam as modalidades como operações precisas de cálculo, quanto das teorias pragmáticas, que as vêem como parte da atividade ilocucionária, limitando-as a poucas categorias gramaticais, pretendemos enfatizar o aspecto discursivo e polissêmico que os elementos lingüístico-modalizadores provocam. Não deixaremos, entretanto, de admitir o postulado de que o núcleo de toda interpretação das modalidades é a semântica (Parret, 1976). Guardaremos da conceituação tradicional o princípio de que tais elementos exprimem a atitude do sujeito em relação ao que enuncia. Mais próximas das abordagens enunciativas, consideraremos os modalizadores índices de subjetividade, fruto de uma escolha - consciente ou não -, que relacionam o sujeito com o seu enunciado e com seus interlocutores em um contexto histórico preciso.

Seguindo a conceituação de Parret (1988), diremos que tais operadores discursivos, estabelecendo relações entre o sujeito produtor de enunciados e os próprios enunciados, operam, primeiramente, uma modificação em sua estrutura e, então, em seu conteúdo semântico, além de comprometerem o sujeito, indicando

suas posições subjetivas. Os operadores discursivos provocam uma transformação no discurso, já que sem eles esse significaria diferente.

Como princípio geral, aceitamos que o recurso aos modalizadores seja utilizado pelo sujeito, a fim de marcar sua relação com o discurso, determinando não só o seu comprometimento com o dito, mas também a sua relação com os seus interlocutores. Aceitamos também, com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1983), que os modalizadores fazem parte das *categorias de sentido* e que nem sempre correspondem às categorias gramaticais.

Segundo Cervoni (1989), qualquer expressão ou termo que apresente um teor avaliativo em relação a normas ou critérios sociais, éticos ou estéticos poderá *reivindicar* o caráter de modalizador e ser integrado à categoria das modalidades⁸⁸. Seriam incluídos nessa categoria: advérbios, verbos, adjetivos, substantivos, etc. Koch (1987) acrescenta a essa lista os operadores argumentativos⁸⁹ (ou discursivos), o que para o nosso propósito é muito útil, pois estende a classificação aos conetivos. Assim sendo, apesar da variedade, optamos por trabalhar com os chamados operadores argumentativos e com os advérbios.

A abordagem discursiva que propomos para esses portadores modais é uma tentativa de análise, limitada pelo enfoque metodológico e pelas teorias de discurso que a sustentam. Tal abordagem acredita que o ambiente discursivo molda as configurações lingüísticas, atribuindo-lhes sentidos variados, expressão do lugar ocupado pelo sujeito enunciador.

A contribuição de Kerbrat-Orecchioni (1980), estudando os índices que assinalam a subjetividade na linguagem de uma perspectiva enunciativa, é relevante

⁸⁸ Cervoni (1989) propõe a partir daí o conceito de *modalidades avaliadoras*, baseado em Parret (1976) que fala de *modalidade axiológica*.

⁸⁹ Serão empregados conforme aceção de O. Ducrot (1989), isto é, de elementos relacionados internamente nos enunciados que determinam o valor ou a força argumentativa desses enunciados.

para a presente pesquisa, pois a autora sustenta e exemplifica como a objetividade discursiva não passa de um mito. Todos os enunciados são, de uma maneira ou de outra, marcados subjetivamente. Segundo ela, a presença dessas marcas subjetivas que podem ser, *afetivas, interpretativas, modalizadoras e axiológicas*, atestam a inscrição do sujeito no enunciado.

As expressões afetivas indicam a implicação emocional do locutor com o conteúdo de seu enunciado, favorecendo a adesão do interlocutor a uma interpretação comum. Já as interpretativas denominam, classificam e selecionam propriedades, enfatizando algumas em detrimento de outras e demonstrando a parcialidade de tal operação. A *subjetividade axiológica* é identificada pelo valor de um termo. Está relacionada com a orientação ideológica do sujeito enunciador, enquanto a *modalizadora* demonstra o grau de adesão do emissor ao que ele enuncia.

Em nosso entendimento, qualquer termo condizente com a classificação de Orecchioni tem um caráter avaliativo que caracteriza o grau de adesão do sujeito ao enunciado, podendo portanto ser incluído na categoria dos operadores discursivos modais. Ela ainda alerta que qualquer tipo de categorização rígida para os modalizadores é frágil, pois eles são polissêmicos, dependendo do enunciador, do contexto discursivo e da situação sócio-histórica em que foram produzidos os enunciados em que estão empregados.

Neste trabalho, os operadores modais serão analisados, tendo em vista a integração dos elementos teóricos constitutivos das teorias focalizadas: análise de discurso, teoria enunciativa de Bakhtin e teorias de gênero. Eles serão focalizados como parte da estrutura enunciativa que compõem, jamais isoladamente, por serem elementos primordiais na constituição dos sentidos dos enunciados.

Tentando manter a coerência teórica estruturada durante o estudo dos temas apresentados nos capítulos anteriores, gostaríamos de objetivar uma análise discursiva que, rompendo com a exclusividade formal, integre os operadores modais a uma teoria semântica dialógica, privilegiando as relações sociais e interativas dos sujeitos em seu contexto cultural.

4.3 O discurso publicitário como objeto da análise

A experiência cultural das sociedades em nossa época é cada vez mais moldada e “globalizada” pela transmissão e difusão das formas significativas (visuais e discursivas) via meios de comunicação de massa⁹⁰, cuja principal característica é a ruptura da interação vis-a-vis entre o produtor e o receptor dessas formas.

Por sua organização social e coletiva, outra característica é a tentativa de adaptarem-se às demandas dos destinatários, procurando, em geral, satisfazer a maioria das pessoas. No entanto, como as exigências diferem em razão de sexo, faixa etária, poder aquisitivo, nível de escolaridade, etc., cria-se um paradoxo: em vez de reduzirem as divergências, os meios de comunicação de massa cultivam as diferenças. Assim, temos jornais e revistas para os mais diversos públicos e especializações, estações de rádio populares e eruditas, etc. Todos eles veiculam tanto idéias já consagradas tradicionalmente, quanto outras que se pretendam incutir.

Ao abordar a questão da transmissão cultural pelos meios de comunicação de massa, implicando a circulação em larga escala e pública das formas significativas, Thompon (1990) retoma a distinção público-privado, tratando-a sob

dois enfoques, a saber: o *domínio público* ao qual pertencem organizações econômicas e previdenciárias, bem como de serviços públicos estatais; e o *domínio privado*, a que pertencem as organizações privadas com fins lucrativos que operam no mercado econômico e do qual também fazem parte o conjunto de relações pessoais e familiares. O segundo enfoque atribui à palavra *público* o sentido de aberto ou acessível a todos, enquanto *privado* significa o que não deve ser exposto, por ser particular.

Discutindo a história da vida privada, Duby (1985) esclarece que o público, desde sempre, foi aberto à comunidade e submetido à autoridade politicamente constituída. Seria um todo, do qual uma área particular, delimitada e íntima era denominada “privada”: um lugar doméstico, familiar e de recolhimento que não deveria ser exposto. Esse segundo sentido integra a dicotomia publicidade-privacidade. Em tese, a vida dos seres humanos no domínio público deveria ser visível, enquanto sua vida privada pertence-lhe exclusivamente, sendo restrita a poucas pessoas.

Como a norma lingüística que padronizou o uso do masculino como categoria genérica, a cultura fundamentou o público como instância histórica e universal - lugar natural de homens; e o privado, como instância particular, o lugar natural da realização feminina. E foi essa separação e oposição, sistematizada ainda no século XIX, entre uma cultura geral e o que seria uma cultura feminina, que deu origem à teoria social das duas esferas - pública e privada. A cultura ocidental inscreveu e deu voz à experiência masculina, pois universal e pública, enquanto a experiência feminina foi “guardada”, “protegida”, silenciada entre quatro paredes.

A partir da delimitação entre esses dois espaços, o público e o privado, as diferenças biológicas foram tomadas para explicar e manter desigualdades sociais

⁹⁰ Eco (1968) enumera-os: a imprensa, o rádio, a televisão, o cinema, as revistas ilustradas, as estórias

e profissionais. Coutinho (1994) assinala que o espaço privado tornou-se o lugar onde, através do casamento e da família, foram criadas as condições para *as formas desiguais de apropriação do capital cultural, de acesso aos meios de qualificação profissional e aos centros de poder e controle social* (Coutinho, 1994: 43).

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, tornaram-se absolutamente frágeis os limites que separavam o público do privado. A publicidade de acontecimentos e indivíduos deixou de estar relacionada com espaços definidos, como também dispensou as pessoas de compartilharem um local comum, visto que a transmissão pode se dar em tempos e espaços diferentes. Assiste-se hoje a uma nova tendência de politização e visibilidade do privado, com a estruturação de novas relações familiares, como também assiste-se à privatização do público.

Na verdade, é na articulação entre essas duas categorias que se pode notar a dimensão das mudanças: a presença feminina cada vez maior, a partir de meados do século, no mercado de trabalho e cultural, impulsionou modificações nas atividades domésticas, levando também à evolução do direito privado com a atribuição de novos papéis sociais a ambos os sexos.

Fenômeno deste século, a massificação da cultura, juntamente com o desenvolvimento do consumo, redefiniu a fronteira do público e do privado. É necessário frisar, todavia, que o imaginário social acompanha lentamente a evolução tecnológica e uma mudança nos costumes fortemente arraigados não acontece de um dia para o outro e tampouco sem lutas.

Resultado de contradições e ambivalências, a figura feminina é produzida na cultura de massas contemporânea como sujeito, no sentido de agente de práticas sociais, tanto quanto como objeto. O reflexo dessa ambivalência entre o moderno e o tradicional faz com que repercutam no meio social os estímulos a sugestões

político-emancipacionistas, mas também os estereótipos ligados às visões mais tradicionais. Os novos modelos femininos, conforme Passerini (1991), divulgados principalmente por novas formas de publicidade - revistas destinadas especificamente às mulheres e pelo cinema, em um primeiro momento, e em seguida pela televisão -, induziram à implementação de processos de consumo que incluem a nova dona-de-casa e a mulher emancipada como sujeito potencial de consumo. Dessa maneira, foram introduzidos novos hábitos e deveres para as mulheres, a maioria deles vinculada à dona-de-casa tradicional, incluindo o cuidado com a pele, a higiene corporal, maquiagem, enfim, uma padronização da cultura da beleza que teve contudo o mérito de produzir uma nova imagem da dona-de-casa comum.

A cultura de massas influenciou decisivamente nas transformações ocorridas, quer como *lugar de afirmação dos valores definidos como puramente femininos, quanto como amplificador de imagens de mulheres sedutoras* (Passerini, 1991: 382). Principalmente o cinema, onde as personagens dos filmes conseguiam apresentar imagens tradicionalmente irreconciliáveis, contribuiu em definitivo para a reflexão sobre o destino das mulheres.

O maior problema da reprodução massiva desses papéis fixos e mitificados foi que a “mulher liberada”, naquele momento, tornou-se um símbolo de erotismo, identificado à própria sexualidade, limitando o espaço da emancipação. Beauvoir (1949) já chamara a atenção para os mitos em relação à mulher, que têm definido sua condição no decorrer dos tempos: a mulher mediadora, rainha do lar, a mãe; e a “outra”, a mulher dissimulada, fatal, a *vamp* ou a prostituta. Nos últimos anos, a publicidade vem reforçando os últimos, através do discurso da modernização e da sexualização do corpo feminino, difundindo a imagem da mulher como mero objeto de prazer.

Conforme Foucault (1976), as *tecnologias do poder* determinam a conduta dos indivíduos, assujeitando-os e submetendo-os a diferentes relações de dominação. Ele exemplifica com a sexualidade, que não é natural, mas culturalmente produzida por técnicas disciplinares, discursos e práticas heterogêneas de vigilância que se instauram em toda a sociedade, em instituições como a família, a escola, os hospitais e que reprimem as pessoas, atingindo-as em seus corpos e em sua vida cotidiana. A disciplina produz corpos dóceis e relações de sujeição.

Na esteira da teoria foucaultiana, porém já ultrapassando-a⁹¹, Lauretis (1987) propõe ver o gênero como um processo e um produto de diferentes tecnologias sociais, como os meios de comunicação impressos e visuais e de *discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana* (p. 208). Vendo o gênero como uma representação e identificação da relação de pertença dos indivíduos a um grupo social, ela afirma que a construção do gênero através de suas representações por essas tecnologias é tão forte hoje quanto o foi em outros momentos, tendo o poder de controlar o campo do significado social.

Contudo, como o imaginário acompanha a experiência vivida, as mulheres aprenderam a criticar a simbologia tradicional, que lhes era atribuída, conferindo-lhe novos sentidos. E, se tanto a imagem quanto a linguagem produzem

⁹¹ Lauretis vai além da teoria de Foucault, uma vez que esse não levou em consideração os conflitos e as diferenças entre os sexos nos discursos e práticas sociais sobre a sexualidade.

significados que estruturam as nossas identidades, foi cultivando novas atitudes com o seu próprio corpo e com o mundo exterior, assim como ocupando novos espaços e posições sociais, que as mulheres construíram novas imagens de si, começando a transformar o imaginário tradicional.

Com apoio em Eco (1968), diremos então que as técnicas publicitárias, adaptando-se a todos os perfis, utilizam com maestria tanto a sustentação quanto a subversão a um sistema de expectativas previsíveis.

Creemos que o objetivo de um anúncio publicitário, ao chamar a atenção de quem o vê e lê para um produto, é o apelo emotivo ao destinatário, visando ao consumo da mercadoria que expõe. Segundo Aurélio B. de Holanda (1975), o termo publicidade conceitua o *ato de exercer uma ação psicológica sobre o público com fins comerciais ou políticos* (p. 1165). Sucede o mesmo com o termo propaganda. Neste trabalho, os dois termos serão empregados como sinônimos.

Na opinião de Charaudeau (1983), a publicidade é um tipo de gênero discursivo que evidencia uma prática sócio-econômica de *trocas de bens de produção*. De um lado, encontra-se o fabricante do produto (e a agência publicitária) que vai explorar as capacidades de venda desse produto de uma forma “honesta”, visando ao “bem-estar” do destinatário; de outro estão os consumidores, compradores potenciais da mercadoria e, ao mesmo tempo, leitores que interpretarão o texto publicitário. Haveria, então, uma dupla apreciação: primeiro do objeto cultural representativo - texto - e após, do produto a consumir. O produto em si é um mero *auxiliar*, se a propaganda lograr êxito, *para a conquista* de algo muito maior, que pode ser a “felicidade perene”, tornado imprescindível para os consumidores.

Como objeto simbólico de representação, a comunicação publicitária segue as tendências sociais mais relevantes do momento que, segundo o autor, seriam: a

tendência de preservar o que já é bem conhecido, por *força da tradição*, levando os consumidores a uma atitude de desconfiança perante uma proposta inovadora; e, em oposição, uma tendência à renovação, por *força da expansão*, que sugere aos consumidores a mudança e a aquisição de novos produtos revolucionários. *Essas duas forças, (...) que regem os movimentos sociais, incitarão o publicitário a conceber um discurso polêmico de persuasão e/ou de sedução que constitui o fundamento do gênero publicitário* (Charaudeau, 1983:120). Tal discurso, utilizando-se de estratégias adequadas, tentará convencer (*fazer-creer*) os sujeitos que o interpretam a adquirirem (*dever-fazer*) o produto oferecido.

É esse projeto discursivo de persuasão e convencimento que inclui o discurso publicitário no que Adam (1987), baseado em Werlich, denominou *tipo argumentativo*, uma vez que, centrado no julgamento e tomada de posição, procura levar o destinatário a uma conclusão precisa.

As estratégias criativas apresentadas na comunicação publicitária no que concerne à linguagem, em geral, realizam um trabalho metalingüístico, subvertendo o sistema normativo, ao mesmo tempo que proporcionam um movimento de sentidos. O jogo com a materialidade sintática e lexical é semelhante ao que se faz com as situações vividas no cotidiano das pessoas as quais as propagandas tentam atrair. Os recursos lingüísticos e semânticos, rompendo com o comum, fazem a diferença, tanto quanto aquele produto anunciado pode fazer na vida dos indivíduos que o adquirirem.

Movimentos contraditórios que não se excluem, as estratégias publicitárias garantem, no que concerne à imagem feminina, as tendências arraigadas à tradição patriarcal bem como as tendências emancipacionistas, fazendo aflorar uma tensão contraditória que possibilita a multiplicidade de sentidos. O século XX foi sem dúvida o século da imagem. Durante muito tempo, ele refletiu o sexismo social,

atribuindo representações específicas ao feminino como mero complemento do homem e da família. Contudo, este mesmo século é aquele em que um número cada vez maior de mulheres *tomam a palavra e o controle das suas identidades visuais; sublinhando o desafio político da representação, elas tentam quebrar os estereótipos e propõem múltiplas vias de realização pessoal* (Thébaud, 1991: 11).

5 O DISCURSO DE GÊNERO NA PUBLICIDADE

A análise só revela no objeto o que nele já está (Merleau-Ponty).

Nossa primeira intenção foi trabalhar somente com textos publicitários veiculados em jornais, por serem de mais fácil acesso e atingirem maior número de pessoas. Porém, como a AD nos ensinou, um arquivo é composto de todos os tipos de documentos⁹² do período que se pretende analisar. Como nosso propósito era interpretar a representação discursiva da imagem feminina na instância publicitária impressa, consideramos a importância de apresentar também alguns exemplos de revistas de ampla circulação. Julgamos essas duas fontes de abrangência suficiente para a nossa proposta.

O espaço de análise será a mídia impressa, e nela o espaço publicitário. O âmbito jornalístico é um lugar institucional que se diz e quer “neutro”. Em nossa opinião, não existem espaços sociais neutros, o sujeito se manifesta até por uma vírgula.

Não podemos esquecer que o funcionamento de um texto publicitário leva em conta dois registros, a saber, o registro visual e o verbal. Os dois registros são utilizados nas mais variadas formas, podendo coincidir entre eles ou não, o que faz parte da estratégia publicitária do anunciante.

Por mais interessante que seja uma análise da relação entre ambos os registros, não há espaço para ela neste contexto, que ficará restrito à análise

⁹² O *documento* é todo e qualquer material escrito que possa ser usado como fonte natural de informação sobre o comportamento humano. (Lüdke e André, 1986).

lingüística e semântica dos elementos verbais, excetuando-se os casos específicos, quando se tornar impossível deixar de mencionar a relação.

Também não serão analisados todos os enunciados que compõem os textos de propaganda selecionados, mas somente aqueles onde são empregados operadores discursivos modais, salvo quando for indispensável para a compreensão dos efeitos semânticos.

Nosso objeto material e palpável de análise de traços escritos dos enunciados realizados será, portanto, o **texto**. Como enfatiza Orlandi,

Feita a análise, não é sobre o texto que falará o analista, mas sobre o discurso. Uma vez atingido o processo discursivo que é o que faz o texto significar, o texto ou os textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles - e outros que nem mesmo conhecemos - são parte (Orlandi, 1996: 60).

Somente então falaremos em **discurso**, o objeto teórico da análise. Precisando as definições, diremos que o *discurso* é o objeto teórico desta pesquisa e o *texto* é o objeto empírico. Quanto ao *anúncio*, ele é a composição publicitária global que inclui tanto a imagem visual quanto o texto verbal.

Com base em Thompson (1990), três aspectos devem ser considerados para uma análise das formas representativas nos meios de comunicação: o primeiro diz respeito às circunstâncias sócio-históricas específicas, e datadas temporalmente, em que se situam os processos de produção e transmissão das formas discursivas e visuais; o segundo relaciona-se com a construção do discurso, ou seja, os processos de estruturação e articulação interna dos elementos discursivos; e o terceiro aspecto tem a ver com os efeitos da recepção no interlocutor ou como acontece o processo de compreensão e interpretação das formas discursivas, integradas ao conjunto de uma propaganda, por exemplo, e sua

conseqüente assimilação ao cotidiano. Nesse ponto, devemos lembrar que o processo de construção do sentido jamais é realizado sem tensão.

Bakhtin (1979) falava em compreensão responsiva ativa, como vimos acima, e de Certeau (1980) refere-se à resistência do sujeito por meio de uma politização das práticas cotidianas, tornando o processo de interpretação ativo e potencialmente crítico.

A organização de nosso dispositivo de análise contempla esses três aspectos. Mesmo dando maior ênfase à estruturação discursiva, nossa análise integra os outros dois aspectos, por considerá-los partes essenciais que a completam.

A preocupação que guiará nossa análise será a de mostrar como a estrutura significante e os sentidos circulam no meio social, cruzando-se com relações de poder - como as de gênero - e como são veiculados pelas instituições da mídia.

Foram selecionados para a análise 10 textos de anúncios publicitários de jornais locais e de revistas de circulação nacional. O maior número é de propagandas veiculadas na mídia jornalística, por considerarmos que, além de veículo formador de opinião, ela abrange um público maior, sem qualquer tipo de discriminação. Do número total de anúncios, sete (7) foram veiculados tendo como referência específica o Dia Internacional da Mulher - 8 de março - ou o Dia das Mães.

Os anúncios publicitários têm em comum o discurso de gênero, construção cultural que, para o caso específico desta pesquisa, define as relações sociais entre os sexos e suas respectivas representações. Eles foram feitos para mulheres ou por mulheres ou sobre mulheres e são os seguintes:

- **Texto 1:** propaganda de uma loja de eletrodomésticos. *Jornal Zero Hora*, março de 1995.
- **Texto 2:** propaganda de uma marca de móveis para cozinha. *Jornal Zero Hora*, maio de 1998.
- **Texto 3:** propaganda de um sistema de saúde, publicada nos *jornais Correio do Povo e Zero Hora* em março de 1995.
- **Texto 4:** propaganda de um produto de limpeza. *Jornal Correio do Povo*, março de 1995.
- **Texto 5:** propaganda de uma loja de presentes. *Jornal Zero Hora*, maio de 1997.
- **Texto 6:** propaganda de uma loja de roupas para jovens, veiculada nos jornais *Correio do Povo e Zero Hora* em maio de 1997.
- **Texto 7:** exercício de propaganda de uma agência publicitária. *Revista Marie Claire*, abril de 1998.
- **Texto 8:** propaganda de uma marca de toalhas de banho. *Revista Marie Claire*, julho de 1998.
- **Texto 9:** propaganda de uma concessionária de carros, publicada nos jornais *Correio do Povo e Zero Hora* em março de 1995.
- **Texto 10:** propaganda de um perfume feminino. *Revista Cláudia*, maio de 1998.

Passemos de imediato às análises, esclarecendo que os textos dos anúncios publicitários encontram-se em anexo no final da tese.

5.1 Nada de novo no “front”

5.1.1 Texto 1

Tratando-se de uma propaganda do Dia Internacional da Mulher, data instituída mundialmente para prestar uma homenagem às 129 trabalhadoras de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque que, reivindicando redução na jornada de trabalho, foram trancadas e incendiadas dentro da fábrica por um patrão autoritário e ensandecido; e que, a partir de então, simboliza as conquistas forjadas no cotidiano pelas mulheres, o mínimo que se poderia esperar é que algo desse significado de luta estivesse vinculado ao texto. Vejamos, entretanto, o que ocorre em nosso texto.

O anúncio de uma cadeia de lojas de eletrodomésticos, como o próprio texto escrito diz, é dirigido ao público feminino, a fim de prestar-lhe homenagem na data dedicada às mulheres.

O enunciado principal, ocupando quase todo o texto, e que indica o *fito* do intradiscorso,

(1) **ESTE ANÚNCIO É DEDICADO ÀS MARIAS,
BEATRIZES, FÁTIMAS, (...) LETÍCIAS, SOLANGES E
TODAS QUE NASCERAM COM A DELICADEZA À
FLOR DA PELE.**

salienta símbolos e atributos femininos convencionais, como a flor e a delicadeza, aproximados por suas representações tanto no nível visual (a foto de um botão de rosa) quanto no lingüístico (a expressão “à flor da pele”), comprovando a eficiência da agência ao lidar com o elemento visual associado aos recursos lingüísticos. Tais recursos sugerem a comparação: mulher - flor - delicadeza, que só não é explicitada sintaticamente, mantendo-se porém implícita.

O sujeito desse enunciado, ao empregar o operador discursivo modal *todas*, reforça o estereótipo comum, marcando a sua posição de convivência, uma vez que esse elemento quantificador sinaliza para a universalização da afirmação, também confirmada pela quantidade de nomes. A repetição exaustiva de nomes de mulheres tem certamente a intenção de atingir a identificação do maior número de mulheres, inclusive e principalmente a leitora da propaganda.

Esse argumento comparativo banal referenda, no nível do interdiscurso, uma visão tradicional, em que a mulher é considerada um ser frágil e delicado. Semelhante atributo tem contribuído para manter as mulheres cativas a determinadas ordens e relações sociais que as inferiorizam. O pré-construído, marca de outras vozes anteriores, ativado pelo enunciado e reforçado pelo modalizador, orienta para um sentido sedimentado.

Confirmando a interpretação semântica do enunciado (1), temos ainda, concluindo a publicidade, a menção do lugar privilegiado, ocupado pela mulher nas lojas do anunciante. Em uma loja de eletrodomésticos, que não deixa de ser uma extensão da casa, o *lugar* da rainha do lar só poderia mesmo ser o *primeiro*.

A visão ideológica do sujeito enunciador está condizente com a forma equivocada que ele escolheu para homenagear suas clientes em seu dia. A propaganda banaliza a data, reproduzindo um ponto de vista retrógrado.

5.1.2 Texto 2

A publicidade de uma marca de cozinhas, propósito desse texto, foi veiculada na semana do Dia das Mães e enunciava:

(2) **Não é só com filhos bem sucedidos que uma mãe pode ficar famosa.**

A começar, no nível do intradiscurso, pelos operadores modais *não só*, sabemos, por Ducrot (1984), que um enunciado negativo como o descrito acima articula, por sua organização polifônica, uma polêmica entre dois sujeitos enunciadore, sendo que o primeiro afirmaria a exclusividade da fama, marcada pelo modalizador *só*, para mães de filhos bem sucedidos, enquanto o segundo faz uma concessão, abrindo outras possibilidades. O sujeito produtor desse enunciado identifica-se a esse segundo enunciadore, contrapondo-se ao primeiro.

O enunciado, entretanto, fica em suspenso, pois falta a outra parte da oração que deveria ser introduzida por *mas também*, deixando a possibilidade da concessão silenciada.

Esse silêncio, todavia, produz sentidos por sua própria ausência. A interpretação do interdiscurso conduz a duas chances de significação: uma que levaria à consideração de uma mulher ser famosa por sua própria conta, por ter uma profissão que a faça ter luz própria. A oração poderia ser completada, por exemplo, com: *mas também por sua própria competência no campo profissional*, o que proporcionaria ao texto um sentido alternativo.

A outra possibilidade, que será a confirmada pelo anúncio, leva-nos ao senso comum, ou seja, ao que a propaganda de fato propõe: o sucesso na cozinha.

O julgamento de valor ideológico, que o sujeito desse anúncio publicitário faz, conduz ao tradicionalismo cultural que vê na cozinha o lugar natural e adequado às mulheres, não lhes deixando alternativas para a fama a não ser a obtida em função da família.

Tal conclusão contraria uma primeira possibilidade de negação de toda uma representação estereotipada da figura feminina que a opacidade do enunciado, auxiliada pelo emprego dos operadores modais, poderia antever. O pré-construído

atualiza um sentido coincidente com uma posição que preconiza a cozinha como um ambiente feminino.

De toda a maneira, sendo uma publicidade idealizada para o Dia das Mães, não fugiu à coerência do *status quo*.

5.2 Algo novo no “front”

O dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é marcado contraditoriamente pela mídia, no sentido de que a maioria dos veículos de comunicação não o enfatiza como uma ocasião que remete à significação de luta e conquista pela igualdade de oportunidades e emancipação feminina, seu real significado.

Geralmente, as propagandas dos jornais, nessa data, caracterizam dois pontos de vista estereotipados em relação às mulheres, em que por um lado elas são vistas como seres maternais, frágeis e delicados, ocupando a esfera privada do lar, como foi visto em nosso primeiro texto; e por outro aparecem como fêmeas-fatais, emancipadas no âmbito sexual e com trânsito na esfera pública. As duas posições são opostas, porém não contraditórias, pois estão ligadas ao imaginário comum.

Diferentemente e para enfatizar as contradições ideológico-culturais, existentes em todos os campos sociais e que se apresentam, também no discurso, por meio de elementos heterogêneos, trazemos uma propaganda com uma opinião avançada, que concede voz às mulheres que conquistaram seu espaço próprio e público, desempenhando uma profissão.

5.2.1 Texto 3

O texto publicitário inicia com um enunciado que reproduz, no *fio* do discurso, um dito popular, paradigma de uma visão androcêntrica de sociedade, que coloca em cena as relações de poder entre os sexos.

(3) **Por trás de um grande homem há sempre uma grande mulher.**

A construção sintática, que estabelece a comparação entre os dois substantivos da oração, enfatiza o grau de superioridade, confirmado pelo primeiro operador discursivo modal, o advérbio *por trás*, caracterizando no enunciado o posicionamento cultural, ideológico de um sujeito que afirma a inferioridade da mulher em relação ao homem.

O emprego do advérbio *sempre* na função de modalizador que universaliza a afirmação, reforça a posição do sujeito do discurso, instituindo a permanência da ordem “natural” das coisas.

Todavia, o locutor, contrariando a expectativa, afasta-se dessa posição dogmática, instaurando um trabalho metasemântico, iniciado na seqüência seguinte e que contesta a expressão anterior:

(4) **Hoje ela não tem mais sentido.**

A descrição do intradiscurso, a negação que estrutura a cadeia significativa, juntamente com os operadores modais: *hoje* e *mais*, mostra o confronto entre duas visões de mundo contraditórias. A visão tradicional, considerada ultrapassada, como se deduz da utilização do advérbio *hoje* e que é contrariada (pelo elemento de negação) decisivamente, pelo modalizador *mais*.

Segundo Vogt e Ducrot (1979), o operador negativo *não* é polifônico, pois destaca a presença de dois pontos de vista opostos no enunciado. Transferindo para a seqüência (4) acima, evidencia-se, no nível do interdiscurso, duas vozes que

colocam em confronto, a primeira, um pré-construído historicamente legitimado, fundamentando um sentido único, compatível com um *sujeito universal* que afirma a superioridade masculina e que coincide com o sentido do enunciado anterior (3); e uma outra voz que defende um pré-construído contrário, ou seja, a não validade da afirmação.

A descrição do intradiscorso das seqüências seguintes, cujos elementos modalizadores de comparação estruturam o grau de igualdade entre os substantivos comparados, possibilita também a interpretação, no nível interdiscursivo, da posição do sujeito da enunciação. Esse sujeito reforça a valorização da igualdade entre os sexos, colocando a mulher e o homem em um mesmo patamar.

Assim, vemos nos enunciados,

(5) ... a mulher disputa lado a lado com o homem em todas as profissões ou atividades..

e

(6) No lar, participa ombro a ombro com o homem nas decisões..

que as expressões lingüísticas modalizadoras - *lado a lado* e *ombro a ombro* - além de construírem sintaticamente a igualdade, sustentam-na semanticamente.

O sucesso e a responsabilidade, no campo profissional como na esfera familiar, são compartilhados. No interdiscurso, há um diálogo tenso de sentidos, instaurando-se o novo, que orienta relações solidárias de igualdade entre homens e mulheres.

Contrariamente à chamada inicial, em destaque na propaganda, o anúncio conduz a uma conclusão que rompe com os sentidos tradicionais⁹³, negando-os e estabelecendo um acontecimento discursivo. Tal acontecimento constrói um outro sentido, confirmado tanto pelos elementos lingüísticos quanto pelos semânticos, de igualdade e de consciência da verdadeira evolução promovida nos últimos trinta anos, concernente à atividade profissional das mulheres.

O sujeito enunciador, que emerge desse discurso, destaca o movimento cotidiano pela igualdade de direitos e o papel do sujeito feminino na sociedade contemporânea, propagando uma visão heterogênea, contrária ao senso institucionalizado. Esse sujeito distingue a data comemorada como um símbolo da conquista feminina por direitos iguais em todos os setores sociais e sinaliza para uma nova perspectiva nas relações entre os sexos, embasada na solidariedade e sem discriminações. Não há espaços restritivos. Tanto o público quanto o privado são ocupados indistintamente.

5.3 Exemplos de reformismo: novas formas que apontam para velhos sentidos

5.3.1 Texto 4

No anúncio do produto de limpeza, o dia 8 de março é visto como um índice da evolução feminina, conforme atestam os enunciados do texto, um deles inclusive literalmente. A publicidade apresenta, primeiramente lado a lado, a imagem visual de dois lembretes, escritos de forma diversa, já estabelecendo elementos de comparação entre a dona-de-casa dos anos 70 e a dos anos 90. Tal comparação expressa as diferenças e as mudanças ocorridas nesse período de tempo.

⁹³ No registro visual também ocorre discordância com o dito popular.

Apesar de não serem formalizados explicitamente elementos gramaticais de comparação, há uma estruturação comparativa no texto, moldada por um paralelismo na construção sintática dos dois enunciados (7) e (8), que é igualmente atestada em suas formas de apresentação gráfica. Trabalhando no nível do intradiscurso, a descrição das seqüências enunciativas indica a atividade doméstica, a que estava sujeita a mulher dos anos 70 na esfera privada.

(7) Limpar vidros e lavar cortinas. Dona de casa anos 70.

Comparativamente, a seqüência seguinte,

(8) Shopping e aula de ginástica. Dona de casa anos 90.

oferece uma visão mais ampla da atividade feminina, abrangendo dessa vez um espaço público. À primeira vista, ocorreu uma ampliação significativa de horizontes.

No nível do interdiscurso, a interpretação semântica das comparações revela, contudo, que o avanço no pensamento do sujeito produtor dos enunciados é relativo.

O espaço público de inserção das mulheres, o shopping e a aula de ginástica, continua limitado, sendo uma mera extensão de sua casa. Permanece ainda uma opinião preconceituosa do sujeito enunciadador em relação ao sujeito feminino, ou seja, a de que as mulheres evoluíram apenas no sentido de ter saído de seu espaço privado, a fim de fazer algo para si mesma em termos de aparência física. Houve apenas uma emancipação física no que se refere ao embelezamento; a emancipação econômica foi ignorada. A mulher evoluída dos anos 90, tanto quanto a dos 70, é unicamente dona-de-casa.

A verdadeira evolução, promovida nos últimos vinte anos, que diz respeito à atividade profissional, sequer é mencionada. Nenhum espaço é concedido à mulher

que conquistou seu espaço público, saindo de sua casa e emancipando-se economicamente, ao desempenhar uma profissão. Como se o papel exclusivo da mulher fosse o de cuidar da casa.

O sentido não se movimenta, o efeito provocado é o de sedimentação, silenciando qualquer outra possibilidade que não seja a do estereótipo. O silêncio, no entanto, provoca o eco de um sentido não mencionado, mas que fica circulando, já que afirmou-se a evolução feminina. Um *outro* sentido que negasse o estereótipo, reivindicando uma nova posição para o sujeito feminino e que fosse condizente com o cenário de lutas e conquistas alcançadas nestas duas últimas décadas. E é a sua ausência que nos leva à conclusão da manutenção de um sentido único no nível interdiscursivo.

A tentativa de marcar a evolução mostra-se meramente formal, uma vez que a interpretação semântica aponta para a homogeneidade, ou seja, para a identificação com um pré-construído, ideologicamente tradicional. Na verdade, mesmo a construção formal do significante, com o recurso do paralelismo sintático, indica uma homogeneidade lingüística. Nesse discurso, ocorre uma coincidência entre os níveis, ambos evidenciando uma posição sócio-histórico-cultural conservadora por parte do sujeito do discurso.

O significado de transformações inerente à data, e literalmente expresso por um dos enunciados (*Um produto de limpeza que faz parte da evolução feminina*) não é confirmado pelo sujeito da propaganda.

O pré-construído, ligado ao senso comum, coloca em circulação vozes muito conhecidas que divulgam e referendam a ordem estabelecida. O enunciado final,

(9) Ação poderosa, embalagem protetora.

qualifica o produto, transferindo-lhe características pertencentes aos indivíduos, em um claro recurso estilístico de reforço à identificação com o papel socialmente atribuído ao sujeito masculino.

Confirmando nossa análise, a cadeia significante (9) veicula uma imagem de fragilidade e da necessidade de um agente exterior “poderoso” e que “proteja” a figura feminina.

Se, em um primeiro momento, a formalização gráfico-lingüística apontava para uma possível mudança no sentido, a análise mais consistente do interdiscurso subjacente confirmou a permanência de um sentido sedimentado. Nesse texto não há um diálogo de vozes dissonantes, não há polêmica, senão um processo parafrástico que marca a aceitação do sentido homogêneo.

As vozes que ecoam no interdiscurso desse texto, como via de regra na maioria das comunicações publicitárias, são *sempre já* nossas conhecidas, reproduzindo o senso comum e negando a alteridade.

5.3.2 Texto 5

Visando a um destinatário genérico: todos os filhos, independente de sexo, porém aproximando-se de cada leitor em particular, pelo emprego do possessivo *seu*, o presente anúncio publicitário foi publicado na semana do Dia das Mães.

A análise lingüística do intradiscurso do enunciado,

(10) **A sua mãe ainda adora brincar de casinha.**

mostra a intenção evidente do anunciante de fazer um jogo semântico com a estrutura significativa, rompendo com a ordem lingüística e semântica habituais.

A ruptura acontece ao aproximar-se a figura da mãe do verbo *brincar* e do diminutivo *casinha*, fazendo-a sujeito sintático direto e exclusivo da oração, sem a presença de outros complementos.

Ocorre aí um estranhamento semântico, uma vez que o esperado seria a ligação do diminutivo e do verbo ao campo semântico infantil dos filhos e não, ao da mãe.

Esse cruzamento semântico sustenta uma posição do sujeito do enunciado que evidencia duas considerações preconceituosas associadas à figura feminina, quais sejam, a de representá-la como um ser infantilizado e a de estabelecer o lar como seu *habitat* natural.

O ponto de vista do enunciador é enfatizado pelo operador modal *ainda* que, além de indicar a continuidade temporal de uma ação, introduz um conteúdo pressuposto (ou pré-construído), no caso dessa propaganda: o de que toda mulher (menina) gosta de brincar de casinha, mesmo depois de crescida. A atividade doméstica é uma atribuição “natural” do sexo feminino em geral e das mães em particular.

Se no nível do intradiscurso, constrói-se um paralelo: mãe-filho e adulto-criança, cuja norma lógica é subvertida por um jogo de aproximação semântica dos componentes sintáticos e morfológicos; esse movimento de transgressão não é comprovado no interdiscurso.

A voz interdiscursiva que ativa o pré-construído, calcado no operador *ainda*, reforça o lugar comum histórico-cultural, mantendo o instituído, qual seja, brincando ou não, o lugar das mulheres é em casa.

5.3.3 Texto 6

Iniciando com uma oração interrogativa que se transforma em trocadilho, a propaganda produzida para a ocasião do Dia das Mães inova ao fazer um jogo de palavras na linearidade significativa do discurso.

(11) **Quem é que acha que olho vermelho é conjuntivite?
É a mãe!**

O elemento modalizante, que fica por conta da veemência da resposta afirmativo-exclamativa, marca a presença do sujeito que convoca um bordão humorístico, fixado no gosto popular, transformando-se em piada nesse texto pelo fato de pressupor que só mesmo um ser ingênuo e bem intencionado - como todas as mães - poderia afirmar os olhos vermelhos como sinal de conjuntivite. A certeza da afirmação é inquestionável, mostra-a o ponto de exclamação que ressalta a exclusividade do pensamento materno em relação ao conteúdo da pergunta.

O humor, como afirmaram Gadet e Pêcheux (1981), presta-se à construção de armadilhas verbais e semânticas que desestabilizam a linguagem.

Esse texto publicitário inova também ao questionar alguns valores tradicionais, abordando um tema polêmico e comumente silenciado que é o uso de drogas pelos jovens.

A originalidade das abordagens lingüística e temática é, no entanto, parcial como nos mostra a análise do interdiscurso. Nesse nível, aparece uma voz que aceita as transformações ocorridas nos hábitos da juventude atual, porém no que concerne às mães é de uma opinião absolutamente antiga.

A imagem materna é apresentada como uma pessoa idosa (*coroa*), ingênua, visto somente ela não saber que olhos vermelhos podem ser sinal de drogas, e compreensiva. Esse último atributo é dividido com o sujeito anunciante que *entende* o jovem da mesma forma que uma mãe entende.

De fato, a interpretação do interdiscurso revela uma voz tradicional, conforme ao instituído, que vê nas mães aqueles seres passivos e distantes da realidade do mundo exterior (uma vez que seu lugar é em casa) e que por isso ignora as evidências.

Não é aberta qualquer possibilidade para outro sentido, impedindo-se a construção da alteridade. O enunciado direciona para a coincidência do processo parafrástico entre o que o discurso publicitário diz e um pré-construído que se iguala ao sentido tradicional, demonstrando uma visão conservadora do sujeito do discurso.

5.3.4 Texto 7

O presente texto é um exercício de propaganda proposto por uma revista feminina de circulação nacional a agências de publicidade reconhecidas no país. A

proposta da revista visava a uma campanha pela valorização da imagem masculina, sendo que esse anúncio publicitário foi elaborado por duas mulheres, cuja intenção declarada em entrevista posterior era de afirmar a independência irrestrita da mulher em relação ao homem, pois ela *pode perfeitamente viver sem* ele.

A estratégia utilizada pelas profissionais da agência publicitária foi estabelecer um eixo semântico de comparação entre a imagem reivindicada pela mulher emancipada, declarada nas linhas do texto, e uma outra imagem mais tradicional, apenas ligeiramente referida no decorrer do texto publicitário.

Vamos nos deter no primeiro e no último enunciado da propaganda que a nosso ver são complementares, precisando a visão dos sujeitos produtores.

A seqüência inicial,

(12) **Homem. Precisar, não precisa.**

apesar de afirmativa não se configura como uma certeza, na medida em que deixa a impressão de estar inacabada, de faltar algum complemento subordinado. Além disso, a oração, apesar do movimento de afirmação, é composta por uma negação, colocando em jogo elementos sintáticos antagônicos. Vamos precisar.

Uma oração negativa é, como já foi visto anteriormente (textos 2 e 3), sempre polifônica, colocando em cena dois enunciadores que têm seus pontos de vista confrontados. No caso de nosso enunciado, a polêmica entre as vozes é explícita: a primeira sustenta que uma mulher *precisa* de um homem, enquanto a outra afirma a negação, a mulher *não precisa* dele.

O texto continua elencando as razões pelas quais as mulheres podem dispensar um relacionamento estreito e contínuo com os homens, até depararmos com a oração final. Ela encaixa-se perfeitamente com a primeira.

O elemento que estava faltando, um outro enunciado que, como disséramos inicialmente, completaria o período, é precisamente a última seqüência do texto:

(13) **A menos, é claro, que você seja aquele tipo de mulher teimosa e antiquada, que faz questão absoluta de ser feliz.**

A expressão modalizadora *a menos que*, com o reforço do operador modal de certeza *é claro*, refuta a negação, concordando com a voz que enuncia pela necessidade da presença masculina. Aqui, a construção da estrutura significante no intradiscurso aposta na transparência do sentido.

A identificação de todas as leitoras, *é claro*, dá-se com a imagem desse enunciador que associa a figura feminina a um *tipo antiquado*, porém feliz. Rejeita-se, da mesma forma, o que por oposição seria o *tipo moderno* de mulher, pois afigura-se como um robô ou um *cyborg* - uma supermulher robotizada - auto-suficiente e perfeita que dispensa os sentimentos humanos. E que ninguém quer por perto.

A interpretação do interdiscurso mostra que o pré-construído articulado, de fato contraria a afirmação das autoras da propaganda (na entrevista), de que as mulheres são independentes dos homens, não precisando deles para viver.

O que o discurso do anúncio apenas levemente sugere (ao falar na *sorte* da leitora ter nascido neste século, ou ao comentar a *carreira promissora* e a *situação financeira resolvida*), mas não obstante fica “martelando” em nossas mentes, e que talvez seja o maior equívoco do texto, é que toda a luta cotidiana, empreendida por milhares de mulheres em tantas partes do mundo, não era com certeza para a produção dessa máquina perfeita que as enunciadoras apresentam como a mulher moderna.

O propósito histórico das lutas foi reivindicar condições mais justas e igualdade de oportunidades no campo profissional e no ambiente familiar. E nesse

ambiente, igualdade no que diz respeito às tarefas como ao prazer. Sem exclusões, pois somente a integração madura entre ambos os sexos pode construir verdadeiras transformações em todos os setores sociais.

5.3.5 Texto 8

A propaganda de uma marca de toalhas de banho, veiculada em uma revista feminina, apresenta o seguinte enunciado:

(14) **Que peninha. Você só pode secar ele com os olhos.**

No *fio* da cadeia lingüística, o emprego do verbo *secar*, salientado em negrito, formaliza e explora o recurso da homonímia que possibilita ao verbo a ambivalência de ter um e outro sentido ao mesmo tempo. A duplicidade semântica de *secar* é atualizada de maneira a significar: 1. enxugar e 2. olhar, admirar, paquerar.

O que sobressai, primeiramente, é a expressão modalizadora *que peninha*, atualizando um campo semântico infantil e invocando, por extensão, o instinto maternal das leitoras, se considerarmos que as mães secam (enxugam) suas crianças após o banho.

Contudo, por restrição espacial, a ação não pode ser concretizada, a não ser com os olhos; fato lamentado pelo enunciador, utilizando-se da expressão modalizadora que revela sua subjetividade afetiva em relação ao conteúdo semântico do enunciado.

Ativa-se ainda o outro sentido de *secar*: ficar apenas admirando o belo modelo da propaganda, argumento reforçado pelo operador modal de restrição *só*, visto não haver opções de concretizar a ação.

O emprego da homonímia possibilita um jogo de sentidos que desorganiza a ordem lingüística, ao mesmo tempo que produz um efeito de originalidade para a propaganda, tornando-a muito criativa no que se refere aos recursos lingüísticos, além de ser esteticamente “intocável”.

Fazendo um trabalho metasemântico no nível do interdiscurso, vemos que a questão cultural do gênero é ativada via um discurso que iguala as relações entre os sexos, enfatizando o que talvez haja de pior nas relações interpessoais, ou seja, aquela visão sectária que vê no sexo oposto um mero objeto de satisfação. No texto, tal visão é ressaltada pelo emprego do verbo *secar*, no sentido 2.

Mesmo assim, houve uma resistência a dizer o mesmo, que seria usar o verbo apenas no sentido 1, o que possibilitou a ruptura da norma lingüística. O sujeito feminino considerado pelo anunciante desse produto é sem dúvida uma mulher emancipada, principalmente no que concerne à liberdade sexual. O texto sugere que, uma vez materializada a situação visualizada no anúncio, não haveria empecilhos para a ação concreta de *secar* (enxugar) um homem bonito.

5.4 Mudando o rumo da história

5.4.1 Texto 9

O texto é a propaganda de um tipo de carro nacional. Todos sabemos a visão estreita e o lugar comum difundido em relação às mulheres no trânsito: elas não sabem dirigir ou não dirigem bem.

A partir deste enunciado,

(15) **Só podia ser mulher.**

é possível realizar uma dupla leitura. Podemos considerá-lo preconceituoso, se aceitarmos o lugar comum. Nesse lugar, ressoam vozes conhecidas que ativam toda uma carga de valores pejorativos à mulher no trânsito. O advérbio só, operador modal restritivo, reforçaria tais valores, orientando semanticamente para uma conclusão negativa: as mulheres não dirigem bem.

Uma segunda leitura, oposta à realizada anteriormente, examina a possibilidade de um deslizamento semântico no interdiscurso, indicando a ruptura com o sentido instituído tradicionalmente que nos indicava serem as mulheres péssimas motoristas.

Comprovado pela seqüência que apresenta a autoridade de uma pesquisa internacional, *provando* que mundialmente o sexo feminino causa menos acidentes de trânsito que o masculino, o ponto de vista do sujeito que emerge da interpretação do interdiscurso contesta a opinião consensual de que a mulher não dirige bem e, afirmando a alteridade, funda um novo sentido para o enunciado acima.

Inversamente ao esperado, a cadeia significante do enunciado (15) rompe a linearidade intradiscursiva de seu sentido tradicional. O sujeito do discurso publicitário, empregando-a, não apenas refere uma atitude discriminatória habitual, mas principalmente define uma posição peculiar e inovadora em relação às mulheres, qual seja, a de que elas dirigem melhor do que os homens.

O fato de ser uma homenagem a uma data marcadamente feminina não impede a propaganda de abarcar, igualmente, o público masculino, fato excepcional em se tratando de publicidade vinculada ao 8 de março, mas comprovada pela seqüência imperativa que pede a todos (*você*) para *lembrarem disso* quando estiverem dirigindo.

O sujeito desse discurso argumenta a favor de uma mudança de comportamento, utilizando-se de uma subversão da linguagem que, contrariando todos os estereótipos, aponta para uma visão heterogênea que altera a imagem da mulher como motorista incapaz.

A relação dialógica, estabelecida entre as vozes no interdiscurso, foi polêmica, resolvendo-se dentro do próprio texto e evoluindo para a produção de um acontecimento discursivo que renovou os sentidos sedimentados, provando que contraditoriamente o sentido tanto pode ser um quanto o seu inverso.

5.4.2 Texto 10

Nosso último texto foi extraído de uma revista feminina de circulação nacional, apesar de estar redigido em inglês. Essa propaganda, aliás, não era a única em língua estrangeira, havia outras duas: uma em francês e outra em italiano.

O fato de a propaganda ser em língua estrangeira reivindica uma autoridade exterior, que em princípio poderia ter um saber maior, para validar o produto anunciado. Por outro lado, esse mesmo fato pode nos levar a concluir que o sujeito publicitário tem uma visão positiva em relação à competência lingüística das leitoras da revista.

O anúncio apresenta um novo perfume feminino chamado *Contradiction*, cognato do substantivo português - contradição. A seqüência significativa principal,

(16) **She is always and never the same.**

que pode ser traduzida como *ela é sempre e nunca a mesma*, expressa decisivamente o princípio de contradição inerente e constitutivo de toda a linguagem. A propaganda não poderia ser mais adequada ao nome do perfume.

Por ser de suma relevância para a finalidade desse texto publicitário, ainda que a análise não se proponha a relacionar o verbal com o visual, comentaremos o perfeito casamento entre esses dois elementos, o visual apresentando uma modelo descontraída, confiante com uma roupa unissex, charmosa, elegante e *sexy*.

Tudo isso somado, o resultado é um exemplo da ambivalência que a cadeia significante, rompendo o *fio* regular da forma lingüística, pode tecer para a construção semântica. A interpretação é infinita como os sentidos, que podem instaurar o mesmo ou o acontecimento discursivo. Esse enunciado prova que o processo discursivo tem como lastro a matéria lingüística e é sobre ela que se fixam ou deslizam os sentidos. Como diria Bakhtin (1979), o *dado* transforma-se no *criado*.

Os modalizadores *always* (sempre) e *never* (nunca), que marcam a posição do sujeito no intradiscurso, são operadores discursivos radicais, uma vez que dirigem o enunciado para uma afirmação universal no caso de *sempre* ou para uma negação total no caso de *nunca*. Eles expressam, na análise do interdiscurso, a possibilidade de vozes do pré-construído que salientam sentidos múltiplos e contraditórios, dos quais um deles poderia ser: as mulheres podem ser *sexys*, elegantes, charmosas como *sempre* foram ou decididas e confiantes como *nunca* foram e contraditoriamente podem ser tudo isso simultaneamente.

É esse movimento contínuo entre o mesmo e o diferente que estrutura o cotidiano e o discurso dos indivíduos, fazendo com que todos os sentidos sejam possíveis. Eles jamais se esgotam no dito.

5.5 Resultado das análises: uma visão plural sobre o mundo

Com o intuito de proporcionar uma visão global da análise empreendida nos textos selecionados, relacionaremos nesta parte os recursos mais freqüentes empregados, nos dois níveis aqui trabalhados, pelo discurso publicitário de gênero e o significado que lhes atribuímos.

Os operadores modais são excelentes índices de subjetividade, posicionando o sujeito enunciador em relação ao conteúdo semântico de seu enunciado e evidenciando que a neutralidade no discurso não existe. O sujeito sempre se marca ali, manifestando o seu posicionamento sócio-cultural.

Nem sempre a construção significativa mostra alternativas, permanecendo em certas ocasiões nítida, ou seja, fechada para outros sentidos que não sejam os convencionais. Em geral, nesses casos, a voz do interdiscurso se quer monofônica e coincidente com um sentido sedimentado.

Todavia, nos anúncios publicitários, acontecem jogos singulares com a estrutura enunciativa, revelando rupturas da materialidade lingüística que, muitas vezes não encontram ressonância semântica no nível interdiscursivo. Nesses momentos, o sujeito produtor do anúncio articula por meio do modalizador uma visão unitária do sujeito feminino que não rompe com os sentidos tradicionalmente instituídos.

O jogo que a propaganda pode fazer com a língua é semelhante ao que a poesia faz: um jogo de metalinguagem, de metasemântica. Um trabalho construtivo, onde o saber da norma lingüística torna-se passível de ser subvertido, bem como o saber semântico comum. É nessas ocasiões que ocorrem os deslizamentos de sentido, provocando os acontecimentos discursivos.

No interdiscurso, as vozes do pré-construído - vozes da alteridade - são marcadas por uma *discrepância entre dois domínios de pensamento* pré-existentes ao sujeito, sendo um deles impensado, no sentido de que está em excesso ali, e portanto abre a possibilidade de sentidos-outros. No enunciado, somente um sentido é atualizado, o que não significa que os outros não fiquem circulando e significando em algum lugar.

No que tange ao conteúdo semântico-cultural, os textos identificam as várias posições ocupadas pelas mulheres em nossa sociedade, ainda que priorizem apenas algumas. Tais posições são mais ressaltadas em momentos específicos, como o Dia das Mães. Em relação ao 8 de março, há uma heterogeneidade nos exemplos. A maioria permanece em um duplo eixo da dona-de-casa ou da mulher fatal.

A veiculação de um discurso de gênero na publicidade contribui para a manutenção de papéis culturalmente estabelecidos que determinam os espaços e lugares sociais atribuídos e ocupados, discriminadamente, por homens e mulheres. Tais espaços separados contradizem com as conquistas femininas alcançadas principalmente nas últimas décadas.

Se o setor publicitário apresenta um reflexo do pensamento coletivo comum, então esse pensamento tende ao conservadorismo, representando o sujeito feminino como a figura materna, rainha-do-lar, com todas as implicações convencionais ligadas a esse papel; ou, sendo um sujeito emancipado, a mulher passa a ser representada como liberada sexualmente. A emancipação econômica e profissional é pouco ressaltada.

Opções mais críticas, que relacionam a emancipação feminina às suas conquistas profissionais, existem, contudo ainda são exceções.

De toda a maneira, em qualquer que seja a forma de representação, a palavra desempenha papel fundamental e continua sendo o indicador mais sensível de todas as mudanças na sociedade (Bakhtin, 1929), mesmo que a palavra transformada apareça tão pouco na publicidade. É essa palavra que com certeza inscreve a resistência do sujeito feminino na cultura.

Finalizando, quanto aos veículos da mídia impressa de onde foram retirados os textos, não há diferenças significativas em suas abordagens, mostrando que eles esforçam-se por ser um espelho, nem sempre nítido, da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho esteve pautada pelo interesse em reunir em um mesmo estudo teorias que nos são caras, quais sejam, a teoria da enunciação e dialogismo de Bakhtin, a análise de discurso de tendência francesa e as teorias de gênero.

Para a construção de um instrumento teórico próprio, que desse conta dos deslocamentos de elementos epistemológicos fundamentais dessas teorias, necessários para a expressão de nosso pensamento a respeito da interação discursiva e das relações sociais entre sujeitos, das representações languageiras que expressam essas relações e de suas possíveis análises, tivemos como parâmetro norteador alguns princípios da filosofia humanista e materialista moderna.

Esses princípios consideram que o ser humano constrói-se no conjunto das relações sociais e que suas ações inscrevem-no no processo histórico, sendo ele, juntamente com os outros, os agentes das transformações sócio-culturais.

Com tal base epistemológica, iniciamos nosso percurso pela AD, acompanhando a trajetória de Pêcheux e seus companheiros no empreendimento discursivo. Pêcheux (1969) situou a pesquisa analítica do discurso no campo de estudos da semântica discursiva, considerando o discurso como um processo sócio-histórico de experiência relacional entre sujeitos e que produz efeitos de sentido.

Para a realização da análise desses efeitos de sentido, é necessário que se reflita sobre os participantes da relação discursiva: o sujeito que produz e o que recebe a produção (discurso), bem como sobre os fatores internos e externos que a determinam. Os fatores internos referem-se à organização dos elementos sintáticos e semânticos, enquanto os fatores externos concernem ao contexto de produção do discurso. Desde o início, Pêcheux trabalhou com uma divisão da análise em dois níveis, um sintático e outro contextual, inserindo o discurso no eixo de cruzamento entre a linguagem e a história.

Rompendo com o postulado da linguagem somente como instrumento de comunicação e informação e com a visão do sujeito como fonte e origem de seu dizer, a AD em suas duas primeiras fases tentou articular o discurso, como estrutura social coletiva, à teoria da interpelação ideológica de Althusser e aos estudos freudianos via Lacan.

A terceira fase inicia, sob o signo da categoria da “contradição”, com uma crítica de Pêcheux (1977) às práticas acadêmicas e a falta de engajamento político dos filósofos e teóricos da linguagem. Tentando contribuir para uma mudança no campo acadêmico, que o encaminhasse a práticas políticas, Pêcheux faz uma releitura do filósofo Espinosa.

Espinosa foi vítima do poder e da intolerância religiosa e tentou combatê-los utilizando-se do próprio discurso religioso para falar de liberdade. Ele instituiu o que se poderia chamar de *contradiscorso*, transfigurando os sentidos cristalizados de um discurso dogmático, fazendo uso das próprias normas religiosas.

É essa contradição, inerente à linguagem, que se tornou o objeto de pesquisa da AD nos anos 80. A partir de então, a análise enfocou os discursos do cotidiano, tentando através deles resgatar a memória histórica do dizer e com ela o sujeito que ali se inscreve.

Como um ponto de intersecção entre a linguagem e a história, os discursos cotidianos, por estarem deslocados dos espaços institucionais, estão mais abertos a outros sentidos. Neles, observa-se com maior facilidade os jogos e equívocos que a língua possibilita. Descrevê-los, para Pêcheux (1983c), é tornar o sentido *suscetível* de deslizar *discursivamente* para o diferente de si, provocando um *acontecimento*.

Finalizando nosso trajeto pela história da AD, vimos como Pêcheux (ibid.) superou a dicotomia forma-conteúdo, investindo na análise do processo discursivo de um enunciado, considerando dois níveis: um nível de descrição lingüística da cadeia significante e um nível discursivo de interpretação semântica da memória sócio-histórica do dizer.

Integrando à AD elementos da teoria da enunciação de Bakhtin, visamos, como outros estudiosos da AD já o tinham feito, a distinguir as diferentes posições assumidas pelos sujeitos na experiência dialógica da linguagem que produz sentidos, deixando indícios desse processo, recuperáveis pela enunciação.

Da teoria enunciativa bakhtiniana, relevamos as questões relativas ao dialogismo e à alteridade. Começamos, enfatizando mais uma vez a superação que Bakhtin fizera, muito antes da realizada por Pêcheux, entre forma e conteúdo, integrando-as pela aproximação entre a estruturação lingüística e a experiência social, via enunciação.

Vimos que é também pela enunciação que Bakhtin recupera o sujeito para o discurso, fundamentando na linguagem a relação interativa com o outro. O princípio dialógico reconhece a alteridade como constitutiva do ser humano. É a palavra do outro que traz o mundo exterior até o sujeito.

Essa relação dialógica intersubjetiva é uma relação polêmica em que os sentidos realizam movimentos na tentativa de transformações, pois o discurso não tem um sentido sedimentado; a palavra carrega consigo uma carga de valores culturais que manifestam as contradições sociais. Assim, a cultura torna-se, para Bakhtin (1979), uma composição de discursos que integram toda a memória coletiva; daí a possibilidade de alternância de sentidos.

Ressaltamos essa característica de mutabilidade do signo verbal que, representando a realidade, torna-se um índice pelo qual podemos vislumbrar os vestígios de mudanças na sociedade. O fato de no interior de um discurso confrontarem-se vozes, estabelece uma tensão dialética entre os vários sentidos que elas fazem circular. Esse confronto, em combinação com a situação contextual, tira os sentidos de sua acomodação semântica, dinamiza-os, provocando transformações.

Enfatizamos o interesse de Bakhtin no estudo dos discursos cotidianos, pois neles encontra-se um conjunto de traços sócio-históricos coletivos que compõem a memória cultural de uma sociedade e que exigem uma atitude do sujeito, quando confrontado com eles. Atitude de adesão ou de resistência. Uma atitude de resistência afasta do sujeito a interpelação irrestrita, visto que ele, interpelado, jamais produziria, apenas reproduziria o instituído.

A segunda parte do trabalho buscou os pontos de contato, mais do que as divergências, entre as teorias pècheutianas e bakhtinianas. A partir deles, realizamos deslocamentos que moldaram um constructo teórico, o qual expõe a nossa visão referente ao sujeito, à construção de seu discurso e às relações sociais mantidas com os outros sujeitos.

Começamos reafirmando a importância da experiência do cotidiano e suas contradições na construção de novos conhecimentos. Colocamos no centro de

nossa discussão a categoria da contradição e com ela priorizamos as questões de identidade e diferença. O sujeito agente atua na natureza, negando-se a ser sempre o mesmo e criando condições para mudar o rumo imediato das coisas. Contraditoriamente, é a nossa experiência cotidiana, a responsável pela ruptura com o mesmo e a instauração do diferente. É ela que nos faz encontrar o outro, afastando-nos do que é coincidente. *Interrogamos nossa experiência para que ela nos abra para o que não é nós* (Merleau-Ponty, 1964:.) A experiência possibilita-nos exercitar fazeres-outros e compreender a pluralidade.

Seguimos aproximando o conceito de *interdiscurso* às vozes que dialogam, tensionando um discurso por serem ambos da ordem da memória histórica da linguagem. Por essa via, encontramos o pré-construído e o senso comum, mostrando que nem o consenso resiste à intervenção da experiência histórica dos sujeitos.

É essa experiência tão rica em sentidos diversos que torna impossível que se diga tudo. Esse excesso de sentidos fica circulando e significando fora da cadeia verbal, porém confrontando o seu limite (da cadeia).

Trouxemos a idéia da cultura como fator de resistência à naturalização e universalização de valores e crenças. A cultura como um processo de construção de significados, formatando as práticas sociais, destaca a reprodução, mas também afirma o exercício do fazer cotidiano que rompe com a ordem estabelecida.

Buscamos por fim o tema de nossa análise, concentrando-nos nas teorias de gênero e na construção da identidade e resistência do sujeito feminino como viabilidade de transformação cultural. Frisamos que o sujeito feminino é múltiplo e ocupa várias posições na sociedade, conforme os papéis que desempenha, ou seja: profissional, mãe, companheira, filha, etc., posições marcadas em suas relações discursivas com os outros sujeitos, não sendo homogêneas, porém

divididas entre diferentes interdiscursos, o que estabelece contradições. Sua identificação com esse ou aquele interdiscurso não significa somente assujeitamento, mas também pode significar composição, solidariedade com as alteridades de seu discurso, bem como recusa. Os sentidos são constituídos nesse movimento.

Para mostrar o movimento e os efeitos de sentidos, integramos a cultura, o gênero e o discurso, descrevendo a estrutura do dito e interpretando a memória sócio-histórica do dizer (interdiscurso). Confirmamos as alternâncias de sentidos no movimento de deslizamentos entre a linearidade e a descontinuidade e também mostramos como, resistindo a acomodamentos e subvertendo o mesmo, um acontecimento discursivo torna-se o lugar de sentidos heterogêneos.

Tomando como objeto de nossa análise o discurso de gênero na publicidade, enfatizamos o paradoxo estabelecido pela mídia impressa ao tentar satisfazer todos os gostos. Em determinados momentos, reduzem as divergências ao mínimo, detendo qualquer tentativa inovadora, como se o mundo fosse homogêneo. Já em outras ocasiões, em menor número é verdade, tentam incutir novas idéias nos consumidores, cultivando as divergências. Tal situação comprova as contradições inerentes ao processo histórico-social.

Em relação ao sujeito feminino, as representações construídas via linguagem enfatizam as mulheres tanto como agente de práticas sociais, quanto como objeto. As análises dos textos publicitários evidenciaram que, se as mulheres ainda são discriminadas - a maior parte deles mostrou uma visão bem tradicional em relação à figura feminina - já existem novas tendências, rompendo com o consenso e direcionando-se a outras imagens emancipacionistas.

É impossível negar que na maioria dos textos sobressai um raciocínio convencional, apontando para o imaginário comum. O discurso de gênero abusa

dos estereótipos, enquadrando a mulher em uma moldura bem definida: ou ela é a figura materna ou é a mulher sensual, puro objeto do desejo masculino. Há poucas opções fora dessa estrutura.

Os elementos lingüísticos e semânticos, trazidos ao jogo analítico dos enunciados - os operadores discursivos modais - evidenciaram as posições do sujeito em relação ao seu dito, confirmando que a linguagem é o lugar privilegiado da expressão da subjetividade.

Evidenciaram também que existem determinados silêncios no que concerne a certos sentidos, como a questão da igualdade profissional e salarial entre os sexos, que não circulam socialmente, mas que significam precisamente pela sua ausência. Esses sentidos ausentes-presentes são a garantia de que alguma coisa mudou. E mudou porque, mesmo a história tendo sido sempre contada por um viés flexionado nos paradigmas de classe, raça e sexo, a resistência rompeu o círculo da repetição e entoou uma palavra renovada.

Essa postura de resistência perante a realidade não só da linguagem, mas também ao nível das relações sociais, garante-nos um significado verdadeiro do que pode ser uma atitude crítica. Ou somos coniventes aceitando e repetindo o convencional ou assumimos um compromisso de recusa e inconformismo com qualquer tipo de desigualdade social. Na verdade, tal opção é um compromisso ideológico.

Gostaríamos que este estudo integrasse uma nova visão cultural, condizente com o seu tempo, rompendo com as formas tradicionais e retrógradas de leitura do mundo e apontando uma releitura plural com o resgate da identidade/alteridade cultural femini(ist)na pela via da representação discursiva.

Vivemos em uma época em que temos a oportunidade de retificar as desigualdades, criadas pela ênfase em naturalizar as relações sociais e em enaltecer as diferenças. Queremos fazê-lo, reconhecendo as diferenças não apenas entre homens e mulheres, mas entre as próprias mulheres, sem entretanto deixar de enfatizar que tanto as diferenças quanto o que temos em comum constróem a nossa identidade.

Integrando o processo educacional, temos a chance de, em nossa prática diária, chamarmos a atenção para quanto o uso da linguagem contribuiu para a manutenção de cânones que silenciaram a experiência cultural de todas as mulheres. Dessa maneira com certeza, como mulheres, sujeitos da ação social, poderemos construir uma nova história da qual faça parte a metade mais numerosa da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADAM, J.M. Types de séquences textuelles élémentaires. *Pratiques* 56, dez. 1987.
2. ALTHUSSER, L. (1970) *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1980.
3. AUTHIER, J. Paroles tenues à distance. In: CONEIN, B. et al. *Matérialités discursives*. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981. p. 127-142.
4. AUTHIER-REVUZ. J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV* 26, 1982, p. 91-151.
5. _____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos lingüísticos*, 19. Campinas, jul./dez. 1990. p. 25-42.
6. BAKHTIN, M. *Freudism*. (1927) Nova York: Academic Press, 1976.
7. _____. (1926) Le discours dans la vie et dans la poésie. In: TODOROV, T. *Mikhaï I Bakhtine: le principe dialogique*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.
8. _____. (1930) La structure de l'énoncé. In: TODOROV, T. *Mikhaï I Bakhtine: le principe dialogique*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.
9. _____. (1963) *Problemas da poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
10. _____. (VOLOCHÍNOV) (1929) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
11. _____. (1961) Toward a reworking of the Dostoievsky book. In: *Problems of Dostoievsky's poetics*. (1963) 3.ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
12. _____. (1963) *Problems of Dostoievsky's poetics*. 3. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
13. _____. (1975) *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1988.
14. _____. (1979) *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

15. BARNES, L. L. Gender bias in teachers' written comments. GABRIEL, S. L.; SMITHSON, I. *Gender in the classroom: power and pedagogy*. Illinois: Illini Books Edition, 1990.
16. BARTHES, R. (1978) *Aula*. São Paulo: Cultrix, s. d.
17. BEAUVOIR, S. (1949) *O segundo sexo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. 2 volumes.
18. BENVENISTE, É. (1966) *Problemas de lingüística geral I*. 2. ed. Campinas: Pontes: Editora da Unicamp, 1988.
19. _____. (1974) *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
20. BERMAN, M. (1982) *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
21. BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: PESSOA DE BARROS, D.; FIORIN, J. L. (org.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1994. p.
22. CÂMARA Jr, J. M. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.
23. _____. *Dicionário da lingüística e gramática* 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
24. CERTEAU, M. de (1974) *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
25. _____. (1980) *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1994.
26. CERVONI, J. *A enunciação* São Paulo: Ática, 1989.
27. CHARAUDEAU, P. *Langage et discours: éléments de sémiolinguistique*. Paris: Hachette, 1983.
28. _____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
29. CHAUI, M. S. *Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo*: Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
30. _____. *Convite à filosofia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.
31. CLARK, K e HOLQUIST, M. (1984) *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

32. COLLIN, F. (1991) Diferença e diferendo: a questão das mulheres na filosofia. DUBBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres*. v. 5. Porto: Edições Afrontamento e São Paulo: Ebradil, 1995. p. 315-349.
33. COLLINOT, A.; MAZIERE, F. (1993) A língua francesa: pré-construído e acontecimento lingüístico. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de leitura*: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
34. CONEIN, B. et al. *Matérialités discursives*. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981.
35. COULTHARD, M. *Linguagem e sexo*. São Paulo: Ática, 1991.
36. COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages* 62. Juin 1981.
37. _____. Le discours introuvable: marxisme et linguistique (1965-1985). In: *Théories et données*. Paris, 1991. p. 153-171.
38. _____. Une généalogie de l'analyse du discours. In: *Discours social?* v. 4 n. 1-2. University of Southern California, 1992. p. 19-35.
39. COURTINE, J.-J.; MARANDIN, J.-M. Q. Quel objet pour l'analyse du discours? In: CONEIN, B. et al. *Matérialités discursives*. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981. p. 21-33.
40. COUTINHO, M. L. R. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
41. DAHLET, P. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BREIT, B. (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1997.
42. DESCOMBES, V. (1979) *Lo mismo y lo otro*. 2. ed. Madri: Ediciones Cátedra S. A., 1988.
43. DOSSE, F. (1991) *História do estruturalismo*, v. 2: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias. Campinas: Ensaio: Editora da Unicamp, 1994.
44. DUBY, G. (1985) Prefácio à história da vida privada. In: ARIÈS, P. e DUBY, G. *História da vida privada*, v. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
45. DUBY, G.; PERROT, M. (1993) *As mulheres e a história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
46. DUCROT, O. (1984). *O dizer e o dito*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
47. DUCROT, O; TODOROV, T. *Dicionário das Ciências da Linguagem*. 6. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1982.

48. EAGLETON, T. (1991) *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
49. ECO, H. (1968) *A estrutura ausente*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
50. FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. Essex: Longmann, 1989.
51. FERREIRA, A.B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
52. FLAX, J. (1990). Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. (org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
53. FLORES, V. do N. *Enunciação e subjetividade: as formas do discurso indireto e a hipótese de uma semântica metaenunciativa*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 1997.
54. FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
55. _____. (1976) *História da sexualidade I a vontade de saber*. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
56. _____. (1969) *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1987.
57. GADET, F. Tricher la langue. In: CONEIN, B. et al. *Matérialités discursives*. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981. p. 117-126.
58. GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
59. GADET, F; PÊCHEUX, M. *La langue introuvable*. Paris: Maspero, 1981.
60. GEERTZ, C. (1973) *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1989.
61. GRAMSCI, A. (1949) *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
62. _____. (1955) *Concepção dialética da história*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
63. GUILHAUMOU, J.; MALDIDIÉ, D. (1986a) Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise de discurso. In: GUIMARÃES, E. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

64. _____. (1986b) Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
65. GUIMARÃES, E. Bakhtin e os estudos da enunciação no Brasil. In: OLIVEIRA, S. L. et al. (org.) *O falar da linguagem*. Série Linguagem, v. 1. São Paulo: Lovise Ltda., 1996.
66. HENRY, P. Construções relativas e articulações discursivas. (1975) In: *Cadernos de estudos lingüísticos 19*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
67. _____. (1977) *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
68. KAVANAGH, J.H. Ideology. In: LENTRICCHIA, F.; MCLAUGHLIN, T. (ed.) *Critical terms for literary study*. Chicago: London: University of Chicago Press, 1990. p. 306-320.
69. KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation: de la subjectivité dans le langage*. Paris: Librairie Armand Colin, 1980.
70. KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
71. _____. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
72. KRISTEVA, J. (1969) *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1988.
73. LAURETIS, T. Technologies of gender: essays on theory, film and fiction. In: LAURETIS, T. (ed.) *Theories of representation and difference*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1987. p. 1-30.
74. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
75. MACHADO, L. Z. Estudos de gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas. In: SCHPUN, M. R. *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.
76. MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1984.
77. _____. (1987) *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes e Editora da Unicamp, 1989.
78. MALDIDIÉ, D. *L'inquiétude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990.
79. _____. (1989) Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso* Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

80. MARANDIN, J.-M. (1993) Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
81. MARANDIN, J.-M. Problèmes d'analyse du discours: essai de description du discours français sur la Chine. *Languages* 55, setembro de 1979.
82. MERLEAU-PONTY, M. (1960) A linguagem indireta e as vozes do silêncio. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
83. _____. (1964) O visível e o invisível. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
84. MILNER, J. C. (1978) *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
85. MORIN, E. Le retour de l'événement. *Communications* n. 18. Paris, Seuil, 1972. p. 6-20.
86. NORMAND, C. Le sujet dans la langue. In: *Languages* 77. Paris: Larousse, 1985. p. 7-19.
87. ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.
88. _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
89. PARRET, H. La pragmatique des modalités. *Langages*, 43. Paris: Larousse, 1976. p. 47-63.
90. _____. *Enunciação e pragmática*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.
91. PASSERINI, L. (1991) Mulheres, consumo e cultura de massas. In: DUBY, C.; PERROT, M. *História das mulheres*. v. 5. Porto: Edições Afrontamento e São Paulo: Ebradil, 1995. p. 381-401.
92. PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.
93. _____. (1977) Remontémos de Foucault a Spinoza. In: *Anais do Seminário Internacional "El discurso político. Teoría y análisis"*. Cidade do México: UNAM e Editorial Nueva Imagem, 1980.
94. _____. L'énoncé: enchâssement, articulation et dé-liaison. In: CONEIN, B. et al. *Matérialités discursives*. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981.
95. _____. L'étrange miroir de l'analyse du discours. In: COURTINE, J.-J. *Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens*. *Languages* 62, juin 1981.

96. _____. (1975) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
97. _____. (1978). Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
98. _____. (1983c) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
99. _____. (1983b) Lecture et mémoire: projet de recherche. In: MALDIDIER, D. *L'inquiétude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990.
100. _____. (1969) Análise automática do discurso. In: GADET F.; HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
101. _____. (1983a) A Análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
102. _____. (1982) Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
103. PÊCHEUX, M. et al. (1971) La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. In: MALDIDIER, D. *L'inquiétude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990.
104. PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
105. PERELMAN, C.H.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation: la nouvelle rhétorique*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1983.
106. PESSOA DE BARROS, D. L. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: PESSOA DE BARROS, D. L.; FIORIN, J. L. (orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1994.
107. ROUDINESCO, E. (1986) História da psicanálise na França: a batalha dos cem anos. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
108. RUBIN, G. The traffic in women: Notes on the Political Economy of Sex. In: REITER, R. R. (ed.) *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.
109. SANTOS, B de S. *Pela mão de Alice* o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

110. SCOTT, J. (1986). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, v. 20, n. 2, julho/dez. 1995. p. 71-99.
111. SOUZA, Y. S. Sujeito do inconsciente e interdiscursividade: observações sobre a interseção dos conceitos. *Letras de Hoje*, v.32, n. 1. Porto Alegre: Edipucrs, 1997. p. 89-102.
112. TEIXEIRA, M. O "sujeito" é o "outro"?: uma reflexão sobre o apelo de Pêcheux à psicanálise. *Letras de Hoje*, v.32, n. 1. Porto Alegre: Edipucrs, 1997. p.61-88.
113. THÉBAUD, F. (1991). Introdução. In: DUBBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres*. v. 5. Porto: Edições Afrontamento e São Paulo: Ebradil, 1995.
114. THOMPSON, J. B. *Studies in the Theory of Ideology*. Cambridge: Polity Press, 1984.
115. _____. (1990) *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 1995.
116. TODOROV, T. *Mikhail I Bakhtine: le principe dialogique*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.
117. _____. (1972) *Enunciação* In: DUCROT, O. e TODOROV, T. *Dicionário das ciências da linguagem*. 6. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1982. p. 379-383.
118. VEYNE, P. O império romano. ARIÈS, P.; DUBY, G. *História da vida privada*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
119. VOGT, C. e DUCROT, O. (1979). *De magis a mas: uma hipótese semântica*. In: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
120. ZARETSKY, E. *Social Theory and the Politics of Identity*. London, Blackwell, 1994.
121. ŽIŽEK, S. O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, S. (org.) *Um mapa da ideologia*. São Paulo: Contraponto, 1996. p. 7-35.

ANEXOS

ANEXO 1

ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Texto 1

Texto 2

Texto 3

Texto 4

Texto 5

Texto 6

Texto 7

Texto 8

Texto 9

Texto 10

ANEXO 2

CURRICULUM VITAE

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: Vera Lúcia Pires

Naturalidade: Porto Alegre - RS

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Graduação: Curso de Letras. UFRGS. Porto Alegre, dezembro de 1977.

Especialização: Curso de Especialização em Letras. UFSM. Santa Maria, 1979.

Mestrado: Educação Brasileira. UFSM. Santa Maria, 1992.

EXPERIÊNCIA DOCENTE

3º grau: Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, desde março/78.

EXPERIÊNCIA EM PESQUISA

Título da pesquisa: A análise de discurso e as relações de gênero: efeitos de sentido no discurso da imprensa.

Orientador: Vera Lúcia Pires.

Instituição: UFSM, março de 1997 a agosto de 1998.

Resultados: apresentação no V Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Porto Alegre, setembro de 1998.

PUBLICAÇÕES

Artigos:

1. *Topoi argumentatifs, sens commun et discours du genre*. CARON, Bernard (ed.) Actes du 16^o Congrès International des Linguistes (Paris 20-25 juillet 1997). Oxford (Elsevier Sciences), décembre 1998.
2. *Relações de gênero: efeitos de sentido no discurso da imprensa*. Revista Letras de Hoje, v. 32/1. 1997. 103-125.

Resumos:

3. *Discurso e relações de gênero: sob o signo da contradição, a construção do sentido-outro*. V Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Porto Alegre, setembro de 1998. p. 151.
4. *Topoi argumentativos, senso comum e discurso de gênero*. Seminário Nacional sobre Linguagem e Ensino. Pelotas, setembro de 1997. p.
5. *Topoi argumentatifs, sens commun et discours du genre*. 16^o Congrès International des Linguistes. Paris, julho de 1997. p. 235.